Ciclo de debates

Desenvolvimento e movimentos sociais

ORGANIZAÇÃO:
JOANA BARROS
E JORGE DURÃO

FASE

CICLO DE DEBATES

Desenvolvimento e movimentos sociais

ORGANIZAÇÃO:
Joana Barros e
Jorge Eduardo Durão

Rio de Janeiro, 2018

REALIZAÇÃO:

FASE

APOIO:

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO

NORWEGIAN CHURCH AID
actalliance

CICLO DE DEBATES

Desenvolvimento e movimentos sociais

ORGANIZAÇÃO:
FASE – SOLIDARIEDADE E EDUÇAÇÃO
RIO DE JANEIRO/RJ – 2018
1ª EDIÇÃO

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e de fundos do Ministério Federal para Cooperação Econômica da Alemanha (BMZ).

Organização: Joana Barros e Jorge Eduardo Durão
Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Ana Luisa Dibiasi

Sumário

APRESENTAÇÃO / *Jorge Eduardo* 05

• BLOCO 01
IMPACTOS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO, TENSÕES E CONFLITOS NOS TERRITÓRIOS

1. O neodesenvolvimentismo lulista e a necessidade de radicalização da politização e da crítica / *Cibele Rizek* 09
2. O desenvolvimento na perspectiva da soberania alimentar / *Maria Emília Pacheco* 16
3. Sobre reposicionar nossos instrumentos de luta / *Lucia Xavier* 23
4. Da contra hegemonia / *Wagner Campos* 30

• BLOCO 02
MODELO DE DESENVOLVIMENTO, IMPACTOS E RESISTÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS

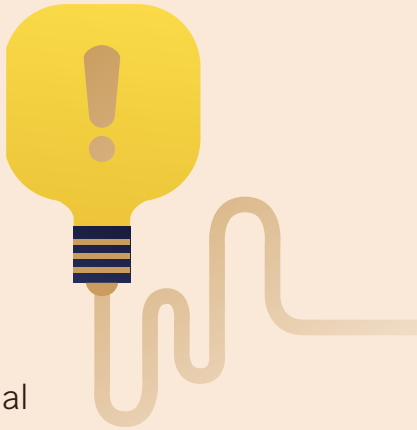
5. O ProSavana e a exploração global de recursos naturais / *Clemente Ntauazi* 41
6. Movimento Ocupe Estelita: novas linguagens e formas de se fazer política / *Rudrigo Rafael* 45
7. Tempos de intensificação do exercício da política e emergência de novos sujeitos políticos / *Cristiane Faustino* 54

• BLOCO 03
SUJEITOS POLÍTICOS, RESISTÊNCIAS E PERSPECTIVAS DE TRANSFORMAÇÃO

8. Vamos devagar porque temos pressa e porque queremos ir juntos! *Jean Pierre Leroy* 62
9. A revolução molecular *edro Cunca Bocayuva* 75
10. Descolonizar, despatriarcar e desmercantilizar: o Bem Viver como uma disputa por um novo horizonte civilizatório / *Mario Rodriguez* 82
11. Da reapropriação da participação popular e do ser humano como sujeito político / *Tom Kucharz* 87
12. Nos Tapiris de saberes construindo a economia da diversidade / *Paulo Petersen* 100

CARTA POLÍTICA DA FASE 105

Apresentação



Ao longo de 2015, a **FASE** realizou um conjunto de oficinas sobre desenvolvimento e movimentos sociais no Brasil, como parte de um ciclo de debates que culminou na realização de um seminário nacional sobre o tema, envolvendo a Assembleia da **FASE** e parceiros. O objetivo desse ciclo era explicitar as disputas em torno do modelo de desenvolvimento, combinando planos e distintas perspectivas analíticas, explorando controvérsias e convergências, visibilizando os impactos e as lutas de resistência nos territórios e desafiando os participantes a avançarem na construção de alternativas.

Como parte desse ciclo foram realizadas inicialmente duas oficinas. A primeira delas pretendeu ampliar o debate público sobre os fins que orientam a extração intensiva dos recursos naturais e seu papel no modelo de desenvolvimento brasileiro à luz de experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. O balanço dessa primeira oficina mostrou a relevância da discussão conceitual acerca da pertinência e do conteúdo de conceitos como desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo, que não se reduzia a meras questões semânticas. Pelo contrário, ficou patente que para avançarmos nessa discussão era preciso estabelecer com o maior rigor possível o conteúdo de cada conceito e as implicações das distintas posições em disputa. No debate, houve quem reivindicasse o abandono de termos como neodesenvolvimentismo e neoextrativismo e o uso de “termos clássicos”, explicitando a vinculação do campo desenvolvimentista no Brasil ao avanço da acumulação de capital e à implantação de um projeto nacional.

Em seguida, realizamos uma segunda oficina onde aprofundamos algumas questões sobre os BRICS, a cooperação Sul-Sul e o lugar do Brasil na geopolítica internacional, tendo como referência central o debate sobre o modelo de desenvolvimento, seus impactos nos territórios, as formas de resistência e as articulações nacionais e internacionais que surgem deste campo de conflitos.

Para uma compreensão mais apurada dos limites e das inflexões dos debates realizados no curso desse ciclo, não podemos perder de vista o contexto político em que ele se realizou, marcado pela deflagração da crise política e institucional que coincidiu com o início do segundo mandato da presidente Dilma Roussef, com a abertura do processo de impeachment pelo então presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, a deflagração das manobras golpistas e a imposição das políticas de ajuste neoliberal. Esse cenário de ofensiva da direita visando o retrocesso dos avanços sociais, mesmo limitados, dos governos petistas tinha, em 2015, um inequívoco efeito inibidor da abertura para o debate crítico, sobretudo por parte dos atores do campo democrático-popular mais identificados com o governo.

No entanto, apesar desse contexto desfavorável, houve mudanças no plano da subjetividade dos movimentos sociais e de outros sujeitos políticos que contribuíram para a viabilização dessa agenda de debates, especialmente no que diz respeito ao ciclo de oficinas e seminários sobre sujeitos e desenvolvimento. Desde 2013, avançamos no sentido da constituição de um ambiente favorável a um processo de reconstrução de um horizonte crítico que se encontrava bloqueado no período precedente.

O ciclo de oficinas promovido pela **FASE**, que culminou no seminário nacional sobre desenvolvimento e movimentos sociais no Brasil, foi virtuoso e se beneficiou do ambiente de retomada do debate e a sua politização, com a explicitação dos "desentendimentos e controvérsias" (entre a visão desenvolvimentista e a visão crítica socioambiental, por exemplo). Talvez se possa dizer que a construção dos consensos ao longo desse ciclo atingiu o seu "teto" na denúncia dos impactos do modelo e na consequente constatação de "um momento histórico de entristecimento", "em que as perdas e as iminências de perda se apontam com uma certeza tão realista que assusta", como apontado por alguns dos interlocutores que tivemos ao longo desses encontros.

É provável que o debate tenha fluido no ciclo de oficinas e no seminário nacional graças ao deslocamento que consistiu em focar o diálogo com os diferentes sujeitos nos impactos do atual padrão de desenvolvimento, relegando-se a um segundo plano o debate sobre desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo, que estava bastante presente na origem desse processo, como ocorreu na oficina realizada em 2014 sobre neodesenvolvimentismo e neoextrativismo.

Na avaliação do referido ciclo de debates deste ano, chegamos a uma importante conclusão: na medida em que haja consenso em torno da necessidade de removermos o entulho conceitual do discurso desenvolvimentista, só avançaremos pela via da explicitação de alternativas ao desenvolvimento capitalista, fundadas na sustentabilidade socioambiental e na efetivação dos direitos humanos.

Através do ciclo de oficinas e o seminário Desenvolvimento e movimentos sociais no Brasil: resistências e construção de alternativas, a **FASE** enfrentou o desafio de colocar o modelo em questão, dialogando com um amplo espectro de sujeitos e movimentos sociais. O seminário nacional também promoveu um outro deslocamento, dessa feita, de um eixo antes centralizado no sudeste para possibilitar uma maior capilaridade desde outras perspectivas, questões e atores de outras regiões do país, especialmente norte e nordeste.

De 2015 a 2017, a **FASE** enfrentou internamente o desafio da busca da superação da armadilha conceitual do desenvolvimento. Nesta publicação, incluímos a carta política da FASE, lançada em 2017, intitulada ***Nem neoliberalismo, nem desenvolvimentismo: por um Brasil democrático, sem desigualdades e com justiça ambiental***, que chega em um momento marcado por rupturas institucionais no Brasil pós-golpe parlamentar-jurídico-midiático-empresarial, e é um convite "que visa recuperarmos, coletivamente, nossa capacidade de não tolerar injustiças, dispositivos e ações de discriminação sexistas, racistas e classistas e de repressão inaceitáveis, porque ferem de morte o pacto civilizatório hoje profundamente ameaçado em nossa sociedade". Nessa carta, a **FASE** convida a um amplo debate na sociedade brasileira visando ao rompimento com a armadilha do desenvolvimento.

Os textos que se seguem, produto do ciclo de debates acima referido, constituem um rico subsídio para levarmos adiante esse desafio de desconstrução de um conceito que tem tido inquestionável centralidade na política brasileira e na ideologia das classes dominantes em nosso país.

Jorge Durão

Bloco 01

Impactos do modelo de desenvolvimento, tensões e conflitos nos territórios

O neodesenvolvimentismo lulista e a necessidade de radicalização da politização e da crítica

Cibele Saliba Rizek, socióloga, professora do IAU-USP e pesquisadora do CeNEDIC-USP

Trago aqui é uma reflexão construída em cima do meu trabalho no Centro de Estudos e Direitos à Cidadania da USP (CeNEDIC), onde há muito tempo enfrentamos a discussão daquilo que chamamos de "Lulismo" e "crise do Lulismo". Trago aqui a história desta reflexão, pois acredito que apontar a nossa própria reflexão dentro deste Centro de Pesquisa fundado pelo Professor Francisco de Oliveira (cuja produção ainda inspira uma discussão importante entre nós) seja a melhor maneira de ajudar a pensar o que estamos vivendo.

Gostaria de iniciar mencionando o trabalho de um pesquisador do CNPq da UNB que aponta alguns resultados do chamado "neodesenvolvimentismo Lulista". Este professor, Marcelo Medeiros, se apropria de várias bases de dados como Censo, PNAD e Imposto de Renda para trabalhar a questão da distribuição de renda no Brasil. A conclusão a que este pesquisador chega é que **50% da população brasileira detêm 10% da renda; 90% da população detêm 40% da renda; 5% dos mais ricos detêm 50% da renda; 2% dos mais ricos detêm 33,3% da renda; 1% dos mais ricos detém 25% da renda e 0,5% dos mais ricos, 20% da renda. Estes 0,5% correspondem a 700 mil pessoas.**

Trata-se de dados "escandalosos", pois analisando estas bases de dados ele conclui que a desigualdade de renda diminuiu, mas que o processo de queda da desigualdade se estancou em 2012. A partir de 2012 temos, portanto, uma crise que já se anunciava claramente (ao menos da perspectiva da queda da desigualdade).

Começo apontando estes dados por acreditar que a questão do desenvolvimentismo e das propostas neodesenvolvimentistas são muito importantes para o que viemos discutindo desde 2003. André Singer, um de nossos pesquisadores, denominou este nosso recorte cronológico de pesquisa de "Lulo-Petismo" por conta dos governos Dilma. Há um elemento novo nisto tudo que é a chamada crise do Lulismo, que dá seus primeiros sinais mais evidentes nas chamadas mobilizações de junho de 2013. No ano

de 2013 já podíamos localizar um ponto de inflexão. A crise se agrava em 2014 e se aprofunda em 2015, na vitória apertada sobre Aécio Neves nas ultimas eleições. Algumas das dimensões desta crise talvez possam ser analisadas a partir dos últimos textos publicados por Francisco Oliveira e por aqueles que continuaram seu processo de reflexão.

A primeira questão importante é entender que existe uma guerra muito visível contra o trabalho, contra todos os movimentos sociais organizados que aparecem na cena e o que parece claro, neste momento, é que o outro lado está ganhando a guerra, seja pelas PECs, seja pelo quadro brasileiro como um todo, seja pelo cheiro de fascismo que há no ar. Estou muito cansada de me mandarem voltar para Cuba. Que Cuba? A que isto se refere? O que isto quer dizer? Isto é uma alucinação. Há muito alucinógeno aí e uma alucinação que possui cheiro de fascismo e que atualiza algo que acreditávamos estar enterrado.

Talvez tenhamos que pensar a crise brasileira de 2014 e 2015 como parte desta luta e desta guerra na qual, ao menos momentaneamente, a sensação que tenho é que estamos perdendo, ou que, pelo menos, não estamos conseguindo enfrentar nos mesmos termos que aqueles que se opõem a muitas das dimensões que já foram conquistadas. Para pensar isto teríamos que voltar um pouco para 2003 e pensar o conjunto de elementos que perpassaram a montagem do governo do PT – dos dois governos Lula e dos governos Dilma.

Como guia, poderíamos, inclusive, retomar uma reflexão do início dos anos 2000 que chamamos de *"a era da indeterminação"*. Estou tomando isto como ponto de partida, pois a ideia de indeterminação tinha como pressuposto um desenho dos sujeitos políticos que se embaralhavam fortemente. Naquele momento já não era mais possível entender quem eram e pelo que lutavam estes mesmos sujeitos. Ou seja, não é verdade que não haja conflitos, há conflitos! Não é verdade que não haja sujeitos, há sujeitos! O problema é identifica-los e perceber como estes sujeitos se constituem ou não a partir, por exemplo, das bases. Era esta a ideia de indeterminação que perpassava a reflexão naquele momento.

Parte desta indeterminação dizia respeito a alguns traços extremamente complicados que perpassavam, por exemplo, a burocracia sindical e o PT. Uma das dimensões, por exemplo, foi a Reforma da Previdência. Algumas dimensões ficavam muito embaralhadas naquele momento. A outra dimensão era os Fundos de Pensão, que continua, inclusive, sendo uma dimensão muito importante para pensar como são investidos, quem os investe, que tipo de resultados estes investimentos têm. Como exemplo, podemos citar investimentos em resorts nas praias brasileiras, investimentos em shopping centers. Que tipo de investimento produtivo ou rentista é este encabeçado por fundos de pensão e geridos por uma burocracia sindical?

O segundo passo para pensar a crise contemporânea é o que Chico chamou de *"hegemonia às avessas"*, metáfora utilizada para pensar o Brasil e que representa algo parecido com um ornitorrinco, um animal que desafia a evolução das espécies, desafia a evolução biológica, não está "nem lá e nem aqui". Pensando livremente a teoria Gramsciana, Chico teria formulado a ideia do ornitorrinco para afirmar que teria havido no Brasil o fim de uma era das invenções. Esta era das invenções teria sido inaugurada pela luta contra a ditadura, a luta pela democratização, a luta pela elaboração de direitos, elaboração cidadã, a era da organização dos trabalhadores em sindicatos centrais e finalmente no partido que parecia ser a grande inovação política do Brasil na segunda metade do século XX.

Neste sentido, teríamos chegado a um Lula já transformado, que representava ao mesmo tempo a expressão dessa hegemonia da classe trabalhadora e, de certa maneira, o seu avesso. Chico definia isto afirmando que:

> *"parece que os dominados dominam, pois fornecem a "direção moral" e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, direta ou indiretamente, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro, e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que os dominados comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda, e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula. O conjunto de aparências esconde outra coisa [...] Está-se frente a uma nova dominação: os*

> *dominados realizam a "revolução moral" – derrota do apartheid na África do Sul; eleição de Lula e Bolsa-Família no Brasil – que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada. [...] E o consentimento se transforma no seu avesso: não são mais os dominados quem consentem na sua própria exploração. São os dominantes – os capitalistas e o capital, explicite-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a "direção moral" não questione a forma da exploração capitalista. [...]É uma revolução epistemológica para a qual ainda não dispomos da ferramenta teórica adequada."*

Este é um texto de 2005 que deu origem a um projeto de pesquisa que redigi com a Joana Barros e com o Chico de Oliveira. Na verdade, abandonamos esta ideia porque dizia respeito ao primeiro e segundo governos Lula. Quando enfrentamos as mobilizações de junho de 2013, por exemplo, o que percebemos é que havia já um esgotamento deste processo que chamamos de "hegemonia às avessas". A partir disto, investimos na ideia de que junho de 2013 era diferente de março, abril e agosto de 2015. Há uma forte tendência a afirmar que é tudo a mesma coisa e que a direita já estava lá a partir de junho de 2013, mas estamos apostando que não. Vemos junho de 2013 como o que chamamos de "pulsão plebeia". Este é um dos nossos grandes desafios: o alargamento analítico da noção de classe. Encaramos todo este conflito como um conflito e uma guerra de classe, mas identificar esta classe ou este polo como sujeito político está difícil. Desta forma, o Ruy Braga alargou um pouco a ideia quando deixou de utilizar o termo "revolução proletária" para usar a ideia de "revolução plebeia" para apontar uma guinada e um ponto de inflexão em junho de 2013, um momento em que o esgotamento do chamado Lulismo parecia ter ficado bastante claro.

Para entender isto precisamos entender o que é o Lulismo. Segundo André Singer (que é petista) a caracterização do surgimento do Lulismo, nascido sob o signo da contradição, sugere justamente que a experiência brasileira ainda se sinta como variante da via conservadora de modernização, isto é, uma modernização de cima para baixo. Neste processo, o Estado teria tido um papel proeminente alavancando os mais pobres sem que isto implique em ruptura com setores mais conservadores do mundo rural (leia-se o agronegócio) tampouco com a atual ordem dominante dos interesses financeiros. Singer chamou este processo de "reformismo fraco na era Lula", planejado por um

Estado que se apresenta como um demiurgo da mudança, o que esvazia o conteúdo ideológico deste processo em favor de uma política conduzida com conciliação do inconciliável.

Em um contexto em que a balança do poder tende ao Estado em detrimento da sociedade, o progressismo revestiu-se das cores do nacional desenvolvimentismo. Trata-se, então, da crença de que a mudança dependia da neutralização do conflito ideológico - e aí há uma semelhança com a Grécia – de modo que a questão social se resolveria com a benevolência do Estado, que por sua vez reivindica a imagem de entidade em estado de fusão com o povo brasileiro. O que Singer sugere é que o fenômeno do Lulismo atualiza esta revolução "à brasileira" em que o processo contemporâneo de reforma transcorre sem a mobilização da sua principal base eleitoral, a base da camada que ele chama de "subproletário", sobretudo do Nordeste, que adquire visibilidade graças à capacidade do Estado em convertê-la em ator político.

Assim, André demonstra que as relações de homologia entre solução intermediária do reformismo fraco e resgate do imaginário nacional popular são grandes mecanismos pelos quais há uma supressão da luta ideológica. Então, o que temos é uma clivagem entre ricos e pobres que acaba ganhando centralidade. Temos uma equação formada por reformismo fraco + imaginário nacional popular + supressão da luta ideológica = vitória eleitoral. O primeiro governo Dilma, de certo, modo difere do segundo governo Dilma nesta dimensão, só não foi assim porque não deu. Só não foi assim porque o outro lado se organizou.

De certo modo este arranjo foi montado em torno de um chamado neodesenvolvimentismo muito diferente do desenvolvimentismo Cepalino, por meio de uma constelação de programas sociais, de uma financeirização forte, da reprimarização da economia brasileira. Isto acabou gerando aparentes dualidades. Temos, por exemplo, dois Ministérios da Agricultura: um para a agricultura familiar e outro para o agronegócio. Temos a Secretaria de Economia Solidária e um conjunto de perdas de direitos do trabalho. Temos o Programa Minha Casa Minha Vida Construtoras e o Minha Casa Minha Vida Entidades (que corresponde a menos de 1% dos investimentos).

Este conjunto de dimensões aqueceu o mercado por baixo, promovendo uma inclusão pelo consumo. Transformou e

funcionalizou a pobreza brasileira, também conhecida como subproletariado ou precariado, transformando em nicho de mercado sem nenhuma perspectiva de transformação a não ser por meio da capacitação e do empreendedorismo que maquiaram a velha informalidade e o empresariamento e monetarização da vida. Ou seja, houve uma forte transformação da pobreza em nicho de negócio.

Quanto à pulsão plebeia, a gente consegue ver em 2013 de alguma maneira uma continuidade da luta por direitos, o direito a saúde, educação pública, o direito ao lazer, a moradia e mobilidade, o direito a um salário que garantisse as condições de vida para todos. Nesta perspectiva, junho de 2013 teria a marca de uma luta ou da continuidade da luta por direitos nem de longe garantidos pelo suposto desenvolvimentismo Lulista, que estaria analiticamente contraposto nas manifestações conservadoras de 2015.

Entre junho de 2013 e as manifestações de 2015, novos pontos de inflexão: um deles é a escolha do Levy – a quem o André Singer chama de “mãos de tesoura” pelos seus cortes e ajustes para compor seu Ministério. Observando a constelação de políticas e programas sociais e seu modo de implementação, constatamos que as linhas divisórias que separam Estado e sociedade civil foram fortemente empurradas, de tal maneira que temos movimentos sociais de habitação implementando políticas públicas. Neste momento, por exemplo, o que estes movimentos são? Estado ou sociedade civil? Temos ONGs e Associações que constituem todas as linhas de controle e de implementação do Bolsa Família. Estas ONGs e Associações são Estado ou sociedade civil?

Desta forma, necessitamos compreender não somente os programas sociais dos governos Lula e Dilma, mas os seus modos de operação, intermediação e processos através dos quais se criam demandas para além das necessidades. Um exemplo muito claro é o Programa Minha Casa Minha Vida porque, em ultima instância, a partir deste programa podemos perceber com muita clareza que demanda e déficit são coisas completamente diferentes. Temos que criar uma demanda vinculada aos conjuntos, porque acaba por legitimar as próprias formas de operação para além das visíveis e enormes necessidades habitacionais da população urbana brasileira.

Então, o que temos é um **governo moral dos pobres**, processo pelo qual o Lulismo recria nas bordas e nas margens o Estado e as formas de governo que encolhem a possibilidade de efetividade do processo pelo qual as classes se constituem sujeitos políticos capazes de lutar pela sua própria emancipação. A hipótese é de que neste grande processo teríamos um vazio político fatalmente ocupado por salvadores morais da Pátria, como Moro e Barbosa, e por uma direita enfurecida que sai às ruas pedindo vingança e distinção nos aeroportos, nos shoppings de luxo, na posse dos automóveis e finalmente no cenário espetacularizado do Congresso e Palácio do Governo. Contra estas dimensões, o que parece é que talvez só haja um antídoto: a radicalização da politização e da crítica em todas as arenas da vida social, o que pode nos alertar para um cenário em que crise econômica e política acabem por justificar todo e qualquer sequestro de direitos, todo o encolhimento das políticas de educação, saúde e moradia, todo um rearranjo que aprofunde a policialização, a monetarização e a financeirização da economia e das práticas sociais no Brasil pós Lulismo.

O desenvolvimento na perspectiva da soberania alimentar

Maria Emília Pacheco, assessora da FASE e à época era presidente do CONSEA

Tratarei do tema desenvolvimento a partir da perspectiva da soberania alimentar, pois entendo que aí reside uma possibilidade de pensamento crítico, de configuração política e de compreensão da resistência dos sujeitos – o que não é um debate tão presente, a meu ver, quando se discute e se faz a crítica ao modelo de desenvolvimento. Se analisarmos o recorte proposto para a COP 21 em Paris em 2015, o que permeia o debate é muito mais a relação clima versus meio ambiente, clima versus a questão energética, de transporte e industrial e muito pouco a relação com a produção de alimentos.

No Brasil, neste momento, as duas tragédias ambientais recentes também nos mostram quanto o debate sobre a produção de alimento está subssumida. Tanto na Amazônia com a tragédia de cerca de 5 mil cabeças de gado que estão pelos rios em razão do naufrágio de um navio – e é importante lembrar que este é o gado que fica tempos e tempos nos campos de engorda antes de seguir para exportação –, quanto também na tragédia do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana, nas Minas Gerais. Se avaliarmos o que a imprensa tem noticiado veremos que se fala muito pouco dos impactos destas tragédias sobre modos de vida, sobre os agricultores e comunidades tradicionais que produzem alimentos e sobre os pescadores que neste momento se encontram com seu direito de pesca totalmente violado.

Há uma definição mais recente de **soberania alimentar**, resultado do encontro de vários movimentos em Nyélény, Mali, no Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, sua concepção é bastante ampliada. No caso brasileiro, nós não temos uma definição de soberania alimentar incorporada ao marco constitucional. Falar de soberania alimentar é ir além da segurança alimentar e nutricional. A nova definição desenvolvida em Mali amplia o significado do conceito e é resultado do processo de mobilização e articulação dos movimentos sociais no plano internacional, onde participam também movimentos brasileiros. Esta definição faz referência não só ao direito dos povos de controlar suas formas de produzir e dialogar com a sua cultura, com as formas sustentáveis

e ecológicas, mas também sobre o direito de decidir sobre seu próprio sistema alimentar. Por isto, trata-se de uma definição que coloca em questão a forma como se organiza o sistema alimentar no mundo hoje. A definição fala também das condições de comércio, do direito dos consumidores e ainda, evidentemente, da garantia do direito de acesso à terra, territórios, água, sementes e todos os recursos produtivos que estejam na mão de quem produz alimento. Ampliando ainda mais esta definição, no Fórum Mundial falou-se também da necessidade de novas relações sociais livres de opressão e desigualdades que levem em conta as raças, etnias e gerações. Neste sentido, é um conceito sobre o qual precisamos refletir em razão da amplitude que ele reporta.

Analisando o sistema alimentar mundial hoje, é também necessário recordar o que nos diz o professor holandês Jan Douwe van der Ploeg, quando afirma que vivemos hoje sob a égide de verdadeiros **impérios alimentares**, primeiro por conta do processo recente de industrialização e concentração da agricultura no plano mundial e no Brasil; segundo porque temos o mercado como princípio ordenador da produção e da comercialização; e, em terceiro, porque há uma reestruturação da indústria de processamento, das grandes empresas de comercialização e das cadeias de supermercado, onde ocorre um processo de concentração crescente desde a produção até o consumo. É a fusão destes três processos que nos mostra o tipo de ameaça e de risco que vivemos hoje. Isto afeta não só a natureza da produção, mas também os ecossistemas onde a agricultura está enraizada, a qualidade dos alimentos e as formas de distribuição.

Neste sentido e analisando o cenário brasileiro hoje, observamos que continuamos sob a hegemonia do chamado agronegócio. A concentração de terras se mantém e os processos de desterritorialização ocorrem não só pela expulsão de populações e pela expropriação destas, mas também porque temos cada vez mais decisões tanto do Executivo quanto do Legislativo e do Judiciário que colocam em risco estes sujeitos de direito que estão no centro do processo de produção dos nossos alimentos.

Cito aqui três exemplos: o ajuste fiscal, implementado pela presidente Dilma Russef no seu segundo mandato, redefine o conceito de pesca no Brasil ignorando que o pescador artesanal é aquele que combina a atividade da pesca com a coleta, a produção de alimentos e roçados. A partir deste ajuste, o pescador

passa a ser caracterizado como aquele que exerce de forma contínua, permanente e exclusiva a atividade da pesca. Ao fazer isto, exclui-se os pescadores da Amazônia e as comunidades tradicionais de pescadores de vários outros biomas. Ao mesmo tempo, redefine o lugar da mulher, pois a caracteriza como uma colaboradora das atividades da pesca quando sabemos que as mulheres vêm crescentemente lutando pela afirmação da sua identidade como pescadoras.

No plano legislativo, a PEC 215 propõe transferir para o legislativo o papel que hoje é atribuído constitucionalmente ao executivo de marcar e titular as terras indígenas. Trata-se de uma enorme ameaça. No plano judiciário, temos a proposta de uma ação de inconstitucionalidade em relação ao decreto que busca regulamentar o artigo 68 da Constituição, que reconhece o domínio de terras para estas comunidades quilombolas.

Somado a isto, o que observamos não é apenas a concentração de terras e da produção, assistimos hoje também no Brasil um processo de especialização produtiva extremamente arriscado. O que temos é uma concentração de produção em algumas regiões – como, por exemplo, o arroz que é 75% produzido no Rio Grande do Sul. Há uma perda da produção do feijão - já estamos importando toneladas da China - e há uma redução da produção de mandioca. Ou seja, está em curso um processo de especialização produtiva e de redução da produção de alguns alimentos básicos. Há aqueles que especulam, inclusive, que o Brasil pode se converter futuramente em um país exportador de commodities e importador de alimentos.

Trata-se, em muitos casos, de um processo de desterritorialização, mas também de criação de novos territórios pelo próprio Estado. Todos já devem ter ouvido falar da sigla MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia): são 72 milhões de hectares onde está previsto, a partir de um decreto recente de maio de 2015, uma reconfiguração agrária do mapa do Brasil, pois é uma área que será destinada principalmente para a exploração de celulose e de soja em uma região onde há muitas comunidades quilombolas, terras indígenas, áreas de proteção ambiental, etc.

O cerco está de fato se fechando para as populações camponesas, comunidades tradicionais e povos indígenas. O que observamos são novas manifestações e conflitualidades. Estamos diante

de conflitos que, de um lado, não possuem as características históricas dos conflitos agrários, visto que são conflitos onde o que está em jogo é a afirmação de identidades étnicas. Ao mesmo tempo, trata-se de conflitos que dizem respeito a mudanças no padrão da produção agrícola - como a imposição de novas tecnologias, por exemplo. Com a liberação crescente dos transgênicos estrangeiros no Brasil, vemos uma reação dos movimentos sociais contra esta liberação. Já tivemos, inclusive, fatos na história, liderados principalmente pelas mulheres, que ocuparam laboratórios de multinacionais e de grandes corporações que produzem os transgênicos, por exemplo.

Estas novas conflitualidades se manifestam pela apropriação crescente de bens comuns. Estamos hoje no Brasil em um momento de regulamentação de uma Lei de acesso a recursos genéticos e o conflito no qual o que se manifesta é o conflito com a chamada coalizão da biodiversidade. Não pensem vocês que esta coalizão é feita de movimentos sociais, pois ela é feita pelo "pool" de corporações da área de fármacos, cosméticos e química, disputando o conhecimento tradicional incorporado aos saberes das populações tradicionais. O que está sendo regulamentado, neste momento, aponta para uma derrota dos movimentos sociais e a manutenção da hegemonia destes setores da indústria que não reconhecem que há conhecimento tradicional em vários produtos industrializados. Por exemplo, se a indústria de cosméticos hoje resolver fazer do amido da mandioca um produto cosmético, as populações que historicamente fizeram a domesticação da mandioca não têm nenhum direito reconhecido. **É uma violação daquilo que vem historicamente sendo reafirmado e reconhecido como um dos princípios da convenção da biodiversidade.**

Existem também outros campos de conflito como, por exemplo, a defesa feita pelo Programa de Redução do Uso de Agrotóxico (PRONARA), que tem feito uma ampla campanha no país, reunindo segmentos que até então não estavam tão coordenados como o Instituto Nacional do Câncer, a Fundação Oswaldo Cruz, a Rede de Justiça Ambiental, a Articulação Nacional de Agroecologia e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Mas, o mais grave é que, neste momento, além dos agrotóxicos e da liberação dos transgênicos, temos o risco de ser aprovada no Brasil a tecnologia "Terminator", uma tecnologia de sementes

estéreis. Se for liberado, o Brasil será o primeiro país no mundo a permitir tal tecnologia. Isto significa ferir a autonomia dos agricultores e significa impactos no meio ambiente e na saúde.

Mas, quando afirmo que o cerco está se fechando, ele se fecha também, pois há, neste momento, uma disputa em uma outra frente de acumulação do capitalismo que diz respeito a disputa do sentido da qualidade. O que está em questão hoje é: como definir se um alimento possui maior ou menor risco? Esta é uma contradição profunda que se expressa também no conflito entre representantes das indústrias de alimentos. Nosso debate tem se focado no significado das articulações em rede, este é um processo que também está em curso por parte do setor produtivo, mas com uma diferença do passado: não atuam mais separadamente, mas atuam como conglomerados nomeados – como a Coalizão da Biodiversidade e agora também o Viva Lácteos, formado por um conjunto de multinacionais como Itambé, Nestlé, Polenghi, Vigor, etc. Trata-se de um amplo conglomerado que está neste momento impondo as normas sobre o que é risco e o que não é nos produtos de origem vegetal.

Trata-se, também, de um novo campo de criminalização dos movimentos sociais no Brasil. Recentemente em Santa Catarina houve operação da Vigilância Sanitária, seguramente pressionada por estes conglomerados e pela indústria de alimentos. Nesta operação, eles entraram e praticamente destruíram e retiraram os produtos que estavam sendo vendidos e que possuem origem artesanal, vários deles certificados com a chamada certificação participativa (reconhecida pela legislação brasileira). Os produtores tiveram seus produtos levados. Trata-se de um cerco, pois as exigências que estão colocando para que estes alimentos continuem circulando e sendo comercializados são absurdas. Para exemplificar, é como se disséssemos que é mais arriscado comer uma galinha caipira ou uma geleia caseira do que comer um “skinny” que ninguém sabe do que é feito. Aliás, sabemos que na composição destes produtos alimentícios ultraprocessados entram também o petróleo, o carvão e outras substâncias químicas.

No exercício da hegemonia destes setores industriais, precisamos problematizar ainda o poder que estes possuem sobre a rotulagem e a publicidade dos alimentos. Esta é uma luta que precisa ser enfrentada pela sociedade. A publicidade de alimentos destinada

a crianças é um escárnio, uma assepsia que vai desde os produtos alimentícios processados a brinquedos. E o que responderam as empresas quando foram advertidas por uma instrução normativa do CONANDA (Conselho Nacional de Crianças e Adolescentes)? Disseram que a ANVISA não pode legislar a respeito, o CONANDA muito menos, e que isto é ferir o direito de informação. Não se trata de ferir o direito à comunicação livre - como chamam - mas de ferir o direito à vida e o direito humano à alimentação. Não há regulamentação deste setor no Brasil.

Assistimos também a um retrocesso na rotulagem dos produtos. Encontra-se em curso no Congresso Nacional, neste momento, a proposta de retirar o símbolo "T" de Transgênicos sob alegação que isto aterroriza os consumidores. Trata-se de um contexto de total inversão de valores e de princípios.

Existem processos contra-hegemônicos que precisamos ler com atenção. Podemos dizer que nos últimos anos no Brasil saímos da invisibilidade para uma afirmação, uma pluralidade muito grande de comunidades, de povos de comunidades tradicionais, além da manutenção da luta dos agricultores e agricultoras familiares e de camponeses. É importante lembrar que a Constituição de 1988, ao reconhecer que no Brasil existem terras tradicionalmente ocupadas, seguida da ratificação da Convenção 169 da OIT, que diz respeito aos direitos destes povos, criaram condições simbólicas, materiais e instrumentos de luta para estas populações irem se afirmando. Gostaria também de reconhecer que neste processo de contra-hegemonia é preciso fazer uma leitura fina sobre a ação política das mulheres, ação esta que tem crescido no Brasil. Na minha concepção, a plataforma de luta das mulheres na Marcha das Margaridas é uma demonstração extremamente importante, pois articula várias dimensões, não só a da justiça ambiental com a soberania alimentar, mas também faz uma leitura a partir das identidades, é uma plataforma sobre a qual precisamos ter atenção.

Cada vez mais as mulheres têm associado o direito à auto-organização e à autonomia econômica com a luta contra todas as formas de violência. A consigna da Articulação Nacional de Agroecologia hoje é: *"Sem feminismo não há agroecologia"*. É preciso pensar um campo de confluências, não só a construção do campo agroecológico, pois a construção social da agroecologia não pode ser entendida apenas como um movimento que trata

de tecnologia, mas que vai muito além do sentido econômico e social. Neste sentido, concordo com muitos autores que afirmam que a **agroecologia** significa trabalhar no sentido de garantir a responsabilidade ética, pois trata-se de um processo com várias dimensões. A natureza não pode ser vista como recurso, mas como meio de vida. São sentidos articuladores, mais holísticos, por assim dizer. A iniciativa da Articulação Nacional de Agroecologia de promover o Encontro de Diálogos e Convergências com várias redes e articulações é bastante interessante, pois unifica. Até este momento houve apenas um encontro, que reuniu a Rede de Justiça Ambiental, o Movimento da Economia Solidária, o Movimento Feminista, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar, enfim, são várias redes para possibilitar a interação destes vários temas junto aos movimentos sociais.

Estamos em um momento de reafirmar valores e princípios. Temos uma urgência histórica, ante a desconstrução do princípio da precaução, definido desde a época da Convenção da Biodiversidade em 1992 e que deveria ser visto como um princípio inegociável ao lado do princípio da responsabilidade. O fato de termos hoje uma iniciativa de cientistas em defesa da sociedade e da natureza, formada a partir de uma articulação da Argentina com a participação de brasileiros, coloca em outro lugar o papel da ciência. Aqui no Brasil, vários intelectuais têm levantado a necessidade de construirmos os chamados Núcleos da Ciência Cidadã, pois é disto que estamos falando quando analisamos os novos grupos de conflitualidades e de ampliação capitalista.

Por último, trago aqui uma indicação para que leiam uma manifestação da área da sociologia e filosofia de um grupo de pesquisa em filosofia, história e sociologia da ciência e tecnologia do Instituto Avançado da USP. Este grupo acaba de redigir uma carta aberta à SBPC e à Academia Brasileira de Ciência fazendo uma verdadeira convocação para que enfrentemos as controvérsias destas novas tecnologias, dos novos campos de conflitualidades, chamando atenção principalmente para o debate sobre os transgênicos. É interessante que uma das palavras centrais da carta, a meu ver, é a palavra risco. Muitos cientistas afirmam que não há risco na liberação de transgênicos, pois estes continuam defendendo as mesmas teses históricas das próprias corporações. É isto que está em questão: a disputa para resolver estas transformações no sistema agro alimentar: a qualidade e o risco.

Sobre reposicionar nossos instrumentos de luta

Lúcia Xavier, assessora da ONG Criola

Vim aqui contar a vocês a reviravolta que o movimento de mulheres negras está fazendo no país desde 2013. Independentemente das jornadas e de tudo o que havia acontecido, estamos rumo a uma **Marcha contra o fascismo, a violência e a favor do Bem Viver**. Preparei-me para essa fala, mas chego aqui e vocês me desorganizam completamente.

Primeiro porque eu descobri que nada sei. Só sei que este modo de nos olharmos e olharmos o outro é ainda a coisa mais perversa que eu vejo no mundo. Essa necessidade de retraduzir o outro e fazer pensar como o outro pode pensar como eu, como ele deve se comportar é muito branco, muito hétero, muito patriarcal, racista e, sobretudo é o modo que faz com que esse padrão de civilidade sobreviva e que percamos a esperança no ser humano. O que tem de avançado tem de retrógrado, o que tem de bom tem de ruim. O que tem de ruim também pode ser bom. Não podemos mais pensar nestes processos fechados, complexos. O evento do Isoporzinho é contra o preço da Brahma, mas não é contra a violência praticada contra as mulheres que são estupradas e violentadas em diferentes espaços.

Hoje, o Estado tortura mais do que torturou no período da ditadura. O que eu imagino é que todos estes processos parecem muito avançados, mas será que são mesmo? Esta nossa capacidade de refletir a realidade, de discutir esta realidade e ao mesmo tempo se embrenhar por ela está muito difícil. Nossas classes estão se sobressaindo aos nossos pensamentos, aos nossos valores, aqueles princípios que nos fizeram incorporar esta dimensão como uma luta fundamental para cada um de nós.

Eu luto por justiça e sei que esta luta é extensiva a diferentes processos, mas eu só sei olhar de um jeito e é deste jeito que eu imagino que a justiça deva ser para todo mundo. Não adianta pensar que vou olhar para a Letícia e vou pensar a justiça como ela, não é possível pensar assim. Minha experiência no mundo me coloca em um lugar em que a justiça é uma e possivelmente vai bater de frente com os interesses dela, mesmo as duas sendo

mulheres, mesmo tendo experiências em comum, estes fatores não irão facilitar na hora em que batermos nossas relações de classe, de raça e nossos interesses. As hierarquias da sociedade ainda funcionam através da leitura que temos dela. Certamente esta foi uma questão que me bateu profundamente, mas não da forma como o Jorge iniciou aqui, falando dos novos e dos velhos.

Sobre os resultados deste processo do novo e do velho, quem será mais velho? A frente negra existia desde 1930, passou muitos anos em funcionamento e até exército tinha. O Quilombo dos Palmares não tem referências históricas? Não podemos comprovar? A República Palmarina teve cem anos de democracia! Quem é novo e quem é velho aqui? O que estamos falando neste processo? Qual a dificuldade que temos de olhar os diferentes sujeitos que se apontam no processo político e experimentar com eles esta questão?

Vivi aqui nesta casa por onze anos. Aqui era a sede de Instituições Jesuíticas que ainda existem, o Centro João XXIII e também o Ibrades. Uma vez em um debate sobre dar apoio a uma liderança que vinha de um movimento de meninos e meninas de rua, chamado Volnei do Nascimento, que já faleceu, o Betinho dizia: “quem é ele? Por que eu devo apoiá-lo? O que me faz acreditar? Eu sei de onde eu vim, da minha luta, do meu movimento. E ele? Veio de onde? O que faz dizer que ele é verdadeiro nesta luta que trava?”. E nós não tivemos o apoio do Betinho nesta luta. Tratava-se de uma luta justa, justíssima, porque a violência contra os meninos e meninas de rua segue até hoje. Os dois morreram, mas o problema segue. O problema segue porque estava acima deles e a violência faz parte do processo de constituição ideológica deste país. Quando ela recrudesce, não recrudesce pura e simplesmente porque há mais gente ruim ou mais gente boa no governo, ela recrudesce porque as forças se movimentaram e quando elas se movimentam estes processos precisam ser colocados no lugar de novo.

Fico às vezes me perguntando: é extermínio? É genocídio contra a população negra? Jovens negros morrem muito, às “pencas”. Aqueles que chegam aos jornais, aqueles que a gente nunca viu, aqueles que a gente nunca soube. E mulheres negras também, na hora do parto, no aborto. Que solidariedade nós alavancamos da sociedade em relação a isso? Quase nenhuma, porque esta solidariedade nos remete a exatamente aquilo que nos constitui

como sujeitos: as nossas hierarquias. Não nos despimos destas hierarquias pelo simples fato de incorporarmos novos princípios de justiça e de direito, mas, sobretudo, porque abrimos mão de alguns destes princípios que são fundamentais.

Devemos incorporar a esta leitura sobre a conjuntura atual a quebra do pacto pelos direitos humanos. É a coisa mais liberal do mundo, mas foi o que nos ajudou a recolocar a dimensão da igualdade como um horizonte. Diferentes setores começam a negar os direitos humanos, direitos sexuais, direitos reprodutivos, direito a saúde. Estamos no século XXI e há quem negue estes direitos, há quem defenda a privatização da saúde. Mesmo nós que não temos mais acesso ao Sistema Único porque temos o sistema privado não podemos ficar de braços cruzados. A comercialização do direito à saúde é o fim para essa população. Não há ninguém no Brasil que viva sem o Sistema Único de Saúde.

Outros direitos são atacados terminantemente a todo o momento. **Dizer que não quer gênero na construção de plano de educação não é uma coisa banal, é simplesmente não querer discutir direitos.** Na medida em que este pacto se quebra, resta-nos perguntar qual será então a liga que fará com que nós tomemos de novo a frente da luta política. A luta política exige tudo, exige constituição e reforma dos nossos princípios, dos nossos valores, mas exige também a reafirmação deles. Quando eu chego aqui e digo “igualdade”, não se assustem, não estou delirando, o que estou querendo dizer é que este é o principio que nos fazia unidos em relação à ação política. Quando digo que precisamos de justiça, não se assustem, é também neste sentido, daquilo que nos faz, que nos move em torno das causas sociais. Se não disputarmos isto com a sociedade, não chegaremos a lugar nenhum.

Toda vez que nos encontrávamos, eu e Jorge Durão, eu sugeria que a **FASE** fizesse um projeto para a classe média, para a educação sobre direitos, para melhorar a ideia dela de cidadania, para abrir mão de privilégios, pois determinados setores da sociedade estão se posicionando também em relação à quebra deste pacto, estão negando os direitos humanos e precisamos nos recolocar diante disto. Desde 2003, com o governo Lula, a esquerda começou a debater o que seria mesmo necessário e fundamental para a população. Discutiam se o Bolsa Família era bom ou ruim, discutiam diferentes programas sociais, mas

não discutiam de fato como é que se faz a integração de grupos que viveram anos na exclusão e que precisam fazer parte deste processo. A esquerda deixou estes grupos à disposição de diferentes setores para a disputa política. Hoje quem recebe bolsa família não tem coragem de ir a favor do Bolsa Família, quem estuda em sistema de cotas não tem coragem de ir a favor das cotas, quem estuda pelo PROUNI também faz a mesma coisa, se recusam a entender que o processo do direito é a melhor maneira de disputar, em uma sociedade como a nossa, os bens e os recursos que esta sociedade tem. Acredito que abrimos mão disto. Por diferentes motivos nós dissemos que isto não era bom, nós não afirmamos a necessidade disto e este pacto quebrado nos obriga a repensar estas questões.

Quero lembrar outro momento em que este pacto também foi quebrado: quando se apresenta o Plano Nacional de Direitos Humanos, o PNDH III. Vimos que as disputas em torno do PNDH III eram as mais estranhas possíveis, contra o aborto, pela flexibilidade de políticas relacionadas ao sistema carcerário (que cresce cada vez mais). Hoje, 60% das mulheres que estão presas no sistema carcerário roubaram sabonete, azeite e bacalhau. A maioria vai presa quando o sistema de violência as obriga a levar drogas e elas são pegas no scanner, como é o apelido desta prisão arbitrária, sem defesa. Dalí, os filhos vão para um lugar e as mulheres para a prisão.

Estamos falando de uma crescente ação contra diferentes grupos de que não estamos conseguindo dar conta. Conseguimos arregimentar muita gente para defender as baleias e os micos leão dourados, não que isto não deva acontecer, mas com os seres humanos cada vez mais a distância de classe, de raça, de sexo, de origem, se coloca entre nós e não vemos defesa em relação a isto. Cada vez que ocorre uma situação dessas, a primeira coisa que perguntamos é se ele era bandido, se estava no tráfico. Há quem acredite que 50% da população que mora em favela é do tráfico, isto significa que seria o maior empregador deste país, e não é. O maior empregador ainda é o Estado.

Acredito que hoje os dilemas que temos como movimento, que também vão se revelar nos seus desafios, têm a ver com diferentes aspectos e um deles é a analise que nós fazemos sobre os processos sociais. O que avançou, o que ficou para trás, o que hoje se revela como importante para a sociedade e, sobretudo, o

maior dos desafios é **como dialogar com diferentes setores da sociedade**.

A ideia de uma sociedade alienada não é real. A ideia de uma sociedade que não tem condição de decisão política não é real. A ideia de que a sociedade está "se virando" também não é real. A sociedade está pagando muito caro pelos processos políticos atuais, pelo reposicionamento. Todos se reposicionaram, e é por isso que nos parece que há também a necessidade de nos reposicionarmos. Quando o capitalismo se reposiciona tudo muda de lugar, e nós também devemos mudar.

Precisamos reposicionar nossos instrumentos de luta, recolocar qual o horizonte que queremos alcançar, mas, sobretudo é necessário que nos reposicionemos diante do legado que a esquerda criou e não criou sozinha. Não há nenhum movimento com maior tradição de luta pela democracia do que o movimento negro. Nós lutamos contra a escravidão, lutamos pela inclusão na república, lutamos na democracia e lutamos até hoje para ter participação na sociedade, naquilo que a gente fez. Não fizemos só samba, fizemos escola de engenharia, fizemos os principais caminhos pelos quais as pessoas andam nesta cidade, construímos esta cidade. Não há um caminho traçado nesta cidade que não tenha sido traçado por negros.

As famosas construções que vocês veem aí foram feitas por negros e esta ideia de que só fizemos samba permanece, permanece na maneira como eu olho a população negra, na maneira como eu incorporo uma das principais hierarquias desta sociedade no processo de luta política. Como se posiciona, em uma análise como esta, o recrudescimento do racismo, como o racismo ajuda, fortalece e mantém um tipo de modelo de desenvolvimento que, além de exterminar outros diferentes grupos, se faz presente ainda fortalecendo hierarquias que vão deixar muito mais gente sem voz (aos menos os que sobreviverem a este processo que se faz à custa de mortes). Esta não é uma ação nova, não há ideologia sem violência. Para que ela permaneça, para que ela se espalhe, para que ela se reproduza, é necessário também conter aqueles que não a aceitam, não concordam, ou querem estabelecer outros processos.

Precisamos voltar a disputar os conceitos que dão base à ação política por justiça, por direitos, por uma sociedade mais justa.

A expressão “sociedade mais justa” já quase não existe mais, mas precisamos disputar de novo estes conceitos, recheá-los de conteúdo, recheá-los de prática. Mesmo a esquerda, que deixou de lado algumas destas ações fundamentais para a população, possui um legado que não pode ser deixado de lado. Da mesma forma, mesmo afirmando que o feminismo não dá conta da questão racial porque as hierarquias entre mulheres persistem, porque a subordinação entre mulheres persiste, não podemos deixar de lado um legado de trinta anos que mudou a vida da sociedade brasileira. É preciso aprender com estes legados, mas é preciso aprender também com o que os movimentos têm feito ao longo do tempo. A questão não é se eles são velhos ou novos, mas o que é que eles deixaram como conteúdo para construção de uma sociedade mais justa, como é que eles aportaram novos conhecimentos, novos saberes, novas práticas, nova maneira de ser democrática. Esta é uma experiência nova em uma sociedade como a nossa, vivenciar a diferença como valor e respeitar essa diferença a partir dos princípios que guiam o mesmo conjunto de indivíduos.

Mesmo que a perspectiva dos direitos humanos seja velha, em termos dos nossos interesses, mesmo que seja limitada, seja neoliberal, não há outro pacto em voga na nossa sociedade. Este ainda é um pacto que fala para todos os setores, para as igrejas, para os partidos, para os setores mais conservadores, para a esquerda. Se não temos outro para colocar no lugar, é necessário que alguém diga que este ainda tem valor. Mesmo que saibamos dos limites deste, sem algum pacto não é possível construir novos sujeitos políticos atuando em torno de direitos porque o cotidiano é destruidor de qualquer possibilidade. O ditado “farinha pouca meu pirão primeiro” não pode servir para nos reunir em torno de causas justas. Se não abrirmos mão deste principio como força motriz da nossa ação política não conseguiremos avançar. É necessário rever este padrão e se ele ainda é capaz de dar conta das questões políticas que nos atravessam, que nos tiram o sono ou que ao menos nos deixam preocupados.

Aprender com estes sujeitos é fundamental, não podemos pensar, 30 ou 40 anos depois, que este grupo precisa ser reeducado, precisa passar por nova politização, precisa voltar para cursos de formação. Esta casa aqui já teve a experiência de treinar lideranças que até hoje estão no cenário político e que passaram por aqui para aprender a fazer política nacional. Mas o que

estamos fazendo? Estamos fazendo isto mesmo? Se não, não estamos investindo nestas lideranças, confiando na possibilidade de elas compreenderem esse processo no geral. Fica difícil também acreditar que a podemos "deixar o nosso destino" na mão delas. Desta forma, como retomamos estes processos sociais em que os sujeitos políticos são outros, diferentes de mim, e como "entregar minha vida" nas mãos destas pessoas? Uso o termo "entregar" no sentido figurado, o que quero dizer é se minha liderança é capaz de representar meus interesses, é capaz de guiar a sua luta política em torno desta questão que me faz participar deste processo.

No movimento das mulheres negras estamos, há dois anos, organizando uma marcha que terá seu auge no dia 18 de novembro. Esta marcha não terá audiência com o governo, com o Congresso, com a Presidenta, não queremos negociar nada, queremos nos posicionar em relação ao racismo, à violência e a favor do Bem Viver. Se me perguntarem o que é o Bem Viver eu digo que está em processo de construção. Há uma experiência andina, existe uma experiência na América Central, mas tem, sobretudo, um aspecto importante que é nosso saber ancestral. Nós, que vivemos há milênios uma cultura política diferenciada e que aprendemos, sob as piores condições de vida, a dar a volta por cima, queremos retomar esta cultura ancestral, queremos retomar estes princípios da ancestralidade que guiam a nossa ação política até hoje e misturar, amalgamar com as experiências positivas de um padrão de civilidade que permite o processo de igualdade, que defenda a diferença como valor.

Por este motivo sentimos certa "estranheza" por não querermos falar com nenhuma autoridade. Nós mesmas estamos um pouco confusas, nos questionando se vamos conseguir deixar de falar com a Presidenta.

A ideia é nos apresentarmos como sujeito político dizendo para onde estamos indo, o que queremos, como queremos e dizendo que nós podemos representá-los, que a vida de vocês está muito bem entregue nas nossas mãos, que nós somos capazes de propor uma nova sociedade com capacidade de viver a diferença e poder ao mesmo tempo estabelecer outros padrões de civilidade que não estes que estão presentes. Como vocês sabem, a vida é uma aposta e estamos apostando alto.

Da contra hegemonia

Wagner Campos, advogado e assessor do IDEAS Assessoria Popular, membro do Movimento Sem Teto da Bahia e integrante da Frente Resistência Urbana

Tenho 30 anos completados em agosto, mas sou um pouco mais velho. Trabalho com o conceito de ancestralidade. Nós temos muitos ritos, muita herança, muita coisa para preservar. Por isto gostaria de começar pedindo "Agô" aos meus, pedindo licença aos meus mais velhos e licença aos meus mais novos. Como esta caminhada não começa hoje e não termina logo, gostaria de lembrar o nome de alguns dos nossos que ficaram no caminho, pois todos os dias morrem jovens negros na disputa por seus territórios por todo o país.

Gostaria de lembrar os nomes de Joquielson Batista, Guerreira Ninha, Adriano Souza e todos os outros doze do Cabula, Eliete Paraguaçu e as comunidades quilombolas de Ilha de Maré, Cacique Babau e os Tupinambás da Serra do Padeiro e de Olivença, Paula Sória em nome dos Omã e todas as demais etnias ciganas no Brasil e no mundo, Jaziel dos Santos e as mais de 800 comunidades de fundos e fechos de pasto da Bahia, Eleonice Sacramento e os pescadores e marisqueiras, Vilma Reis e as demais mulheres bicudas, negras e empoderadas dos terreiros de Candomblé da Bahia, Senhor Moisés e a comunidade de Volta do Cavalo, das comunidades de Geraiseiros e Vazanteiros do oeste da Bahia e do norte de Minas, Carlinhos e as comunidades extrativistas e canavieiras de todo o país.

Não somos poucos, a luta dos que são chamados de novos sujeitos sociais está no cotidiano. Todos os dias nós nos reunimos, discutimos, conspiramos por outro modelo de sociedade, conspiramos para derrubar o capitalismo, conspiramos pela construção das comunidades do Bem Viver. As comunidades do Bem Viver às quais o Movimento dos Sem Teto da Bahia se refere não tem uma herança andina. Respeitamos muito, pois se hoje falamos do genocídio do povo negro, precisamos admitir e pedir licença, já que antes do genocídio do povo negro ocorreu o genocídio dos povos indígenas.

Nós, negros, aportamos na Bahia para servir de força de trabalho em um período em que o domínio não era sobre os meios de

produção, mas sobre toda a força de trabalho. O Brasil foi construído tendo como única força de trabalho em seu perímetro a escravidão indígena e a escravidão negra. E isto é marcante demais para que deixemos passar batido. Embora em Salvador nós tenhamos pouco registro da cultura indígena, ela nos perpassa todos os dias, pela ancestralidade, no paladar, nos nossos nomes.

E não somente em Salvador, mas neste território que chamamos de Brasil, que foi um território indígena, aconteceu um genocídio, trouxeram nova mão de obra nos tempos da colonização e hoje está acontecendo outro genocídio. Em Salvador, no dia 24 de agosto de 2015, nós realizamos a III Marcha Internacional Contra o Genocídio do Povo Negro, organizada pela campanha “Reaja ou será morta, reaja ou será morto”. Algumas destas bandeiras e destes símbolos que estão aqui representam hoje um pouco dos principais sujeitos políticos na luta de Salvador e da Bahia. “Reaja ou será morta, reaja ou será morto” é uma campanha que o MSTB também compõe.

Assim como fazemos parte da Articulação de Comunidades e Movimentos do Centro Antigo de Salvador, há mais ou menos um ano, que reúne cinco movimentos: o MSTB, a Comunidade da Gamboa de Baixo, Comunidade da Chácara Santo Antônio, os Artífices da Ladeira da Conceição e o Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho.

O Movimento também compõe, em âmbito nacional, a Frente de Resistência Urbana, uma frente organizada por movimentos que lutam pelo direito à cidade, movimentos de sem teto e de cunho anticapitalista. Antes de compor a Resistência Urbana estávamos em outras lutas e disputas que se articulavam pela construção do Ministério das Cidades, do Fundo de Habitação de Interesse Social, dos Conselhos das Cidades. Todos nós nos empolgamos com aquele processo, mas logo os seus limites ficaram demarcados.

Não fazemos diferenciação entre movimentos urbanos e rurais, sobretudo porque o MSTB é organizado em 32 espaços. Estamos desde ocupações em prédios na área central do centro antigo de Salvador a ocupações que a geografia chamaria de ru-urbanas no sul da Bahia, em Feira de Santana e em Camaçari. A pauta é organizada, sobretudo, por mulheres negras, mães solteiras

que herdaram toda essa herança escravista, patrimonialista e machista. Organizar uma base extremamente vulnerabilizada não é fácil. O lema do Movimento é “organizar, ocupar e resistir”.

Em nosso debate sobre a sociedade e sobre a comunidade do Bem viver não há espaço para, entre nós do mesmo campo,uma disputa de hegemonia, muito menos para um debate polarizado. Nós, movimentos sociais da Bahia, nos organizamos muito a partir de práticas e culturas que são diferentes em cada canto da Bahia. Eestas práticas estão relacionadas aos nossos territórios, saberes e modos de existir, e desde aí é que surgiram nossas organizações.

Portanto, se quero que respeitem minha cultura, preciso aprender a respeitar a cultura alheia; por isso, não há espaço para um projeto único e uma perspectiva hegemônica dentro do nosso campo.

É extremamente interessante tentarmos entender quando precisamos dialogar. A esquerda e os movimentos sociais precisam dialogar, precisam voltar a ter agenda partilhada e construída coletivamente. Abandonamos o ideário das principais agendas do país. A agenda da reforma agrária foi abandonada em função da agenda da mecanização do campo e do crédito para os assentamentos. Os movimentos mais “tradicionais”, como o Movimento Sem Terra (MST), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e uma série de outros movimentos, que se organizam em torno da pauta central da produção e da própria reforma agrária, estão sendo questionados pelas lutas de afirmação do território. Mais do que uma afirmação da retomada do território, estes “novos” movimentos afirmam que aquele espaço nos pertence e que nossa organização pode ser feita a partir de nós e de nossa história, a partir de experiências como Canudos, Belo Monte, Quilombo do Urubu e Palmares.

Para nós, as comunidades do Bem Viver nascem de um processo de resistência que a história nos ensinou e nos mostra no cotidiano. Isto não significa que não respeitemos ou que não dialoguemos com a experiência do Bem Viver

construída ao longo da América Latina ou no Cone Sul como um todo. Mas existem outras experiências que nos aproximam e assemelham em termos culturais e que também devem ser tomadas como referência. Não foram poucas as revoltas populares, negras e indígenas, que a Bahia teve e que nos foram sendo mostradas ao longo da história. A Bahia possui uma quantidade imensa de quilombos, aldeamentos indígenas, estratégias de resistência, de revoltas populares, de formas de organização cultural, desde a festividade, do que é uma festa do Senhor do Bonfim, do que cabe de sagrado, de profano, de religioso, de política, de ocupação do espaço público, de tomada da rua, de afirmação de uma negritude, de um outro modo de organizar, agir, viver, pensar que não é hegemônico e que não vem de uma cultura eurocêntrica. Por outro lado, isto não significa dizer que estas influências não sejam importantes.

Antes da III Marcha Internacional Contra o Genocídio do Povo Negro, organizamos o primeiro EFOP (Encontro de Formação e Organização Pan Africanista) no qual contamos com a presença de pessoas da África do Sul, de Ferguson nos EUA, com mulheres negras da Santeria na Colômbia, com movimentos negros de Goiás, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo e com experiências quilombolas do norte do país. Embora a luta indígena seja muito forte na região norte, existem também experiências quilombolas por lá da mesma forma como existe resistência indígena na Bahia e em todo o país.

É preciso dialogar com estes movimentos e não tentar ser hegemônico. Este é o tipo de ação que viemos tentando fazer na escala local, já que lidar com 32 espaços entre ocupações, núcleos e conjuntos com características completamente diferentes não é fácil. Temos articulações dentro do próprio município, como a articulação “O Centro Antigo Sangra”, articulações estaduais, como a articulação do Fórum de Comunidades, Assentamentos, Ocupações, Quilombos e Pescadores do Baixo Sul, que articula uma série de comunidades de pescadores, quilombolas e ocupações no entorno de Valença e dos demais municípios do Baixo Sul e que estão resistindo a processos gentrificadores que não podemos chamar somente de rurais, embora as comunidades tenham esta característica. Trata-se de megainvestimentos de caráter rural-urbano, sobretudo empreendimentos turísticos imobiliários, que é uma característica nova para a Bahia.

Hoje, possuímos experiências como a que está prevista para a Ilha de Boipeba, um empreendimento que comprou uma fazenda que ocupa 25% de toda a ilha e pretende construir um campo de golfe com o maior número de buracos que existe, atracadouros com píer para 120 lanchas, heliporto, pista de pouso, três bangalôs cada um com 25 chalés assistidos. Este empreendimento isolou a comunidade de pescadores de Cova da Onça por uma cerca, o único acesso que a comunidade terá ao restante da ilha será pelo mar, se perderam todos os caminhos comunitários por terra, os campos de Mangaba, as fontes de água doce. Tudo isto em um processo cartorial como todos sabemos que é o processo fundiário do Brasil, de grilagem, de facilitação pelos órgãos públicos.

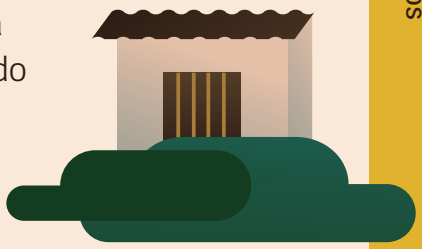
Este é um investimento que esta sendo implementado por Daniel Dantas, pela família Marinho, por Artur Bahia que é um dos grandes fazendeiros locais. Estamos falando de megaempreendimentos que atingem comunidades tradicionais tanto nos territórios rururbanos como urbanos. Estamos falando de experiências como o Quilombo do Rio dos Macacos, na divisa entre Salvador e Simões Filho, que está retomando terra da Marinha a duras penas, pagando com sangue. Estamos falando de resistências como as da comunidade da Gamboa de Baixo, comunidade negra, de pescadores, situada embaixo do Corredor da Vitória. Os processos de retomada de territórios são extremamente necessários e não podem ser divididos entre rural e urbano.

Da mesma forma, a pauta do direito à cidade precisa sair do papel. Estamos construído a articulação “O centro antigo sangra”, que vem tendo resultados interessantíssimos. O jornal O Globo de hoje trouxe um editorial que denuncia a quantidade de imóveis vazios ou subutilizados nos centros urbanos, trazendo uma matéria que aborda diversas cidades, inclusive o centro histórico de Salvador e do Rio de Janeiro. Este editorial mostra que a nossa luta está dando resultado, que este modelo de organização e afirmação do território tem espaço, que a discussão sobre o movimento dos sem teto, das lutas por moradia, de afirmação do direito à cidade pode ter outros marcos que não só aqueles implementados desde o Estatuto das Cidades. Isto não significa rebaixar estes instrumentos, mas apenas dizer que este é um diálogo que não nos pertence porque não basta para a democratização real das cidades.

A grande maioria dos espaços ocupados pelo MSTB em Salvador não deixaram de ser construídos por ausência de regularização. Temos terrenos doados pela Secretaria de Patrimônio da União, pela Marinha e temos experiências de permuta. Ou seja, todos os terrenos doados para o MSTB para construção de habitação de interesse social são terrenos regulares, porém, a pauta da habitação de interesse social e da legitimação de posse foi abandonada pelo Fórum. Essa pauta nos foi muito cara. Entre as décadas de 1970 e 1990, considerávamos que o único elemento necessário para garantir a habitação de uma família, chamada habitação de interesse social, era a afirmação da posse.

Formatamos diversos instrumentos jurídicos para se alcançar esta segurança e em seguida abandonamos a pauta em troca de 2% de recursos do Programa Minha Casa Minha Vida.

O Programa Minha Casa Minha Vida trouxe resultados do ponto de vista da quantidade de habitações, mas não do ponto de vista da afirmação do direito à cidade. As unidades habitacionais deste programa foram construídas à margem do conceito de direito à cidade, cunhado por Henri Lefebvre, como espaço de vivência, convivência cultural, de construção coletiva, de acesso a toda uma complexidade cultural cunhada de cidade que não só um teto e quatro paredes. O Programa Minha Casa Minha Vida está muito distante disto. O Programa construiu não cidades. Quando pegamos experiências ou vemos imagens dos conjuntos, do norte ao sul do país, percebemos o deserto ao redor do que foi construído e o custo social que deixamos, a extensão da rede de saneamento, da rede de água, das linhas de transporte, dos equipamentos coletivos como praças, creches e escolas.



Possuímos experiências na Bahia de conjuntos habitacionais com 7mil unidades e nenhuma padaria. Há a proibição por parte da Caixa Econômica Federal dos moradores transformarem parte da sua casa em comércio, em uma lojinha, padaria, mercadinho ou uma farmácia, sendo que este pequeno comércio é acionado para que não se precise andar 3 km no meio da madrugada para ter acesso a medicamentos, por exemplo. A lógica da segurança pública na periferia de Salvador foi alterada completamente com a implantação destes conjuntos imensos e ermos. Criar conjuntos de 7mil unidades habitacionais que possuem uma media de 4 pessoas por habitação significa criar

conjuntos muito maiores do que as 247 cidades baianas com menos de 20mil habitantes.

A Bahia possui 417 municípios dos quais somente 17 possuem mais que 100mil habitantes, a maioria deles localizados na região metropolitana. As duas maiores cidades são Salvador, com mais de 3 milhões de habitantes, e Feira de Santana com mais de 500 mil. Dos 417 municípios, 364 possuem menos que 50mil habitantes.

Trata-se de uma lógica de ocupação do espaço que não dialoga com o nosso modelo, uma lógica de não reforma fundiária tanto no urbano quanto no rural, que ignora nossas comunidades quilombolas. Estas comunidades fugiram para áreas próximas ao mar, pois o mangue é a despensa da casa, tanto do quilombola quanto do pescador e da marisqueira. Perto do mangue não se passa fome. Isto vale tanto para o quilombola e para o pescador do Recôncavo Baiano como para comunidade da Gamboa de Baixo, do centro de Salvador. Neste modelo de construção de conjuntos-cidades, outros modelos alternativos de sobrevivência, que questionem esta forma patrimonialista e patriarcal de produzir espaço, são ignorados.

Quando falamos de política pública, quando retomamos a construção de um modelo de sociedade para os trabalhadores, quando pegamos as cartilhas que pensavam a construção da sociedade conduzida por um vagão, vemos que o carro forte era o partido, o vagão subsequente eram os sindicatos e lá atrás, se encontravam os movimentos sociais. A saída para os trabalhadores no país era única: a construção de um partido dos trabalhadores, que acabou se tornando uma burguesia estatal. Este partido trouxe vários avanços e incluiu uma classe média (especialmente quando falamos do surgimento de uma nova classe media) mas, ao mesmo tempo, fala do país a partir do eixo Rio–São Paulo, fala do Programa Minha Casa Minha Vida como um modelo único, um único tamanho e um único potencial construtivo do Oiapoque ao Chuí. Todos os modelos que pensamos para a política pública, para a sociedade civil, de civilização e de disputa de sociedade são hegemônicos e não dialogam com nenhum outro projeto real, pois os projetos cunhados nessa esfera não são reais.

As experiências de auto-organização no campo, de auto-organização nas comunidades, a vivência dos fundos e fechos de pasto e a contribuição deles para a Caatinga estar de pé hoje, fazendo seu criatório de caprinos em territórios comuns, sem cerca, e respeitando os rebanhos de cada um dentro da comunidade são únicas. E não podem sobreviver com cercas, estas experiências não conseguem sobreviver sequer com o modelo alternativo ao potencial energético que está colocado. Precisamos apostar em outro modelo que não a petrodependência, que arrasa o litoral, as comunidades de pescadores, as comunidades quilombolas. O norte do Brasil não aceita mais as hidrelétricas e as usinas eólicas que estão destruindo as comunidades de fundo e fecho de pasto.

Dizem que a energia eólica é uma energia limpa, que é a solução para a matriz energética do país, mas quando vamos para a região da Chapada Diamantina na Bahia, a principal reclamação é a sombra que uma pá de um cata-vento daqueles gera e que chega a atingir um raio de 1,5km. Ou seja, é como se o morador, sob um sol de meio dia, estivesse vivendo dentro de casa com uma luz apagando e acendendo. Isto afeta o rebanho e afeta a qualidade de vida das pessoas. O ruído de um parque eólico é absurdo para quem está a menos de 2km de distância. É esta a energia limpa, a nova forma de não degradar, de não impactar a sociedade e o meio ambiente que estão nos oferecendo. Nem as formas alternativas que este modelo hegemônico de sociedade cria não nos atendem.

Os projetos que estão colocados para a Bahia e para o Brasil hoje são fracassados. Do ponto de vista da segurança o que acontece é um genocídio da população. A Bahia passou por três greves de polícia em um intervalo de 5 anos, sendo 2 em menos de 3 anos. Isto significa que na última greve mais de 200 jovens morreram no intervalo de uma semana. Isso significa que as comunidades começam a se acostumar com a lógica da militarização, de um exército presente na rua que não é treinado para lidar com tumultos civis, mas treinado para portar armas gigantescas com um único potencial: matar. O que vocês vivem no cotidiano, especialmente aqui no Rio de Janeiro, se viveu em toda a cidade de Salvador durante esse período de greve.

Uma lógica que não assegura a qualidade da educação pública, e quem recebe a educação pública são nossos jovens negros

de periferia. A violência que as mulheres sofrem no corpo cotidianamente pela ausência de política pública espalha a necessidade de um outro modelo de sociedade.

O que está colocado para a mobilidade de Salvador? Em 2013 ocorreu uma série de mobilizações, sobretudo pautando outro modelo de cidade, denunciando a imobilidade urbana, e tudo o que se apontou como solução foram vias com pedágio, privatização de estações de transbordo, gourmetização dos nossos espaços públicos.

Se olharmos os rostos sobre os quais estamos falando vamos ver como somos diversos. Lidar com diversidade é lidar com uma marcha fúnebre denunciando o genocídio da população negra, é dialogar com uma diversidade que fala “levanta quilombo, reage favela, grita cadeia, é nós por nós mesmos, este projeto não nos representa”. É ver um pouco do perfil dos nossos jovens que fazem esta luta de pautas históricas que nós abandonamos, como a desmilitarização da polícia. Não é esta pauta que defendemos, o que defendemos é o fim da polícia. A polícia foi criada para conter processos de massa e não para conter a criminalidade. Ao mesmo tempo, falar de diversidade é falar do não genocídio da população negra, é reivindicar a não diminuição da maioridade penal, o fim da militarização da polícia e da política. No estado da Bahia estamos vivendo processos, como a greve dos professores, nos quais quem é enviado para negociar é o major da polícia, onde quem é o coordenador do núcleo de mediação de conflitos fundiários é o major da polícia. A política hoje está militarizada.

A articulação O Centro Antigo Sangra dialoga com o processo de tomada de rua e festividade na Bahia, nesta lógica de tomar os espaços públicos durante as manifestações, como o que acontece no dia 2 julho, data de independência da Bahia, e que ganha outro tom de mobilização. As comunidades vêm porque é festivo, elas viriam independentemente de suas pautas porque está enraizado na cultura.

Desta forma, falar de processo de diálogo é respeitar que dentro deste programa habitacional podemos dialogar com requalificação de habitação de interesse social, podemos dialogar ainda e felizmente com a pauta de construção pelo Programa Minha Casa Minha Vida, podemos dialogar com a pauta do modelo de autoconstrução, que é diferente em cada cultura. Mas o que

torna possível o diálogo é a criação de agendas mínimas. Isto é o que precisamos hoje para o urbano: pactuar uma agenda mínima. Esta é a proposta da Frente de Resistência Urbana, que agrega movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em nove estados, movimentos como o Ocupe Estelita, como o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), como o Movimento Luta Popular (MLP), como Movimento Popular por Moradia (MPM).

Trata-se de uma frente que não se propõe hegemônica, não pretende criar um modelo de política pública de habitação e de direito à cidade para todo o país, quer simplesmente dialogar com a diversidade dos movimentos e tentar construir pautas mínimas não hegemônicas que não nos amarrem no local e que nos permitam dialogar em âmbito nacional.

Bloco 02

Modelo de desenvolvimento, impactos e resistências nos territórios

O ProSavana e a exploração global de recursos naturais

Clemente Ntauazi, ADECRU - MOÇAMBIQUE

A crise de alimentos que se inicia no ano de 2007/2008 fez com que vários países considerados ricos em recursos financeiros alocassem investimentos em países ricos em recursos naturais como a terra, água e outros. Esta estratégia global fez com que a África fosse, mais do que nunca, vista como uma fonte de recursos naturais. Com isto, alguns países como Moçambique se tornaram um espaço competitivo para o investimento privado e passaram a ser muito mais visados por empresas transnacionais.

Além disso, estes investimentos fizeram com que estes países mergulhassem em um processo profundo de transformação de suas políticas e programas de desenvolvimento. No caso de Moçambique, temos vários programas e políticas - como o Plano Nacional de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) – que privilegia investimentos privados direcionados ao agronegócio, ou seja, à exportação e produção de commodities.

Através da mudança destas políticas e programas o que acontece é – à semelhança do período colonial, quando a África foi dividida entre zonas de influência – uma divisão de Moçambique em zonas de maior ou menor concentração de projetos de investimentos em áreas de agricultura, mineração, plantações florestais e hidrocarbonetos provenientes da África do Sul, China, Estados Unidos, Brasil entre outros países. São, portanto, projetos desenvolvidos com capital internacional onde o principal objetivo é a exportação.

A relação entre Brasil e África tem início no século XVI com o comércio de mais de quatro milhões de escravos, mas a relação entre Brasil e Moçambique começa a se intensificar em 1975, no período pós-independência. Moçambique não oferecia, até então, interesses ao Brasil e por isso as relações eram simplesmente resumidas em tratados e acordos bilaterais. No entanto, esta relação começa a se alterar e se acentuar com a descoberta dos recursos naturais, quando Moçambique começa a oferecer um cenário de oportunidade para os interesses do capital transnacional.

Atualmente, Moçambique configura-se como um dos maiores parceiros do Brasil e os investimentos brasileiros neste país crescem exponencialmente. Existem vários investimentos sendo implementados, como o caso da mina de carvão da Vale em Moatize, província de Tete, o cultivo de monocultura de larga escala da empresa Agromoz Lioma na província da Zambezia, o ProSavana no norte do país e os estudos realizados na província de Sofala em Manica, apadrinhados pela Petrobrás.

A mineração da Vale continua a impactar. Existem comunidades que ainda vivem em zonas concessionadas e sofrem diretamente os impactos da extração mineira. Trata-se de comunidades que perderam suas fontes tradicionais de recursos como a terra e água. Já não é mais possível fazer pequenos poços tradicionais nas proximidades dos riachos, pois toda a água está contaminada pela extração da Vale.

O ProSavana é um programa que resulta de uma parceria entre os governos brasileiro, moçambicano e japonês que pretendem ocupar 21 Distritos das 3 províncias mais produtivas de Moçambique (Niassa, Nampula e Zambézia). O programa abrange uma área de 14,5 milhões de hectares em uma zona onde 80% da população depende, exclusivamente, de pequenas plantações e vivem através da agricultura. Nesta área, 90% do que é consumido vem dos pequenos produtores.

Cada um dos três países que configuram o ProSavana assume uma responsabilidade específica. O Brasil é responsável por providenciar o apoio técnico e o desenvolvimento do agronegócio, ou seja, é o responsável por trazer os fazendeiros para Moçambique e ocupar grandes extensões de terra para produzir a soja – cultura de bandeira do ProSavana. O Japão é responsável por conceder o apoio financeiro e a comercialização. Moçambique – como é abençoado por recursos naturais – é responsável por fornecê-los.

O ProSavana está sendo implementado através do que tem sido chamado de “Quick Impact Project” ou “Projeto de Impacto Rápido” com base em três modelos distintos (modelos 1, 2 e 4). No modelo 1, há o apoio de produtores individuais com pacotes tecnológicos de pesticidas e sementes. No modelo 2, há o apoio de associações agrícolas também com pesticidas, sementes e equipamentos agrícolas. Já no modelo 4, há apoio financeiro para

algumas empresas ou “agricultores emergentes” com o objetivo de que estes agricultores emergentes possam contratar outros produtores individuais, ou seja, promover a agricultura contratual. É no âmbito desta agricultura contratual que várias comunidades já perderam suas terras.

Graças a uma ampla mobilização a nível nacional e internacional, o governo promoveu auscultações (consultas) públicas para apurar o consentimento dos camponeses diretamente impactados por este projeto. Estas foram realizadas nos meses de abril e maio de 2015 nos postos administrativos e nas capitais provinciais. O facto é que durante o processo das auscultações públicas houve inobservância dos preceitos legais que orientam o processo das auscultações públicas. Outrossim, as auscultações foram acompanhadas de inúmeras violações de direitos humanos. Vários camponeses e líderes de movimentos sociais foram intimidados e ameaçados, entre várias outras violações que ocorreram nestas consultas. Foi neste âmbito que várias mobilizações foram feitas e vários documentos de repúdio foram emitidos por parte da sociedade civil e das comunidades. Até o momento, há rumores circulando, segundo os quais, é possível que não seja aprovado o Plano Diretor e que haja uma segunda ronda de consultas públicas.

Os camponeses e todos os actores impactados já estão cientes de que, pela forma como foi concebido, o projeto procura integrá-los num processo produtivo covarde que é exclusivamente controlado por empresas transnacionais e por instituições financeiras. Mais do que isto, trata-se de um processo que acarreta uma gama de riscos para as comunidades impactadas. Entre estes riscos está a expansão de comunidades sem terra em Moçambique por conta dos processos de expropriação, algo que já tem ocorrido em alguns lugares, pois existem comunidades que já estão ficando sem suas terras e passam fome porque não têm onde produzir. Para além disto, nota-se também a existência de vários conflitos sociais dentro das próprias comunidades, e isto tem influenciado na destruição do sistema produtivo familiar. Para além disso, a expansão do agronegócio tem contribuído para a poluição do ecossistema por produtos químicos como agrotóxicos.

Um dos grandes resultados da mobilização nacional e internacional em curso é uma campanha iniciada pela luta e resistência dos movimentos nacionais e internacionais do Brasil, Japão e Moçambique. No âmbito desta campanha que foi lançada

em 2014, existem várias acções em curso. O Projeto ProSavana continua avançando mas, ao mesmo tempo, observa-se vários questionamentos a nível internacional e inclusive por parte do próprio governo. O objetivo das mobilizações é paralisar todos os projetos e acções em curso ligadas ao ProSavana: ao Plano Diretor, ao Projeto de Investigação e o Projeto de Extensão e Modelos. O objetivo é paralisar todo o avanço deste projeto que não irá melhorar as condições de vida dos camponeses ou então, trazer o tão esperado desenvolvimento, mas simplesmente alimentará interesses imperialistas e subimperialistas.

Há uma percepção global de que os programas construídos a partir de propostas de Cooperação Sul-Sul trariam em si a vantagem de serem programas em que todos os envolvidos ganham ("win-win"). Essa é uma forma ortodoxa de pensar, que não passa de um raciocínio cosmético porque a realidade mostra que numa situação em que a correlação de forças é desigual não pode existir "win-win", mas sim um esquema em que uns ganham e outros perdem ("win-loose"). Na proposta do ProSavana, quem perde é Moçambique. Não podemos continuar fazendo as mesmas coisas e esperar que tenhamos um resultado diferente. O programa de referência do ProSavana (o Prodecer – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados) foi implementado no Brasil a partir dos anos 1970 e trouxe inúmeras consequências negativas. Apesar disto, os mesmos fundamentos do modelo que foi implementado no Brasil estão sendo replicados em Moçambique.

Vários actores envolvidos defendem que haverá alguma diferença entre o ProSavana e o Prodecer. Por outro lado, muitos estudiosos e movimentos sociais que têm discutido o tema defendem tratar-se de uma réplica com paralelos extremamente visíveis. A ADECRU, outras organizações, movimentos sociais, comunidades e vários outros atores sociais estão contra este programa.

Por fim, há uma imagem optimista e positiva sobre a expansão de políticas brasileiras para a África. Porém, existem algumas diferenças entre a dimensão teórica desta discussão e o que ocorre na realidade. Um ditado muito famoso diz que quando um caçador mata um leopardo ou uma gazela ele conta como matou a gazela, mas a gazela nunca tem uma chance de contar como ela foi morta. Por este motivo, devemos observar o lado prático de como estes programas são operacionalizados e alimentar debates sobre estes processos.

Movimento Ocupe Estelita: novas linguagens e formas de se fazer política

Rudrigo Rafael, DIREITOS URBANOS / MOVIMENTO OCUPE ESTELITA

Apresentar a experiência do Movimento Ocupe Estelita envolve dois desafios: o primeiro é o desafio de mostrar uma visão unificada sobre um processo que se abre para vários sentidos, significados e sujeitos. O segundo desafio é o de conseguir sintetizar em uma curta fala o que é a experiência do movimento.

O tema desta mesa é *"Lutas territoriais, do rural ao urbano alargado: o que falamos para o conjunto da sociedade?"*, mas a discussão que tivemos até o momento nos mostra como todo este processo de resistência e de violações de direitos se ancora também em uma questão ideológica. Ao longo da trajetória do Movimento Ocupe Estelita isto esteve bastante explícito.

Uma matéria de janeiro de 2012 do Jornal "O Diário de Pernambuco" mostra um dos momentos iniciais da disputa pelo espaço do Cais Estelita, uma área com dez hectares localizada no centro histórico de Recife que, segundo a matéria veiculada pelo Diário de Pernambuco, teria sua paisagem alterada com a construção de um empreendimento fruto de um consórcio formado por várias construtoras. Este tipo de consórcio ilustra muito bem a forma como tem se dado a produção do espaço na cidade do Recife, onde não existe concorrência dentro do setor imobiliário, mas a formação de blocos que monopolizam o mercado. O consórcio Novo Recife, formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL e Ara Empreendimentos, é bastante ilustrativo deste processo. Tal consórcio tinha como proposta a alteração da paisagem local a partir da implementação de um projeto que transformaria a paisagem local para algo "à la Miami Beach", com paredões e condomínios de luxo, em um processo de captura das frentes d'água da cidade. O projeto previsto para o Cais Estelita propõe a construção de edifícios de cerca de 40 andares em uma área histórica que não possui infraestrutura para tal. Isto causou um impacto muito forte e incentivou o início de um processo de resistência, pois a sociedade recifense não teve a oportunidade de discutir qual deveria ser o destino de uma área pública que pertencia à antiga RFFSA e que foi leiloada sem a devida publicidade. É necessário assumir um discurso mais ousado e afirmar que houve sim uma

alteração na paisagem local, pois o processo de disputa que se iniciou deu um novo sentido para a área em questão.

A primeira mobilização do movimento Ocupe Estelita que aconteceu no ano de 2012 e que já trazia uma mensagem muito diferente da mensagem passada pelos grandes paredões propostos pelo Consórcio Novo Recife. A ideia do movimento era promover a ocupação da cidade e fortalecer o sentimento de pertencimento àquele território. Foi isto o que as primeiras mobilizações realizadas vislumbravam: construir um sentimento de pertencimento e identificação, a ocupação e a revitalização local - processos que o Consócio Novo Recife, a partir de uma medida ilegal, tentou destruir.

Às 22 horas do dia 21 de maio de 2014 chegaram ao local várias retroescavadeiras que seriam utilizadas para demolir os armazéns existentes. A partir deste momento, o movimento ganha força, pois se passa a ocupar a área interna do cais. O que o Consórcio Novo Recife não esperava era que nossa luta fosse transbordar o Cais Estelita, tomar a cidade e se consolidar como uma referência nacional de resistência.

O Cais Estelita é apenas um ponto dentro de uma cidade repleta de conflitos. Temos inúmeros conflitos relacionados à questão da moradia, conflitos ambientais e temos incêndios ocorrendo em áreas de ocupação popular, ou seja, o que vemos é a existência de uma série de conflitos que não podem ser dissociados do processo de resistência promovido pelo Movimento Ocupe Estelita.
A atuação do Movimento Ocupe Estelita pode ser apresentada a partir de uma linha do tempo que o relaciona a um conjunto de intervenções muito maiores ocorridas na cidade de Recife.

2001

Em 2001, tivemos uma discussão em torno do futuro do Porto do Recife (que fica há cerca de um quilômetro do Cais Estelita). Esta discussão colocou em pauta a construção do Complexo Cultural Recife-Olinda, um projeto de revitalização de toda a frente d'água que liga o Bairro de Boa Viagem, em Recife, ao município de Olinda. Um convênio entre Governo Municipal, Estadual e Federal foi pactuado visando à elaboração de um projeto para este fim.

2007

No ano de 2007, temos a construção das "Torres Gêmeas": dois edifícios construídos pela Moura Dubeux praticamente dentro do rio. A construção destes edifícios incentivou a formação de um movimento de resistência que culminou em uma sentença

jurídica que ordenava a demolição dos prédios construídos. Após a sentença, a Moura Dubeux recorreu e conseguiu reverter o processo.

2008 *Em 2008 temos a revisão do Plano Diretor de Recife; Em 2012, a construção do Shopping RioMar (também localizado no entorno do Cais Estelita) e a emergência de um debate em torno do Projeto da Vila Naval, uma Operação Urbana com um projeto muito parecido com o proposto para o Cais Estelita.*

Ainda no ano de 2008 ocorre o leilão da área do Cais Estelita;

2012 *Em janeiro de 2012, o projeto proposto pelo Consórcio Novo Recife é anunciado e em março do mesmo ano temos a primeira Audiência Pública de apresentação deste projeto (audiência esta que ocorre em função da pressão da sociedade). Em abril deste mesmo ano ocorre a primeira mobilização do Movimento Ocupe Estelita; Em dezembro de 2012, a aprovação do projeto no Conselho de Desenvolvimento Urbano.*

2013 *Em abril de 2013 temos o Ocupe Estelita + 1, que ocorre após duas outras mobilizações. Ainda em 2013 a Prefeitura Municipal aprova novamente o projeto através da imposição de algumas ações de mitigação; Em julho de 2014 a Prefeitura é obrigada a negociar e tem início o processo de redesenho do projeto. Em maio de 2015 é aprovado na Câmara dos Vereadores um Plano Urbanístico que será abordado posteriormente.*

2014 *Em 2014 assistimos a uma tentativa de demolição dos armazéns. Em junho do mesmo ano, teve início a reintegração de posse do terreno local. Neste período, o movimento – que havia sido distanciado deste processo – retornou à mesa de negociações. Após o processo de reintegração, no dia 10 de julho o movimento ocupou a área externa do cais. No dia 04 de maio deste ano ocorre a ocupação da Câmara de Vereadores em virtude da aprovação do Projeto de Lei e no dia 07 de maio fizemos uma ocupação na frente da casa do prefeito municipal.*

2015

No entanto, se quisermos compreender melhor o movimento Ocupe Estelita, não podemos pensar somente o contexto local. No âmbito internacional, vivemos desde 2010 uma discussão sobre democracia real e apropriação do espaço público onde assistimos às mobilizações promovidas pelo Movimento 15M na Espanha e a ocupação da Praça Taksim na Turquia. Ao mesmo tempo, está em curso uma discussão nacional sobre crise urbana e sobre desenvolvimentismo (discussão que foi muito alavancada

pelas mobilizações de junho de 2013 e pela Copa do Mundo). No contexto local, observamos a implementação em larga escala de projetos que seguem o mesmo modelo proposto para o Cais Estelita. Recife foi uma das sedes da Copa do Mundo e vem passando por um forte processo de gentrificação. Neste contexto, vivemos um processo de enfraquecimento dos enfrentamentos por parte dos movimentos sociais tradicionais, processo que tem se dado diante do alinhamento entre os poderes municipal, estadual e federal. O vácuo de discursos criado a partir do enfraquecimento destes movimentos propiciou o surgimento de novos sujeitos dispostos a enfrentar este tensionamento.

Uma matéria bastante emblemática publicada pelo jornal "Diário de Pernambuco" anunciava que a especulação imobiliária de Recife já superava a de Miami Beach. Tal matéria é bastante ilustrativa do momento pelo qual passa a cidade de Recife atualmente. O bairro de Boa Viagem – localizado em uma área litorânea de Recife – tem hoje o preço do metro quadrado mais caro do que o de imóveis de Miami. Ou seja, ao discursar sobre a construção de ilhas de excelência, aqueles que afirmavam que se mudariam para Miami Beach caso Dilma Rousseff fosse reeleita não precisam mais sair do país visto que temos ilhas de excelência também no Recife.

É importante destacar também que este processo tem funcionado como um catalisador do discurso político que tem formatado a cidade do Recife nos últimos anos. Até pouco tempo atrás, predominava sobre Recife um imaginário de cidade violenta. Com isto, eram os índices de criminalidade que pautavam a construção de políticas públicas. Como exemplo, podemos citar a campanha de Eduardo Campos, eleito e reeleito tendo como base de campanha o pacto pela vida e pela redução dos índices de criminalidade. Este discurso acabou fortalecendo processos de criminalização da pobreza, ações de remoção e intervenções extremamente autoritárias nas periferias. Ao mesmo tempo, o capital imobiliário era enaltecido como um ator capaz de construir espaços seguros na cidade. Neste sentido, o capital imobiliário era colocado ao mesmo tempo como planejador e como ator capaz de reverter a problemática da insegurança urbana.

Após todo este processo de mobilização em torno da Copa do Mundo e dos megaprojetos, conseguimos recolocar os discursos dominantes. No vídeo "Recife cidade roubada" – produzido pelo

movimento Ocupe Estelita – denunciamos a crise urbana pela qual a cidade tem passado. Tal crise não se resume à especulação imobiliária, mas também à mobilidade urbana. Recife tem hoje o trânsito mais lento da América do Sul e o sexto mais lento do mundo. Neste sentido, o que vivemos hoje é um contexto de crise urbana generalizada. O que fazemos é denunciar a ocorrência de um processo de ocupação privada da cidade através da promoção de ocupações como forma de recuperar a democracia nestes espaços. Apresentamos aqui a experiência do Movimento como uma forma de dar mais um passo neste processo de deslocamento dos discursos dominantes.

Recife é reconhecida nacionalmente hoje como um território de resistência. Darci Frigo trouxe aqui a dificuldade de se construir discursos de esperança diante de tantos retrocessos e, neste aspecto, o Movimento Ocupe Estelita representa, de alguma forma, a construção de um território de esperança e de um contra discurso capaz de redirecionar uma série de sujeitos dentro das disputas em curso e ampliar a capacidade dos sujeitos locais de constituir articulações nacionais. É por este e por outros motivos que o Movimento Direitos Urbanos, o Movimento Ocupe Estelita, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal e o Coletivo de Lutas Comunitárias compõem também a Frente de Resistência Urbana. Este processo foi importante também para oferecer mais projeção política para as resistências populares que tomavam forma não só dentro do Cais Estelita, mas também na cidade de Recife como um todo.

O Movimento foi importante para dar visibilidade a uma série de outras resistências que aconteciam em territórios mais periféricos da cidade. Entre estas resistências podemos citar o Coque Resiste, uma comunidade localizada nas proximidades do Cais Estelita que é diretamente impactada pelo projeto Novo Recife. Após uma ameaça de remoção em função da Copa do Mundo, o Movimento Coque Resiste pôde trabalhar um processo muito importante de protagonismo no cenário local. Ao mesmo tempo, temos também o exemplo do Escambo Coletivo, que promove ocupações de territórios difundindo a ideia do bairro enquanto um território afetivo. Neste sentido, o movimento de resistência no território do Cais Estelita contribuiu para projetar e dar visibilidade a outras resistências que tomavam forma em outros espaços da cidade.

Ao mesmo tempo, o movimento contribuiu também para criar articulações entre diversos sujeitos e possibilitou questionar o significado de um processo de revitalização em espaços abandonados ou degradados dos centros históricos.

O projeto das Torres Gêmeas surge a partir de uma proposta de revitalização do Cais Santa Rita, mas a promessa que foi feita não foi cumprida. A luta em torno da ZEIS Brasília Teimosa e a comunidade do Coque mostram como a ideia predominante sobre revitalização urbana foi quebrada, de alguma forma, a partir da experiência do Movimento Estelita.

As pessoas passaram a perceber que um processo de revitalização não poderia se dar através de um megaprojeto, mas sim a partir de um acúmulo muito maior de forças que permitisse que aqueles espaços fossem de fato ocupados e ressignificados a partir da instalação de novas dinâmicas para aquelas áreas.

Em um levantamento recente enumeramos todas as ações ocorridas na área do Cais Estelita ou que envolviam de alguma forma o Movimento Ocupe. Chegamos a um numero de mais de 300 ações, o que mostra uma preocupação com o caráter pedagógico desta resistência e da necessidade de difusão de conteúdos e de uma nova forma de relação social. Tivemos 64 oficinas, realizamos seis assembleias abertas, cinco feiras de alimentos orgânicos, entre outros. As oficinas abordavam desde a construção de mapas que ilustravam os desejos sobre o território até a questão da bioconstrução e agroecologia. Neste sentido, tivemos diversas formas de resistência política dentro deste processo.

Fizemos quatro ocupações, dentre elas a ocupação do próprio Cais, a ocupação da Prefeitura, da Câmara de Vereadores e da frente da casa do Prefeito Municipal. Foram realizados dez atos de rua pelos movimentos e um grande processo de discussão em vários espaços. Foram realizados 23 debates, 14 aulas públicas, 2 palestras e 5 rodas de diálogo. Recife possui uma característica de pujança cultural bastante forte. Por este motivo, salientando o papel da arte e da cultura na dinamização do processo, tivemos 98 apresentações culturais, realizamos dois “Projetaços” – um na Prefeitura e um na Sede da Moura Dubeux –, realizamos também 22 exposições de vídeo, 21 intervenções artísticas entre outros.

Uma das forças do Movimento Ocupe Estelita foi a sua produção audiovisual e os profissionais do cinema trabalharam muito neste processo. Fizemos uma compilação de quantos vídeos foram produzidos em torno da questão do Cais Estelita e chegamos a um numero de mais de 70 vídeos. Entre estes, as produções que tiveram mais repercussão foram: “Recife Cidade Roubada” e o “Novo Apocalipse Recife”, que faz uma sátira ao alinhamento da gestão pública com os interesses do capital imobiliário.

O processo de resistência do Movimento Ocupe Estelita ativou movimentos de resistência também em outras áreas da cidade. O que vemos são inúmeras ações ocorridas em praças (como, por exemplo, o Ocupe Passarinho e o Parque Dona Lindu), além de debates em Universidades e etc. Incidimos de maneira muito forte no discurso de desmercantilização da cidade e na discussão da função social não só da propriedade, mas da cidade como um todo.

Na articulação entre rural e urbano, acredito que o Movimento tenha tido uma capacidade de produzir um alargamento da visão das lutas territoriais. Foi realizada este ano uma ocupação na área externa do Cais Estelita cujo objetivo era debater a articulação entre campo e cidade e a agroecologia. Neste momento, temos construído um forte diálogo com os povos indígenas Xucurus de Pernambuco tentando fortalecer mutuamente nossas resistências.

Tivemos uma experiência que poderia ter se tornado um exemplo de construção de política participativa. Foi realizada uma chamada solicitando contribuições da sociedade civil para a construção de diretrizes urbanísticas para a área do Cais Estelita.

Depois de 5 audiências públicas percebemos que é preciso um debate extremamente crítico sobre os encaminhamentos e a efetividade destes espaços. Trata-se de espaços extremamente necessários, mas que não serviram efetivamente para garantir uma discussão pública sobre o projeto. A prefeitura recebeu 297 contribuições que não foram sistematizadas. Pelo contrário, todas estas 297 contribuições foram “colocadas na lata do lixo”.

O Movimento Direitos Urbanos, a Universidade Católica de Pernambuco e a UFPE apresentaram propostas que também não foram consideradas. Tínhamos a possibilidade de desenvolver um

plano urbanístico específico que, a partir de estudos, pautaria as necessidades reais da área. Tal plano não foi efetivado, o que acabou fazendo com que o caso do Cais Estelita virasse não um caso de política, mas um caso de polícia (e toda a ambiguidade que esta afirmação pode conter).

A reintegração de posse local ocorreu quando deveria estar suspensa. Apesar de o Juiz ter sentenciado a reintegração, a prefeitura havia garantido através de um acordo que esta não ocorreria até que o redesenho fosse concluído. Este acordo foi descumprido no dia do jogo entre Brasil e México na Copa do Mundo do ano passado, o que acabou repercutindo muito na mídia internacional e em veículos como The Guardian e Al Jazeera. Esta é uma das faces da judicialização deste processo: o Ministério Público entrou com um pedido de anulação do plano urbanístico, que foi realizado sem estudos e sem a aprovação do Conselho, além de ter sido votado extra pauta.

Recentemente, por meio da Operação Lance Final, a Polícia Federal confirmou a fraude por trás do leilão da área do Cais Estelita, mas ainda investiga a existência de tráfico de influência. De alguma forma, o feitiço virou contra o feiticeiro e agora quem se encontra no banco dos réus da Policia Federal são eles.

Em uma das últimas mobilizações que realizamos – repercutida pelo The New York Times – houve uma ação extremamente arbitrária da Policia Militar, que acabou atingindo um dos militantes com uma bala de borracha.

Por fim, gostaria de colocar aqui mais algumas das conquistas deste processo. O fato de ainda ser um processo em aberto significa em si uma conquista. No ano de 2012 o projeto já era considerado um fato consumado, ainda assim continuamos resistindo. Vivemos um enredo extremamente imprevisível onde quando achamos que perdemos um novo fato reanima a resistência.

O Movimento Ocupe Estelita é caracterizado por uma busca intensa por novas formas de fazer política a partir de pautas históricas. O que tentamos é rearticular e reanimar o processo de fazer política a partir de outras formas e outras linguagens. Há uma articulação de um amplo e difuso campo de sujeitos sociais que estão construindo este processo. Temos desde coletivos

anarquistas até movimentos sociais tradicionais. Acredito que com o movimento tenhamos propiciado a formação de um polo aglutinador e produtor de discursos contra hegemônicos na cidade do Recife.

Conseguimos avançar muito no que diz respeito à exposição da crise da democracia. Um dos esforços do Movimento foi tentar articular a dimensão institucional e não institucional. Muitas vezes trata-se de uma questão contraditória e conflituosa, mas existem esforços que precisam ser reforçados. O Movimento possui uma grande capacidade de penetrar em campos culturais. Vemos hoje festivais de cinema utilizando cartazes que fazem referência à ocupação do Cais e até mesmo o Criolo fez uma música em referência ao movimento. O engajamento de artistas e de coletivos artísticos em torno do Movimento é muito ilustrativo disto.

Lutamos pelo fortalecimento da identidade, da memória, da comunicação e da função social da cidade como dimensões concretas desta resistência específica e encaramos o desafio de pensar o direito absoluto à propriedade.

Ao mesmo tempo, buscamos compreender de que forma podemos articular o enfrentamento à diversas formas de opressão vivenciadas na cidade e contribuir para uma perspectiva de planejamento urbano insurgente, buscando visibilizar demandas populares. A questão do comércio informal e da economia popular foram muito fortes ao longo do processo de resistência do Estelita.

Promovemos também um debate sobre transporte público, habitação popular e etc. Acredito que uma das conquistas importantes tenha sido influenciar uma série de novos ciclos de resistência tanto locais quanto em outros espaços. Para finalizar, acredito que a mensagem que o Movimento Ocupe Estelita deixa é de que é preciso manter viva a chama da resistência, pois ainda temos espaços de esperança a serem aprofundados dentro desta dinâmica de refluxos e de perdas. Que tenhamos ainda a capacidade de inovar nas nossas formas de atuação e na construção de um esforço coletivo para uma resistência efetiva.

Tempos de intensificação do exercício da política e emergência de novos sujeitos políticos

Cristiane Faustino, membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, da Articulação de Mulheres Brasileiras e assessora do Instituto Terramar

O debate sobre novos sujeitos ganha importância na nossa conjuntura em um momento que exige de quem faz luta social, de quem pensa o mundo de forma diferente, uma retomada de posição, uma reorganização de si e uma tomada de posição que dê conta de enfrentar tantas violências. Como o momento é muito difícil, e, às vezes, ao falar dos outros, podemos cair em erros de interpretações, sermos simplistas, acredito que podíamos pensar como uma colcha de retalho, uma boa metáfora que hierarquiza os tecidos, os pedacinhos de retalho. Isto foi uma primeira ideia que me veio para pensarmos a esquerda e as lutas. Quando falo de esquerda, estou falando de uma forma simplificada, não entrando no mérito de quem é e quem não é, que pessoas e grupos sociais que pensam a transformação. Acho que é preciso e necessário demarcar isto neste momento.

Vivemos um momento histórico de entristecimento, um entristecimento profundo que quase chega a nos desconectar, uma perplexidade que nos arrisca à inércia, a um atordoamento, se não político, metodológico e até ético. As perdas e as iminências de perda se apontam com uma certeza tão realista que assusta. Aliás, o susto e o medo têm, neste momento, o poder de nos paralisar e de nos movimentar. Enquanto paralisia, às vezes se concretiza em um surto de desesperança. Enquanto movimento, se manifesta em uma fúria que nos surpreende com um instinto quase que vingativo, uma vontade de revanche, de revide que é quase que incontrolável, quando a justiça parece pedir e exigir violência.

Vivemos em um momento tão difícil, de tanto recrudescimento, que os grupos mais oprimidos hoje pouco acreditam nas saídas pelas institucionalidades. Parece que chegou um momento em que a reviravolta tem que ser para cima e com força. Não sei se isto é possível, o resultado disto é um nível de violência ao qual não estamos acostumados. É que não dá para deixar de fora ou minimizar o efeito psicológico sobre a nossa vida. Estamos

correndo o risco de não poder mais existir, ser e estar. Estamos desolados, desesperados e aturdidos. As coisas que fazíamos até pouco tempo, convictos de que eram os caminhos possíveis já não nos satisfazem, já não contemplam mais aquela convicção de estarmos construindo um mundo melhor a partir de nossos lugares de atuação.

Nesta falta de chão, o inferno parece ser ilimitado. Não importa o que façamos, parece que vamos ser engolidos por ele. E se assim for, é de lá que temos que retirar as forças para sobreviver. Uma certeza ao menos é certa: precisamos ter uns aos outros, umas às outras e nós por nós. Precisamos encontrar uma inteligência que nos mova neste vendaval de emoções. E tenho uma boa notícia: em boa medida, grande parte de nós tem o couro duro. Essa reação conservadora, esse reacionarismo sobre a conquista a meu ver indica, também, que nós fomos fortes e tivemos capacidade de dissidência. Esta força existencial é agora uma condição à qual temos que nos apegar, e que isto seja suficiente ou seguro.

A segunda boa notícia é que há muitas novidades nas lutas, de gente que constrói forças políticas a partir de diferentes linguagens e abordagens, na arte, na subversão corporal, na negação da mesmice, na produção de práticas e pensamento complexos, ampliados e solidários. Gostaria de destacar aqui alguns pontos, primeiro é que vivemos em um tempo, ao menos na realidade brasileira, de intensificação do exercício da política.

Atualmente, todos têm uma opinião política sobre questões de que nunca ouviram falar. Todos querem participar da vida política. Talvez isto tenha sido um resultado do processo de 2013, com as mobilizações que foram apropriadas pela direita. Fato é que hoje as pessoas estão se expressando, inclusive nas mais bizarras expressões de alienação e deturpação da realidade.

Esta alienação e deturpação fazem parte do processo político e se impõem como um processo de disputa. A bizarrice e a alienação não são somente a ausência de informação, a falta de conhecimento e de entendimento, são, efetivamente, formas de ver e de pensar o mundo, em muitos casos. Não existe inocência absoluta e nem ingenuidades circunstanciais. Nossa sociedade

é predominantemente perversa e violenta, tudo o que viemos denunciando como estrutura de dominação hoje se explicita de forma crua e cruel.

Não é pouca coisa que uma sociedade que sempre se arvorou de ser uma democracia racial agora não se envergonhe de explicitar seu racismo. Uma sociedade misógina que agora não se envergonha de dizer o que pensa e o que quer das mulheres.

Uma sociedade cristã que não se importa em violentar, matar e negar os LGBTs. Vivemos em um momento em que tudo o que há de ruim na formação da sociedade brasileira se explicita não somente no campo da política, mas também na vida real e cotidiana das pessoas, de modo que existem grupos sociais que correm o risco de ser violentados e mortos somente pelo fato de andar pela rua (a população negra é um destes exemplos). As mulheres correm o risco de serem estupradas porque há também um recrudescimento do estupro coletivo como forma de dizer qual é o lugar das mulheres e de onde elas nunca deveriam ter saído.

Trata-se de um contexto que exige de quem faz luta social um avaliar-se sobre como a nossa intervenção na sociedade, como a forma como a gente pensa o mundo, como a forma que a gente se articula pode colaborar para uma regressão possível deste contexto.

O modelo de desenvolvimentismo hoje hegemônico parte de uma perspectiva verticalizante da vida, uniforme e capitalista que não se enquadra em outras cosmovisões. É uma ideia de que o mundo vai sempre para cima e para frente até explodir, e isto, de fato, gera incríveis conflitos entre o que podemos chamar de velhos movimentos sociais, sindicais e partidários de esquerda, e as novas lutas dos sujeitos socioambientalistas que repensam ou que constroem uma leitura sobre o mundo, que o entendem a partir de relações mais orgânicas entre sociedade e natureza, de justiça ambiental, de racismo ambiental, de violação e dominação da natureza associada também à ideia de violação e dominação das mulheres. Esta divergência hoje é uma das mais básicas, se formos pensar em termos de sujeito, de luta social.

Uma das coisas que observo nas lutas de hoje é que não conseguimos identificar com clareza quais são os velhos e os novos movimentos sociais, existem muitos encontros e interconexões. Há quem diga, por exemplo, que as lutas dos

negros contra a escravidão, as resistências, as rebeliões, as insurgências de negros e índios também podem ser identificadas no campo das lutas sociais e no campo da formação de sujeitos. Apesar de eu acreditar nesta afirmação, estas lutas nunca foram reconhecidos como tais pela esquerda, vamos dizer, tradicional.

Os movimentos de esquerda mais tradicionais, como os operários e sindicais, camponeses e partidos políticos que possuem uma herança riquíssima de leitura do social, de leitura da realidade, tinham um plano, um pensamento e estratégia para chegar onde queriam. Este era um plano socialista, com base marxista, de tomada dos meios de produção, onde teríamos uma sociedade mais igualitária e feliz, não capitalista. Destes movimentos sempre fizeram parte diferentes segmentos como as mulheres, o povo negro, os LGBTs, a juventude, porém, não eram reconhecidos a partir de outras questões que fazem parte da sua vida e nem entendidos como sujeitos principais na luta por transformação.

Alguns destes segmentos foram construindo rebeldias internas e novas descobertas sobre si, fortalecendo outras lutas e constituindo-se como sujeito político. Podemos citar aqui a luta das mulheres, a luta feminista, a luta dos negros, antirracistas, movimentos de juventude, LGBT, estes foram alguns dos sujeitos que emergiram a partir da critica social e da descoberta das questões, das opressões e das desigualdades.

Durante o século XX, estes sujeitos reconfiguraram as pautas sociais, por exemplo, no campo da saúde, educação, inclusão social, direitos sexuais, entre outros. Estes foram pactos que foram se instituindo de forma legitima e em grande medida viraram preocupação do Estado e interesse para a sociedade.

Foram pautas que foram trazidas por outros sujeitos que não os operários, mas sujeitos que experimentaram outras desigualdades, tinham outras histórias de vida e outras perspectivas para o cotidiano que se fazia. A questão passou a ser muito mais do que a tomada dos meios de produção pela classe trabalhadora, passou a significar a revisão de outras estruturas de desigualdade presentes no interior da própria classe trabalhadora e nos movimentos. O enfrentamento ao machismo, ao racismo, a construção das liberdades sexuais são, por exemplo, algumas destas desigualdades reproduzidas no interior das lutas. Estes grupos foram responsáveis por tensionar o pensamento da esquerda marxista, questionando a violação das mulheres no

interior destes movimentos. Da mesma forma, dentro do próprio movimento das mulheres, começou a ser questionada a posição das mulheres negras, que continuavam sendo exploradas.

De lá para cá muitas coisas se transformaram no interior das lutas e na composição de seus sujeitos. Um dos sujeitos sociais que mais transformou sua luta e mais conseguiu criar capilaridade social foram as mulheres. Estas transformaram suas lutas e conseguiram construir novos e diversos coletivos. As mulheres negras tiveram papel fundamental porque demarcaram outra história, enquanto na Europa as mulheres lutavam pelo direito à educação e pelo sufrágio universal, as mulheres negras na América estavam sendo escravizadas, as mulheres indígenas estavam sendo dizimadas, violentadas e molestadas pelo patriarcado racista, estabelecendo, inclusive, outras relações com os homens, também escravizados e também dizimados. Desta forma, a partir de outra história, de outras perspectivas, as mulheres negras entram para construir transformação social.

Atualmente as mulheres negras vão se impondo na sua negritude e conquistando visibilidade e reconhecimento como sujeito político, forte e atuante. Descobrindo-se como parte da vida e da história, as mulheres instituíram diferentes práticas organizativas. Por dentro dos movimentos mistos, as mulheres foram descobrindo formas de fazer luta, apesar de, muitas vezes terem que lutar com seus próprios companheiros para conseguir visibilidade. Através de coletivos específicos como, por exemplo, as pescadoras, as trabalhadoras rurais, indígenas, de uma forma ou de outra vão compondo identidades e lutas. Dialogando com o feminismo, o movimento LGBT também se fortaleceu. As lutas das mulheres, mas principalmente dos LGBT, tiveram forte respaldo na sociedade e influenciaram mudanças institucionais importantes para o Bem Viver da diversidade sexual. O movimento LGBT trouxe para a pauta o direito à afetividade sem perturbação, sem violência, o direito à afetividade e à sexualidade, e isto vai ter um impacto importante, inclusive, na população LGBT que não está organizada. A partir das lutas, estas comunidades, assim como as mulheres, puderam experimentar e ser mais felizes nas suas vidas, do ponto de vista da sexualidade.

Neste contexto da descoberta do mundo vão emergindo muitos sujeitos. As transexuais, que estão dentro da luta LGBT, emergem trazendo questões diferenciadas. Elas desarrumam e põem em

xeque o conceito de gênero e certos preceitos que antes eram bem confortáveis no feminismo, como quem são mulheres e quem pode participar da luta, trazendo para a pauta do movimento feminista também a questão do gênero.

As prostitutas se organizam, as trabalhadoras domésticas conquistam direitos, se organizam, as jovens urbanas tensionam as cidades pelo direito ao corpo e à livre expressão. Frente a isso a cultura do estupro recrudesce e andar pela cidade vira um risco.

As mulheres negras tensionam as pautas das brancas urbanas questionando, por exemplo, a Marcha das Vadias, denunciando os acumulados de raça e classe sobre a sua condição, a violência sexual racista e os agravos das violações e violências contra si, seus entes queridos e comunidades. A realidade das mulheres negras é uma realidade onde a luta vai para além de si. As mulheres negras não fazem luta simplesmente para si, mas também para a comunidade, para os filhos, até porque seus filhos, seus entes queridos, são vítimas de violência. Por isso digo que a própria relação das mulheres negras com os homens deve ser entendida de forma diferenciada.

Todos estes sujeitos e outros tiveram muita incidência social e legitimidade. Daí se pode dizer que não somos frágeis. Por isso esta reação conservadora e incitação de violência dos setores privilegiados, que necessita de reordenação da luta e reposição de sujeitos. Uma questão importante destes novos sujeitos é que não necessariamente eles são socialistas, não necessariamente são marxistas, parte considerável como, por exemplo, as comunidades tradicionais, as populações afetadas por projetos econômicos desenvolvimentistas não necessariamente (diferente do tradicional movimento camponês) possuem uma orientação marxista, socialista. As pessoas lutam porque se não lutarem elas morrem, não tem terra ou alimento. O referencial marxista e socialista não é necessariamente da prática de muitas destas lutas, apesar de ter muita força, obviamente, na construção das consciências críticas, na educação popular, no trabalho com as organizações.

Outra diferença importante de ser demarcada é que não necessariamente estes sujeitos possuem vinculação partidária. Existe uma tradição de luta de esquerda muito vinculada a partidos. No entanto, apesar de muito importantes, é preciso reconhecer que é possível fazer luta, ter crítica social forte e

contundente sem necessariamente ter uma vinculação partidária. Não precisamos ser enquadrados neste parâmetro, muitas vezes estes novos sujeitos não têm esta vinculação. Este é um dos sintomas neste contexto de reconfiguração e organização das lutas.

Outro ponto importante é a baixa formação política na esquerda tradicional. Hoje, por exemplo, o que parece é que a juventude dos partidos está sendo preparada para defender o governo em curso e o poder instituído e não para pensar criticamente a sociedade, como fazia, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores na sua formação. Precisamos fazer um esforço de compreender este partido como de extremo significado para a formação do pensamento crítico da esquerda no Brasil, dado o papel importante que exerceu.

Da mesma forma que não é possível pensarmos somente a escala local, não é mais possível pensar sem pautar as diferentes formas de opressão. O cenário atual de violência contra populações oprimidas precisa convencer a esquerda de que as violências que nós, feministas, antirracistas, mulheres negras, LGBT trazemos para a pauta são estruturais da sociedade e precisam ser enfrentadas tanto quanto o capitalismo. Tais questões devem ser compreendidas de forma imbricada e articulada, visto que estas violências são históricas e se dão na vida cotidiana. A transformação social é uma transformação que precisa ser da vida cotidiana e do senso comum. Na vida cotidiana estão as mulheres, está a população negra, estão os povos indígenas, as crianças, os adolescentes, e isto é a vida acontecendo. Não podemos pensar transformação social sem considerar isto.

Precisamos ter abertura, abrir-nos para processos que nos ajudem a compreender este novo contexto de uma forma aberta e solidária. Tal fato não significa que não vamos continuar enfrentando muitas tensões entre nós, tensões partidárias, tensões étnicas e raciais, tensões de classe dentro dos próprios movimentos. Precisamos encontrar caminhos para construir ou, ao menos neste momento, reverter o quadro que está colocado. Precisamos construir uma ação e um trabalho articulado, do contrário, o resultado será mais violência direta, objetiva, contra os grupos que sempre foram discriminados. ***Temos que pensar em unidade, unificação, visibilizando e, inclusive, potencializando o que os diferentes sujeitos construíram em termos de entendimento do mundo e de luta social.***

Bloco 03

Sujeitos políticos,
resistências e perspectivas
de transformação

Vamos devagar porque temos pressa e porque queremos ir juntos!

Jean Pierre de Leroy, FASE

Quero começar pelo motivo pelo qual estamos aqui, o porquê de termos escolhido na **FASE** iniciar o debate com os povos indígenas, com as comunidades rurais, florestais, etc. Tem a ver com o momento de *crise ambiental múltipla – das águas, da biodiversidade, do clima etc.* – que vive nesse instante o mundo, o planeta. A nós estão sendo apresentadas "alternativas" que mais parecem vias infernais do que soluções reais para resolver o problema. Dentre elas, a primeira que se apresenta é a de *não fazer nada e continuar o crescimento*, tentar lucrar ao máximo e transformar a crise em mais uma oportunidade de negócio; ou *seguir pela via tecnológica e criar mais tecnologias*. Ora, na contramão dessas alternativas, o que nós estamos dizendo é: "Espera aí, mas esses povos, populações, campesinatos que hoje são chamados de atrasados, na realidade, não estariam nos dando pistas para o futuro?"

Logo, podemos afirmar que olhar para os *comuns* é olhar para esse futuro e, mais, é dizer que esses *povos/populações/campesinatos* podem ser atores desse processo! Ainda vale a pena batalhar para isso! Portanto, a discussão sobre os *Comuns* é luta política! Ademais, a percepção é de que não há futuro para esses povos se não relacionarem as suas lutas com as de outros setores, já que em muitas das comunidades que serão mencionadas aqui tem menos gente que há no meu prédio. Razão pela qual, não podemos falar em *Comuns* como algo que pertence e diz respeito somente a essas comunidades, pois, eles já são *Comuns* de um conjunto de setores/movimentos/pessoas que lutam para ter outro futuro! Na realidade, nós que já estamos envolvidos, ou pela academia ou pela nossa prática, com essas lutas, somos parte desses *Comuns*!

A outra coisa é que se não se articulam com outras formas de *Comuns* também não vai pra frente. Mencionou-se muito aqui a questão urbana e, não por acaso tem companheiros – tanto da **FASE** como de outros lugares – ligados à temática urbana. É porque efetivamente a perspectiva dos Bens Comuns/dos Comuns tem que ser trabalhada com base no que eles significaram, significam e significarão no futuro para a construção das cidades.

Do mesmo modo que falar dos *Comuns* ligados à natureza é também falar da inovação, é falar do que traz as novas tecnologias para esses povos – especialmente, em termos de articulações, antes, não imaginadas – e, para isso, temos os companheiros ligados aos softwares livres, ao conhecimento.

Lembro que no ano de 2001, no primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre, propus um debate sobre *a reprodução e a mercantilização do corpo da mulher e a questão das sementes do pequeno produtor*. Na época, tínhamos um grupo de discussão na Fundação Heinrich Böll e uma companheira fazia essa discussão da reprodução. A ideia da oficina era juntar mulheres feministas – ou não – e pessoas que trabalhavam com a questão das sementes. Essa proposta foi questionada por um grupo de mulheres que se opôs dizendo: - Nós estamos tentando nos fortalecer enquanto grupo e você já quer que a gente se envolva com outras coisas? Mas é exatamente isso que eu penso que precisamos fazer: construir algo coletivo! Bom, apenas oito pessoas participaram da oficina, foi isso o que conseguimos congregar naquele ano. Porém, no último ano que participei do Fórum em Porto Alegre, fizemos algo no mesmo sentido e participaram entre 80 e 100 pessoas. Vejam bem, estamos aqui, na realidade, em um movimento que não é só dos rurais, embora, nesses dois dias as questões estejam mais ligadas ao campo e às florestas desses povos e comunidades, nós já podemos ir projetando desde aqui essa perspectiva de avançar efetivamente no debate, agregando novas discussões e temáticas. Daí a importância da participação de companheiros e companheiras que trabalhem e pesquisem outras abordagens dos *Comuns*.

Vejamos! Hoje se um conservacionista/preservacionista defende que os bens comuns são as florestas, as águas, por exemplo, nós sabemos que não é disso que estamos falando, não é nossa essa definição. A nossa ideia do termo “Bens” que, inclusive, não foi incluída no meu texto, é uma discussão que precisa ser feita. Pois, não se relaciona com o fato de saber se a natureza tem direito ou não, estamos falando de relações sociais. Estamos falando de pessoas. Claro que em outra perspectiva que não de Descartes, um filósofo francês da época do Renascimento que afirmou que o homem deve ser o dono, o senhor e o dominador da natureza. Esta afirmação contribuiu para a relação do homem com a natureza tal qual se tem hoje, onde após descartar a natureza, o homem se afasta e se desloca dessa relação e produz a devastação que

estamos vendo nesse momento e que ainda pode piorar. Parece-nos que ao invés de jogar todas as apostas nas novas tecnologias, devamos pensar em um caminho de aproximação e de conjunção com a natureza.

Para entrar mais diretamente no assunto, vou utilizar o mote que me foi oferecido pelo Henri em seu trabalho acerca do cruzamento de duas narrativas. Uma, diz respeito à pressão dos *Comuns*, essa construção que vem de tempos imemoriais da estruturação da vida coletiva nas comunidades e a outra, refere-se à visão dos Bens Comuns como Bens Comuns Mundiais. Não nos interessa ficar no debate dos *Comuns* de tal povo indígena, ou de tal comunidade, ou mesmo de um conjunto de comunidades no Brasil. Ao contrário, nós queremos atuar, justamente, para intervir nessa relação entre o local e o global, para participar da discussão dos Bens Comuns Mundiais. Antes de avançar nessa conversa, quero chamar atenção para o uso dos parênteses no termo (Bens), porque penso que politicamente precisamos ultrapassar a ideia de bem e alcançar a força política do *Comum*.

A tradição dos Comuns e os seus cercamentos

Os *comuns/bens comuns* são de uma tradição muito antiga. Nasceu antes mesmo do período neolítico, pois, não havia outra forma de sobrevivência para os povos que viviam da colheita e da caça que se juntarem em coletividades e fazerem trocas, do contrário, não comeriam e não sobreviveriam. Os primeiros momentos da agricultura são marcados por misturar coisas privadas com coletivas. Durante milhares e milhares de anos, até a chegada da Idade Média, construiu-se uma dinâmica da agricultura com as partes comuns de cultivo, de pastagens e de colheitas. Recomendo a leitura do livro *História das agriculturas no mundo* de Marcel Mazoyer e Laurence Roudart que foi traduzido para o português. Acredito que esta é uma referência para qualquer pessoa que trabalhe no campo.

Com a chegada do capital/mercantilismo/capitalismo e com o cercamento das terras podemos afirmar que se deu início ao processo de destruição dos Comuns, tal qual vemos hoje. Tanto que nos estudos realizados na Inglaterra, além deste momento ser tido como a expressão máxima disso tudo, orienta a compreensão dos atos que decorreram dos cercamentos de terras realizados

pela gentry, pela nobreza e pela burguesia e também pela Igreja. Pois, começaram a cercar as terras para afirmar e distinguir que estas não eram mais um *Comum*, pelo contrário, agora, possuíam donos que produziriam e retirariam delas o seu lucro. Daí se iniciar também o processo de industrialização e, como disse Marx, conseguintemente, a acumulação primitiva que, por sua vez, se fundava na conquista de uma força de trabalho que expulsa do campo pelos cercamentos estava à disposição da construção do capital industrial, conforme nos afirma o historiador Eric Hobsbawm. Thompson – um historiador marxista – escreveu sobre o uso das florestas da nobreza e da Igreja como *Comuns*. O interessante de seu estudo é que ele mostra que a ruptura não se fez somente pela violência física, mas também com a formatação de leis. É óbvio que houve uma violência muito grande para garantir a expulsão do campesinato que fazia uso dessas florestas, desses ambientes naturais, ou seja, que dependiam daquele espaço para gerar renda e assegurar sua subsistência. Contudo, o foco aqui recai para o fato das leis serem um importante instrumento, desde essa época, na luta contra os *Comuns*, ou seja, a luta se dava em dois planos – no da violência física e no da violência simbólica. Na Alemanha também aconteceu esse mesmo processo, Marx estudou isso. Já Rosa Luxemburgo, uma das intelectuais marxistas do século XIX, afirma que mesmo com o fim dos comuns e com a especulação em torno da agricultura, ou seja, com a organização do capital ao redor dessa prática, a acumulação primitiva nunca cessa, ela continua e perdura no tempo. E daí essa reflexão dela é fundamental para pensarmos como essa acumulação ocorre em países de terceiro mundo como o Brasil. Para ela, o capital precisava de transferência de mão de obra e, para isso, utilizou de estratégias como a colonização e a abertura de novas terras para produzir suas riquezas. E isso se mantém de modo contínuo, o capital se faz presente e precisa se (re)produzir o tempo todo.

Na segunda metade do século XIX, com o aumento de formas de produtividade se dá a chegada da I Revolução da Agricultura, é o que Mazoyer e outros autores definem como a *Revolução das terras de pousio*. Esta prática era considerada um atraso tremendo para a agricultura, pois, enquanto as terras ficavam no repouso elas diminuíam sua capacidade produtiva, logo, lucrativa. Em seguida, começou-se a produção de gramineiras para a criação de pastos para alimentar o gado, com essas práticas da agricultura os Comuns não faziam o menor sentido nesses países do ocidente.

Em 2006/2007, participei de um seminário no México organizado pela Fundação Heinrich Böll cujo tema era os Bens Comuns. Na ocasião, estávamos Elinor Ostrom, um grupo de americanos e eu, representando o Brasil. É importante lembrar que há nos Estados Unidos um debate em torno dos *Comuns*, cuja ideia do segundo cercamento foi introduzida por uma visão política bastante ativista, em particular, por Pierre Bourdieu. Já essa nova fase do capitalismo tem sua expressão acadêmica com o trabalho do geógrafo David Harvey. Como vocês sabem, ele trabalha muito com a questão urbana. Harvey afirma que o momento atual do capital – se ele quiser manter sua taxa de lucro composta – exige uma nova fase de expansão, onde a expulsão do campesinato produz essa nova massa de trabalhadores urbanos. Estamos vendo isso muito claramente. Como ele tem se expandido? Por meio da privatização do conhecimento, pela transformação das cidades em sua plataforma principal de expansão e com o avanço sobre os territórios para que os pequenos agricultores se tornem grandes produtores, ou muitas vezes, só para garantir que estes territórios estejam ocupados pelo capital. De modo que em alguns momentos nos perguntamos: - Com que interesse? Será que é para produzir mais? Em algumas dessas vezes concluímos que é somente para demonstrar que colocou a mão em cima, portanto, é simbólico.

Quero chamar atenção para a ideia de cercamento e para o cuidado que ela exige. Morei algum tempo em Pindaré no Maranhão. Lá – diferente de outros lugares – quem estavam cercadas eram as comunidades e não o capital. Os fazendeiros ocupavam tudo, o gado comia da roça de mandioca ao arroz do pequeno agricultor. Estas imagens, por exemplo, das comunidades impedidas de utilizar os *Comuns* dão sentido à ideia do primeiro cercamento. Já o segundo cercamento precisa ser complexificado, as imagens que o representam não são tão nítidas. No Brasil, o segundo cercamento teve seu início por volta dos anos 70, pode-se dizer que, com o fenômeno das grandes secas e a expulsão/migração dos agricultores para outras regiões, como por exemplo, o deslocamento do Maranhão para o sul do Pará para tornarem-se soldados da borracha, há uma mudança na relação dos agricultores com os Comuns, pois se tornam mão de obra barata e sua luta não é necessariamente em defesa dos territórios que deixaram para trás, mas por condições mínimas de sobrevivência. Surge dessa relação o movimento de resistência do campesinato, vale lembrar aqui as ligas camponesas, por exemplo.

Nós existimos! Nós temos um futuro e queremos lutar por ele! Os povos/as populações/as comunidades/o campesinato frente aos Comuns

Lembro de um amigo – Jean Hebette, professor e pesquisador durante décadas no Pará – que debatia com os que diziam que não havia mais campesinato. Ele sofria uma grande pressão, ao que respondia: - *Espera! Mas não sou eu que não quero que eles desistam, na verdade são eles que não querem morrer! Estão aí resistindo a essa pressão há tempos*. Essa resistência continuou subterrânea no tempo da ditadura e durou até a Constituição Federal de 1988, que apenas reflete o que já estava por aflorar, quer dizer *"Nós existimos! Nós temos um futuro e queremos lutar por ele!"* Ou melhor, revela o movimento de décadas de populações e povos frente aos *Comuns*.

Temos nessa resistência um conjunto de pessoas/populações que estavam – e ainda estão – à margem de um modelo, as quais formam em sua diversidade um modo coletivo de acúmulo e de resistência concreta, fora as experiências do meio urbano, como as do sindicalismo, por exemplo. Acredito que na soma dessas lutas resistentes temos uma espécie de grande movimento social no Brasil que, dadas as suas dimensões, não se consegue realizar. Não que essa mobilização tenha acontecido nesses moldes, no entanto, se fizermos o exercício de olhar de uma forma diferente, poderemos perceber que foi um profundo movimento de afirmação e resistência. Ouso dizer, mais avançado do que o sindicalismo que não conseguiu pensar de forma estratégica o setor e menos ainda repensar-se enquanto categoria. Digo, permaneceu fechado em si, enquanto aqui nós estamos sempre em algo aberto.

Após a Constituinte, houve um importante momento de virada territorial. Iniciou-se uma nova onda de territorialização que evidencia e dá convicção tanto a quem vive nesses territórios quanto a quem compartilha – como acadêmico e/ou ativista – do modo de vida dessas comunidades. Havia no país terras de uso comum, algo estava sendo construído naquele momento. Nos anos 80, assessorei o movimento que surgia em torno de uma agricultura alternativa, na época, eram poucos grupos discutindo, eram basicamente de oito a dez grupos, algumas organizações não governamentais do sul. Era muito evidente a importância

do campesinato para essa mobilização dos *Comuns*, embora, tal prática seja mais facilmente atribuída aos povos indígenas, às comunidades extrativistas (da floresta, das águas, do cerrado etc.). Essa questão aponta para uma discussão a ser feita posteriormente: ***A luta dos Comuns pode ser pensada a partir de indivíduos ou somente se realizada por coletividades?***

Parece-me que aos poucos, esses polos que antes haviam sido definidos pelo Ministério da Agricultura – em termos de práticas agroecológicas – estão se misturando mais, estão, inclusive, se modificando. Isto nos faz refletir sobre as conexões existentes, por exemplo, entre o extrativismo e a produção, visto que o extrativismo tradicional está ficando para trás (como "algo do passado"), uma vez que não há sobrevivência possível para a forma como ele é feito e menos ainda por causa do adensamento existente. Há ainda uma tradição que não mencionei que é a tradição das terras de uso comum. Acredito que o primeiro pesquisador a colocar a questão tanto acadêmica quanto empiricamente foi o Alfredo Wagner que, com sua vivência no Norte, em especial, sua experiência empírica no Projeto Nova Cartografia, passou a acompanhar muitas experiências dessas que caracterizam novas territorialidades e novas formas de possuir a terra. Nelas, os territórios e a territorialidade aparecem como categorias da geografia política, portanto, como categorias políticas.

Sempre que lia algo sobre o assunto, pensava: *Mas, isso é os Comuns! Há um território, um povo/uma comunidade que em luta constrói um dinamismo próprio, que se reconhece a partir de e naquele espaço, que o trata como seu, e nesse espaço de vida edifica o seu projeto de futuro.* Quando penso os Comuns nestes termos, fica mais fácil entender a proposta que citei no início de minha fala sobre o uso da palavra Bens entre parênteses, ou seja, pela inviabilidade de discutir os Comuns sem considerar a presença das pessoas e a sua relação com o território, com a natureza.

Vale ressaltar que no Brasil sempre houve – e ainda há – um embate muito forte entre os preservacionistas e nós que nos denominamos de socioambientalistas. Para os primeiros, o que importa é o meio ambiente, o ser humano é secundário. É a lógica do "tem que sair". Tanto que no estudo de Juliana Santilli

(Promotora, no Rio Grande do Sul) sobre o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC) fica evidente que não é possível pensar o socioambiental sem pensar a biodiversidade e a sociodiversidade que nele existem, ou seja, o quão importante é qualquer modo de afirmação desses territórios. Pois, sim, estes espaços são ocupados! Tem gente! Essas conquistas se deram graças a essas lutas por territorialidade. A partir dessa mobilização se formou um enorme coletivo disposto a pensar a questão ambiental a partir dos territórios, como foi salientado pela Julianna Malerba. E, principalmente, nos termos em que o Aurélio Vianna aporta com os seus estudos sobre a quantidade terras nas mãos do campesinato, dos povos indígenas, em RESEX's, etc., demonstrando que a maior contribuição dessas territorialidades é o questionamento direto da propriedade.

É elementar não perder de vista que tudo isso foi conquistado. Foi uma dura conquista! Foi o momento em que os movimentos, (não somente os socioambientalistas) mostraram sua força e sua existência. Foi uma sacudidela na propriedade e também no governo que, com essa intensa mobilização, teve que pensar – *O que vamos fazer com os pescadores? O que vamos fazer com os quilombos?* – dentre outras questões, foi obrigado a enxergar àqueles que, antes, não via e, mais, pensar soluções para suas questões. No meu texto citei longamente a experiência da **FASE** em Gurupá. Isto porque ela me pareceu significativa para pensar a relação entre o direito e a práxis, por exemplo. Foram centenas de horas de trabalho para provar que naquele município quase todas as terras eram griladas, ou seja, descobriu-se que quase ninguém que afirmava ter direito sobre aquelas terras possuía de fato esse direito. Então, quem possuía o direito era quem estava lá, era quem estava na posse, era quem tinha uma relação fática com a terra.

O território supõe limite. É fato! Por isso estamos vivendo essa contradição na luta entre o capital e as formas de sobrevivência. Essa limitação se impõe para todos. Logo, os *(Bens) Comuns* também exigem um marco. Por exemplo, qual o limite de um território indígena? Para os extrativistas, os pescadores, os povos indígenas, para muitas dessas comunidades esse marco é flexível e ocorre de acordo com suas práticas. No entanto, quando se transforma em um direito passa por um enquadramento que, muitas vezes, se torna um problema a ser enfrentado por todos. Um exemplo disso é o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Como o cadastro vai dar conta das coletividades?

Há no Brasil uma grande dificuldade em lidar com o que é coletivo. As instituições tendem a ignorar outras realidades/outras organizações e isso, ao mesmo, se transforma em impasses para a efetivação dos direitos e em mobilização daqueles atores sociais que "ficam de fora".

Portanto, eis mais um motivo pelo qual o limite é problemático. No momento em que insere o grupo em uma área (de)limitada transmite a ele uma sensação de estrangulamento. Surge com a delimitação mais uma questão: ***como fazer desses territórios áreas que possibilitem um projeto de futuro?***

Outro caso que ajuda a visualizar essa questão é o de Arapiuns. Lá, há um grupo trabalhando para conseguir um reconhecimento que vá além da RESEX Arapiúns/Tapajós. Estão, com isso, tensionando o direito e a propriedade. Esta ação deles é boa para questionarmos a ideia de que esses grupos não são políticos, de que lhes falta educação popular, de que não percebem a dinâmica política. Ora, estas pessoas vivem os seus problemas e, a partir deles (de sua realidade) confrontam diretamente com o capital, são eles que enfrentam diretamente as regras do jogo que domina o mundo!

O local e o global: uma articulação necessária para construir o futuro dos Comuns

O que precisamos entender é que, talvez, devamos começar a encarar o problema da escala. Pois, a delimitação de um território é só o primeiro passo, é o ponto de partida, mas não é a saída para a falta de projeto de futuro em alguns povos/populações/comunidades. Há um território, mas não há necessariamente um *Comum* se realizando e viabilizando esse projeto de sobrevivência futura. O que nos mostra que o reconhecimento em si não é suficiente. E por que não é suficiente? Talvez, porque não consiga repercutir em instâncias de outros níveis.

Uma vez, lendo um trabalho sobre pequenos financiamentos realizados pelo Fundo DEMA a grupos locais na Amazônia, entre

o Xingu e o Tapajós, vi que algumas comunidades, como é o caso de São José, no Arapiuns, que conseguiu construir um criatório de peixe, que garante tanto a sua subsistência como assegura um projeto de futuro. Aí penso: Em 1975 quando estava em Santarém, não precisava de criatório porque tinha peixe à vontade! Bom, mas os tempos mudaram e com eles também as práticas. Mas me pergunto também: *Será que todas as comunidades conseguem pensar e garantir uma atividade que garanta o seu futuro enquanto coletividades?* Pois, se de um lado há os elementos como a questão em comum, o dinamismo e a capacidade de pensar saídas criativas que apontam para caminhos de superação desses limites por essas comunidades (vale lembrar a comunidade São José), na contramão disso há as práticas de degradação como extração de madeira ilegal em áreas de RESEX, o que nos faz atentar para a complexidade de tal questão. Não sou totalmente pessimista porque eu já vi grupos perderem seus territórios e depois, não sem luta, conseguirem reconquistar.

A experiência histórica das sociedades humanas mostra que o passado constrói o futuro! Até podemos perder algumas referências no caminho, mas no mesmo caminho elas são reencontradas e são sempre transformadas em fonte de renovação do debate. Então, as lutas de que estamos tratando aqui se tratam de lutas futuras! Mesmo que mude o clima, mesmo que alguns povos indígenas conquistem seus territórios etc., os *Comuns* de que falamos só sobreviverão se as pessoas que fornecem as condições reais de sua existência sobreviverem.

Isso tem a ver com a sustentabilidade da tradição. Lembro de perguntar quando eu andava pelos interiores: – *O que vão fazer seus filhos?* Certa vez, cheguei a um encontro do Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) na divisa entre o Acre e Rondônia, e fiquei preocupado quando ouvi das lideranças relatos de que seus filhos não queriam assumir seu lugar, dar continuidade a sua luta. Pensei: – *Então, não tem futuro!* No sul, há um estudo sobre as causas que levam os jovens a saírem do campo, dentre as motivações está, em algumas localidades, a busca das mulheres por melhores condições de vida; em outras, os homens alegavam não encontrar mais mulheres para casar; a ausência de serviços etc.

Portanto, a qualidade de vida e dos serviços nessas comunidades hoje é algo incontornável. A falta de acesso ao lugar não pode ser

utilizada como um argumento para a falta de acesso aos serviços de atendimento básico, isto tanto é inaceitável como tem sido motivo de migração nessas regiões. Entendeu-se que é preciso combinar o Pajé com a medicina moderna, que é preciso o uso da internet para se comunicar etc. Assim, a questão econômica é uma questão central. Diferente do que querem fazer crer alguns pesquisadores da área de Ciências Sociais, ou mesmo de alguns movimentos sociais, não é possível dissociar a economia da política! Não dá para dizer: - *Só cuido da política! Da organização do movimento!* Pois, trata-se, a economia, de condição de existência desses grupos sociais.

Razão pela qual comecei a trabalhar com a Elinor Ostrom, a americana que ganhou o Prêmio Nobel de economia, mesmo sem ser economista. Ela foi premiada pela ideia que se contrapunha à ideia difundida no estudo de Hardin – um biólogo americano – que publicou um estudo afirmando que os *Comuns* não eram possíveis. Tentou demonstrar em seu estudo que o interesse individual inviabilizaria a prática dos *Comuns*. Por exemplo, determinado pasto tem capacidade para alimentar certa quantidade de gado ou de ovelhas, se a área for adensada demais não suportará. Entretanto, chega um indivíduo que sabe disso e mesmo assim afirma que vai colocar mais cabeça de gado lá, e com isso, haverá um choque de interesses.

Para Hardin, o interesse individual se sobrepõe e conflita com a existência de um interesse comum. Já para Ostrom os Comuns não só funcionam como permitem que o indivíduo, ou até mesmo um núcleo familiar que sempre decidiu o que fazer com a sua parte na produção, por exemplo, combine seu interesse individual com o interesse coletivo. Com isso, vemos que vários pesquisadores do mundo estão preocupados com os *Comuns*. São pesquisadores dos Estados Unidos, do Canadá, da França, do Brasil etc. Eu conheci *Comuns* na França, na região dos Alpes, onde tem pantanais com gestão comum multisecular que funciona até hoje. Na região das montanhas também, isto para dizer que não é um privilégio nosso. Porém, em certos países do sul há, na composição dessas práticas, um critério a mais: tem que lidar com as condições de governabilidade externas, quer dizer que o governo, o ambiente político e o ambiente econômico interferem na existência delas.

Como vimos, os *Comuns* estão sempre implicando em limites. Seja de territórios, seja de recursos, é necessário coexistir com a limitação. Por exemplo, que recursos assegurarão a sobrevivência dessas 50, ou 100 ou 200 famílias daqui a 20 anos? Não é só uma questão de limites malthusianos, mas da possibilidade da base de recurso natural. Por isso tem que ter regras para o seu uso também pelas comunidades. Bom, chamo a atenção de vocês para o fato de que em relação aos povos indígenas, devido a sua especificidade e diversidade se faz necessário um tratamento diferenciado nesse debate, tem que ter outra abordagem, pois eles têm suas regras, têm suas sanções, têm estabelecido o seu próprio jogo de relações sociais.

Para quem quer estudar com maior profundidade os *(Bens) Comuns* há muitos estudos e muita bibliografia a respeito. Acredito que a minha contribuição para o tema se dá a partir dos estudos de caso. Tem a coleção Agricultura da AS-PTA, tem o mapa de conflitos, tem o estudo do McGrath (do Instituto de Pesquisa da Amazônia – IPAM) sobre a Ilha de São Miguel em Santarém, os estudos da Ostrom etc. Falo isso porque é um grande desafio para quem orienta alunos, para quem está produzindo conhecimento sobre o tema, pois, nem todos os estudos conseguem avançar/aprofundar o debate E nós, precisamos nos sentir provocados a estudar e a aprofundar essa questão.

Há no meu texto muitas ausências sobre as quais eu gostaria de ter me debruçado com mais tempo, como as comunidades quilombolas, por exemplo. Realizando minhas pesquisas para a elaboração do texto encontrei muito discurso oficial, e poucos estudos com a perspectiva do movimento, das comunidades etc. Portanto, se estamos aqui nos propondo a fazer essa junção entre os sujeitos ativistas, pesquisadores, movimentos e organizações etc. faz parte dos nossos objetivos e desafios construirmos algo coletivamente, estudarmos de forma mais esmiuçada essas práticas. Afinal, estamos aqui também para construir algo em comum, o que vai além de só debater os *Comuns*. Isso também é uma forma de resistência, é uma maneira de nos situarmos em outra forma de produção que, com exceção dos nossos companheiros e companheiras que já avançaram na academia ao entender que só se avança junto, não é a majoritária.

Assim como falei no início, há uma ligação muito forte entre os *Comuns* de que estamos falando – dos povos/populações/comunidades/campesinato etc., também chamados de *Comuns* ligados à natureza – com os *Bens Comuns Mundiais*. Acredito ser esta uma das questões centrais para avançarmos na construção de paradigmas outros. Precisamos ter um bom ponto de partida para repensar tanto a relação entre eles, como a contribuição dos *Bens Comuns Mundiais* para as lutas locais e vice-versa.

Para encerrar a minha fala, conto uma história sobre o Ártico. Lembro que em 1983 estive lá em visita a um povo indígena que vive no círculo polar, na ocasião, meu tradutor de inglês, por coincidência um padre francês, ficou intrigado como eles me contavam coisas que não contavam para ele que já estava lá há algum tempo. Em minha conversa com eles, eu falei do que vi e vivi na Amazônia, dos problemas enfrentados, das questões e, imediatamente, eles diziam: Ah! Nós também passamos por isso! Ou seja, estamos falando de gente que reage como a gente. Ademais, como o Henri Ascelrad já chamou nossa atenção, ***os bens comuns são relações sociais.***

A revolução molecular

Pedro Cunca Bocayuva, historiador, professor da UFRJ no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos- Suely Souza de Almeida (NEPP-DH/UFRJ).

O que ouvi ao longo deste debate é que possuímos dinâmicas sócio-territoriais ou dinâmicas autônomas de populações tradicionais que hoje, de certa forma, polarizam mais os modos hegemônicos. Ouvi também que a experiência indígena, camponesa, de populações tradicionais e outras formas de resistência e de produção são decisivas para configurar outras trajetórias de saber e de experiência econômica. Da mesma forma, ouvi que é fundamental construir outros territórios de experimentação, de esperança, territórios existenciais e outras arquiteturas a partir de novas epistemologias, trabalhando a política como tradução da diferença. Ampliamos, desta forma, as dinâmicas de descolonização. Ouvi ainda que precisamos de outra economia que seja mais autogerida, baseada em cooperativas, em proximidade, que lide melhor com a sociobiodiversidade e que possa, de alguma maneira, trabalhar com a ruptura, com o valor de troca, com o valor hegemônico, com a acumulação e com outras configurações econômicas através do uso de bens comuns e de outro tipo de comunismo distinto do que foi a forma Estatal do socialismo real. Por fim, o que ouvimos é que ***a revolução deve ser reinventada.***

Por outro lado, somos seres sociais e, como seres sociais (não só das classes dominantes, mas também das classes dominadas) somos mediados pelo fluxo de técnicas, mercadorias e estilos de vida. Ou seja, não existe universo não contaminado da experimentação. Não podemos nos negar a usar determinados objetos e não vamos transformar cada fala que foi aqui colocada em uma nova doutrina da verdade. Quando formos comemorar a Revolução, a crítica, a superação da Revolução de 1917 em 2017, certamente poderemos ser mais generosos e mais críticos, assim como temos que ser mais generosos e mais críticos com qualquer nova verdade das arquiteturas que nascem das tradições ou das arquiteturas que nascem dos contra saberes. Precisamos aproveitar esta experimentação sabendo lidar com suas contradições, sob pena de pôr em risco as acumulações que não se resolveram.

Nos anos 1960, reiteraram-se as críticas anti-hegemônicas com a derrota do Vietnã, a luta da Checoslováquia, a luta dos estudantes e as resistências guerrilheiras. Da mesma forma, os experimentos ocorridos ao longo dos anos 1960 também culminaram posteriormente em novas dinâmicas feministas, dinâmicas ambientais e inúmeras outras dinâmicas que se constituíram a partir da ideia de revolução cultural e revolução molecular. Ou seja, esta ideia de revolução cultural e molecular não conflui necessariamente com outras questões como a revolução democrática, a destruição do Estado capitalista ou um paradigma de autogestão que responda a diferentes modos de articulação. A experiência indígena utilizando um vídeo, por exemplo, é estratégica, pois a tecnologia do vídeo nas mãos de um indígena constitui uma potência. Os Zapatistas são contemporâneos à web e esta é uma questão fundamental de ser pensada, do contrário não entenderemos o que se passa. “Desconstruindo Marcos” é um dos textos mais bonitos que já li. A quem ainda não viu, peço que vejam, pois é muito interessante este balanço preliminar do que foi o experimento Zapata. Trata-se de um discurso muito interessante que aponta como todos podemos ser Marcos e como os Marcos são uma invenção, uma tradição e uma capacidade de fazer aquilo que o capitalismo faz: inventar papéis, subjetividades e lidar com imagens, trabalhar com territórios, com o imaginário, com a tecnologia, com o simbólico, ir à cidade e resistir no território, estar no centro e na periferia. Os Zapatistas experimentaram um pouco disto, ainda que com todas as suas limitações.

O que quero dizer aqui é que possuímos já alguns ingredientes da nova estratégia emancipatória. David Harvey faz uma boa leitura de Marx, ainda que possua várias questões, assim como nós possuímos várias questões e como o pessoal da espiritualidade também, pois as religiões crescem sobre as massas do Brasil de uma forma pentecostal, ligada ao capital e à dinâmica do ganho. Nós, no entanto, teremos que aprender a lidar com os evangélicos e sua cultura. Teremos que aprender a lidar com a contra revolução cultural evangélica, o que não ocorrerá somente através do paradigma da espiritualidade, pois parte da contrarrevolução evangélica é dar respostas concretas às situações concretas de sofrimento cotidiano e de demandas subjetivas que nós também temos que atender.

Somado a isto, o tema da moeda e do consumo ainda não foi superado. O mundo não é urbano à toa. O mundo urbano é também um espaço de emancipação e fuga, não se trata somente de uma imposição do capital. É como uma favela que é contraditória por ser solução e dominação. A favela é autoconstrução autônoma de massa e possui outras arquiteturas que podem ser a alternativa que misturará o barro com novas tecnologias e com as novas arquiteturas que foram aqui mostradas.

Como bem colocado por Jean Pierre Leroy, teremos que lidar com a necessidade de alimentar a China, pois isto também se tornará um problema nosso. A partir do que foi colocado por ele, comecei a pensar nas nossas contradições comuns. Como iremos lidar com os desafios dos nossos obstáculos concretos? Esta já é uma reflexão comum entre nós, pois só vi consensos entre o que foi colocado ao longo deste seminário (ainda que os consensos radicalizados gerem tensões dentro de cada fala).

Teremos, é claro, uma plataforma feminista complexa, pois o tema dos direitos reprodutivos não representa a essência fundamental do feminino. Trata-se de questões contraditórias, no discurso do campo, da revolução queer, da diferença, da precariedade, no tema do corpo e da sexualidade. Precisaremos conviver com diferenças brutais na compreensão da sexualidade e da espiritualidade. É claro que nosso primeiro grande ganho é podermos nos abrir para esta dinâmica de novas ecologias do conhecimento, da pluralidade, etc.

Temos adversários comuns, ainda que não se trate de uma questão simples. Sabemos, por exemplo, que quando tem início a revolução iraniana haviam se esgotado os repertórios das outras revoluções. Por conta da repressão, o repertório do "chá de modernidade" havia se esgotado e o objetivo era criar uma revolução não moderna, não soviética e não capitalista. Ou seja, tratava-se de uma revolução contraditória e sem classes. O objetivo Islâmico era se diferenciar do ocidente e esta é uma tarefa muito difícil.

Passamos por uma série de transformações que nos mostram que o transbordamento das fronteiras pelo capital não significa uma crise brutal de violência dentro da intensificação do processo de globalização. No nosso caso em particular, esgotamos o ciclo de

atuação das lutas democráticas. Esgotamos, por exemplo, o ciclo PT/CUT e a tentativa de reformar o desenvolvimento, sem termos necessariamente superado algumas questões. Não superamos e não redefinimos o paradigma da democracia e não constituímos uma forma política autônoma, ainda temos que lidar com o Estado.

Ao mesmo tempo, não alcançamos o horizonte de uma política que rompa com o termo "desenvolvimento". O que temos é uma ânsia de pôr algo mobilizador em seu lugar. Assim como a crítica ao paradigma da economia política não esgotou e não superou a economia do capital, a crítica ao desenvolvimento também não supera a crítica do desenvolvimento. Somente afirmar um desenvolvimento sustentável não é suficiente, pois vivemos uma disputa. O capital engana e oculta, mas a principal ocultação é que o mundo se encontra em uma grande disputa intelectual, moral e simbólica. O que mais nos afeta neste momento é menos a moderação do PT e mais a sua captura e subordinação ética, moral e simbólica. Trata-se de uma enorme perda de simbologia de confiança, e captar confiança é muito difícil. Ainda desconfiamos deste "não ponto de chegada".

O capitalismo não cresce pelo consenso, mas pelo medo. Podemos pensar, neste sentido, em uma nova hegemonia gramsciana ou uma hegemonia às avessas, como colocado por Chico de Oliveira. O capitalismo é uma hegemonia às avessas, pois quanto mais ele falha mais ele diz que possui a resposta para esta falha. O capitalismo tenta nos desarmar questionando o que faríamos em relação à violência, às emergências, ao abastecimento. Todas estas questões são paralisantes e às avessas. É muito difícil bloquear esta forte capacidade e não basta uma dialética negativa ou se contrapor a este regime, pois ele possui uma capacidade imensa de produzir estratégias afirmativas.

Por este motivo, uma questão que se coloca é como iremos unificar nossos experimentos. Como efetivamente utilizar, por exemplo, a energia solar? Podemos construir um consenso sócio-técnico? Como construir um consenso em torno da água? Como pegar o corpo da juventude negra popular, indígena e afro-brasileira que está sendo assassinado? Como pegar o corpo da

mulher que morre nas condições reprodutivas brasileiras e dar resposta a esta questão não somente a partir de uma dialética negativa, mas de uma estratégia afirmativa? Como enfrentar e responder às questões urbanas? Em uma das falas aqui colocadas, defendeu-se a já existência de um traçado afirmativo por parte das territorialidades quilombolas, camponesas e indígenas. São estas dinâmicas que deverão ser construídas por sujeitos e este sujeito não será único.

Não conseguimos, nem o Podemos e nem o PSOL, resolver o problema da representação, pois não é de forma rápida que o resolveremos. Cada novo ator que entra pode se queimar por acreditar que as resolverá sozinho. Acredito que teremos um tempo estratégico para construir esta plataforma, um tempo de reconstrução, de amadurecimento e de trabalho político educativo que deverá vir combinado com vontade política.

Tenho acompanhados estas lutas já há algumas gerações. Fazendo um recorte destas lutas e destas experiências, vemos que a partir de 2013 começa a se manifestar a ideia da existência de uma nova geração. Até o ano de 2003, o que víamos ainda era a geração de 1968, com temas clássicos de ação. Ainda discutimos se a Venezuela está ou não fazendo revolução, como fazer uma frente internacional de movimentos de mulheres, como construir redes, como unir a temática do proletariado com as temáticas das outras lutas, etc. A partir de 2013, vemos uma nova gramática que tem como problema principal o fato de criar vários eventos, vários focos e ações. Trata-se de uma gramática celular que não necessariamente transforma a multidão em corpo, como gostaria Antonio Negri. Uma multidão não gera comunismo. Uma multidão pode gerar o fortalecimento do Estado Nacional, pode gerar formas pentecostais reacionárias, fascismo, Povo Nação, sublevações emancipatórias – e as sublevações emancipatórias sempre são seguidas por temas conservadores, pois se trata de um ciclo.

O dia seguinte de uma revolução nunca possui a mesma unidade, pois os termos cotidianos voltam à tona. Após uma imensa manifestação de rua (onde somos todos iguais), voltamos para o dia a dia (onde o peso dos desiguais está estruturado nos espaços arquitetônicos, nas estruturas institucionais e na tradição). Reinventamos criticamente o discurso da tradição. Temos um mundo onde pensamos, por exemplo, mulheres indígenas como

chefes tribais. Esta é uma novidade estratégica que aconteceu no Brasil e que não se inscreve na tradição, mas na emancipação. Inscreve-se, portanto, na própria experiência emancipatória indígena.

A soma das nossas falas já indica um certo esboço e um certo embrião de consensos, aspectos metodológicos, linhas de pesquisa, formas de acumulação e orientações táticas que hoje em dia formam nossos elementos estratégicos. Não haverá, é claro, uma resposta estratégica unificada, mas mais do que uma ação molecular, precisamos também de um posicionamento tático que nos agrupe, nos unifique, nos faça caminhar juntos e nos escutar dentro destes novos referenciais discursivos que temos produzido.

Ao contrário do que foi aqui colocado, o mundo nunca foi tão ideológico. Assistimos a Obama, Hollande e o Estado Islâmico – que é uma mistura não do Alcorão, mas de ódio e mercadoria, uma fala muito ligada ao Ak 47 e um discurso do corpo macho do jovem que responde ao não reconhecimento.

Sabemos que neste momento é fundamental uma grande estratégia global de descolonização de norte a sul, pois o mundo não foi suficientemente descolonizado. Ao lado da revolução cultural molecular, ao lado destas estratégias autogeridas e desta busca de confluência de novas epistemologias, acredito que entre as grandes continuidades estratégicas esteja a continuidade da experiência de ruptura com a colonização. Talvez esta seja uma marca decisiva.

A leitura que o Haiti fez da Revolução Francesa nunca se resolveu e a mesma tropa brasileira que fez treinamento no naquele país voltou para ocupar posteriormente o Morro do Alemão e, provavelmente, o ocupará novamente ao longo das Olimpíadas. Não saímos deste paradigma, pois ele é moderno. O projeto da modernidade continua pela destruição e pela colonialidade, pela acumulação primitiva permanente e por esta destruição permanente. O que precisamos fazer é romper aos poucos e criar territórios de experimentações e de resistência que convivam e que saiam disto, pois a exceção se combina com uma violência que não deriva da falta, mas do excesso, ou seja, deriva das falsas necessidades. Mas precisamos, ao mesmo tempo, lidar com estas

falsas necessidades e com os desejos dos sujeitos. Trata-se de uma tarefa complicada, mas estratégica, principalmente em se tratando das novas gerações e juventudes atuais.

O MPL busca a liberdade de circulação dos corpos pela cidade e pelo espaço público. A Revolta do Buzu na Bahia foi uma referência estratégica da centralidade da periferia, do corpo juvenil popular e de reconhecer a necessidade de mobilidade. É neste quesito que o capitalismo ganha, pois o que ele quer é a mobilidade do desejo na lógica objetal. Ele produz este elemento pela lógica fetichista da mercadoria e da moeda. Neste sentido, não adianta fazermos um discurso de ruptura sem apresentar um conjunto de respostas a estas demandas. ***Como vamos fazer com a revolução celular, como forma e como objetivo?***

Descolonizar, despatriarcar e desmercantilizar: o Bem Viver como uma disputa por um novo horizonte civilizatório

Mario Rodriguez, é membro da Red de la Diversidad (Bolívia)

Quando falamos de cultura indígena na Bolívia utilizamos o idioma Aimara. Na cultura indígena, as montanhas possuem a tarefa de serem autoridades organizadoras de um território. Elas organizam os territórios por um período de tempo muito grande e passam posteriormente seus "cargos", pois uma autoridade não pode permanecer estável por uma vida inteira. Quando queremos falar em montanhas falamos "Achachila", e quando fazemos a tradução de "Achachila" utilizamos a mesma base utilizada para falar de amor. As montanhas fazem parte da família e são os ancestrais que portam a história e a memória. O par de "achachila" é "auicha", que significa mulher. Falo ao mesmo tempo de "auicha" (mulher) e "achachila" (montanha), pois não podemos falar dos horizontes do Bem Viver se não prestarmos atenção na ancestralidade e na memória. Da mesma forma, também não é possível falar de Bem Viver sem falar do que nos provocou a sair daquele horizonte civilizatório dominante que chamamos de modernidade ocidental.

Falamos dos referenciais do Bem Viver como se estes fossem sempre rurais ou camponeses. Isto ocorre porque nossas culturas ancestrais nos deixaram uma estrutura e uma experiência agrária de contato com a natureza, o que configurou um jeito de entender a vida predominantemente rural. Construímos uma maneira de entender a estética, a política, o poder, a economia e a tecnologia a partir daquelas experiências dos nossos ancestrais. Por este motivo, este referencial é muito importante. O referencial camponês baseado na família constrói uma memória que disputa os espaços que tradicionalmente identificamos como modernos (inclusive os espaços das cidades).

Ainda assim, é importante lembrar que este modo de vida não é folclórico. Não podemos debater outras formas de vida como se elas fossem folclóricas. Estamos construindo um modo e um jeito de viver que coloca em debate os pilares da modernidade ocidental. Assim, não é possível falar de Bem Viver se não

consideramos a construção da ancestralidade e da memória também nos espaços contemporâneos como as cidades.

Um outro dia, passei um tempo explicando na Escola Florestan Fernandes do MST como as experiências mais individuais da experiência urbana da juventude (como o a música techno e o rap) eram raptados pela memória e por um outro jeito de entender a vida nas práticas cotidianas do mundo urbano da Bolívia. É por este motivo que não podemos tratar esta questão como uma questão restrita aos índios, andinos e camponeses. Precisamos recolocar o debate sobre a complexidade do mundo contemporâneo e inserir o Bem Viver dentro deste debate e deste horizonte civilizatório. Ao mesmo, tempo precisamos colocar esta complexidade "abigazada" - não consigo encontrar uma tradução para esta palavra em português, mas estamos falando de estruturas muita complexas e contraditórias.

A estrutura urbanística típica da modernidade dos setores de elite da Bolívia disputa com a estrutura espacial dos indígenas, que utilizam de sua memória na briga pelo acesso à economia e à arquitetura. Estes sujeitos carregam as contradições de sua convivência com a modernidade e com o capitalismo incorporando elementos deles em suas vidas, mas mantendo modos de viver e cosmovisões que diferem desta estrutura moderna. Eles habitam e disputam as noções que constituem nosso dia a dia, mas também disputam a dimensão da política, do poder, da economia, da estética, da educação e da saúde. Por fim, o todo é disputado.

Isto que está acontecendo na Bolívia ocorre também em muitos outros países, como Equador e Colômbia. Recentemente, podemos observar uma mudança – dentro daquela lógica de modernização da cidade – principalmente na arquitetura dos mercados. Este foi um dos mercados mais importantes do centro da cidade de La Paz, que teve sua arquitetura alterada recentemente. A nova divisão espacial estabelece cada posto de venda como um lugar pequeno, fechado onde o empreendedor não pode se comunicar se quer com a pessoa do lado, ou seja, fragmenta a vida. O mais importante para os comerciantes locais é acompanhar o trânsito dos fregueses para facilitar a venda das mercadorias, pois estabelecer uma comunicação permanece acelera os processos de consumo. A antiga arquitetura dos antigos mercados foi pensada para possibilitar isto. O que acontece com este novo mercado é que muitas das lojas estão ficando fechadas, pois

não representam a experiência de vida das pessoas. Com isto, a estrutura da feira tradicional passou a invadir e habitar o espaço urbano. No mercado que foi aqui mostrado, ao mesmo tempo em que as lojas vão se fechando para dentro, começam a habitar o espaço externo. Ou seja, o espaço externo voltou a ser ocupado dentro de uma lógica de estrutura comunitária de feira.

O Bem Viver sempre existiu, mas é um jeito de viver que entrou em conflito com as estruturas de dominação existentes atualmente. Esta forma não pode ser compreendida sem um sério debate sobre o modelo colonial. Um elemento chave do modelo colonial é que ele é pensado monoculturalmente a partir da expansão da modernidade ocidental, um modo único de vida que hoje é global e que atravessa a China, Índia, Cingapura, Bolívia, Moçambique, etc. Os lugares mais distantes de nossas comunidades rurais estão atravessados por estas lógicas ocidentais.

Quando falamos de Bem Viver precisamos debater sobre pluralidade e diversidade. Não podemos falar de um horizonte de Bem Viver sem uma possibilidade de diversidade. Para o Bem Viver não há um modelo único e por isto não pode se construir como um modelo a ser conquistado, mas sim como acordos de convivência entre a diversidade e a pluralidade. Da mesma forma, nossos debates, inclusive o debate sobre modernidade, não pode ficar de fora de um debate colonial e senhorial. Um dos exemplos mais claros da nossa senhorialidade são as festas de 15 anos. Esta é uma forte expressão da nossa senhorialidade na vida cotidiana das pessoas e também dos setores populares. Poderíamos falar também da senhorialidade dos debates da esquerda e do próprio pensamento alternativo que faz algo parecido com as festas de 15 anos nos nossos debates. Seria muito interessante debater sobre a nossa colonialidade.

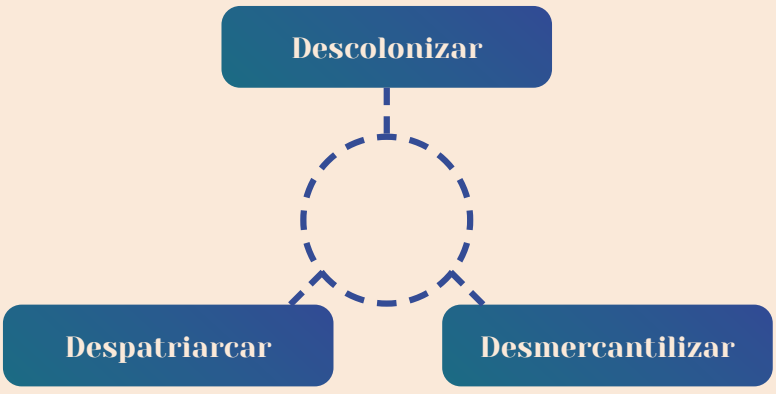
O Bem Viver tem deve ser pensado como projeto político a partir da crise civilizatória que foi aqui colocada neste debate. Mas o interessante é que – assim como foi colocado por Jean Pierre Leroy – a crise civilizatória não é o esgotamento daquele modelo civilizatório, pois este tem muita dificuldade de se esgotar. Para continuar vivendo, ele radicaliza seu projeto de dominação sobre os homens, sobre a natureza e se apropria da riqueza dos outros. Por este motivo, a crise civilizatória não cairá sem levar consigo toda a humanidade. Não se trata somente da queda do projeto

civilizatório ocidental, pois a expansão e a radicalização deste projeto de dominação faz dele um projeto impossível.

Só é possível falar de Bem Viver a partir do existente como possibilidade de potencializar a disputa deste horizonte civilizatório. Por este motivo que o Bem Viver não aparece como projeto final a ser conquistado, mas sim como algo que deve ser cultivado. Trata-se de um processo de criação.

Esta é uma festa que traz para o espaço urbano a tradição camponesa chamada de "ilha" – que não é a ilha porção de terra, mas um termo indígena sem tradução. Estas são todas ilhas urbanas, temos dinheiro, material de trabalho, alimentos, casas, computadores. O objetivo é pegar estas ilhas e cultivá-las para que elas sejam aquilo que já são e que já contém. Assim, estabelecemos um outro horizonte de compreensão para os processos políticos. Este horizonte é muito importante para debatermos a forma como temos feito os debates.

Esta possibilidade de construir, de cultivar, criar horizontes civilizatórios distintos passa por um processo importante de construção que possui três pilares principais: primeiramente precisamos construir um processo de ***descolonização***. Temos muito que debater nossa colonialidade, inclusive dentro do pensamento alternativo. Ao mesmo tempo, não é possível fazermos um debate sobre descolonização se não fizermos ao mesmo tempo um processo de ***despatriarcalização***. A interpretação patriarcal da vida e a forma como o patriarcalismo se impôs sobre os povos indígenas precisa ser desmontada. Precisamos descontruir nossos referenciais patriarcais e iniciar um processo de ***desmercantilização*** de nossas relações. Estes são os três pilares chaves para desmontarmos e reconstruirmos o existente.



Um outro elemento importante é que tudo isto não faz sentido se não disputarmos a noção de ***público*** e de ***bens comuns***, pois aí se encontra a materialidade do projeto político. Como são os bens comuns, a biodiversidade, a água, mas também a rua, o mercado, a gestão do público. No Brasil, quando falamos de poder público sempre significa poder Estatal. Como construir o público como lugar da gestão da comunidade e da sociedade civil e daquelas que são nossas responsabilidades sobre os bens comuns? É preciso trabalhar sobre o Estado, mas não é possível trabalhar somente isto.

Em muitos dos nossos debates observamos que aquele ciclo regressivo de governos de direita parece estar se inaugurando com mais força no continente. Uma direita renovada, com um rosto mais jovem, mais indígena (na Bolívia temos índios de direita), reconstituída inclusive a partir de uma proposta de participação. Ou seja, não se trata daquela direita de outros tempos, mas de uma outra direita.

Neste sentido, o que temos que trabalhar não é somente o Estado e as políticas, mas temos que trabalhar também a dimensão de nossas organizações e de nossas institucionalidades. Precisamos partir de movimentos organizativos, pois nossas organizações são muitas vezes incapazes de dar conta de outro jeito de trabalhar que permita um outro horizonte de Bem Viver. Temos que debater o tema das organizações e temos que debater a vida cotidiana, do contrário não é possível gerar alternativas dentro de um horizonte de Bem Viver.

Por fim, temos que ser capazes de juntar todas estas lutas de resistência que foram aqui colocadas, pois a resistência é inevitável. Possuímos um modelo muito agressivo, assassino, racista, criminoso que demanda resistência, e esta resistência deve colocar um horizonte importante nas lutas por igualdade, por inclusão e por direitos. Ainda assim, este é apenas um dos nossos pés para caminhar. O outro pé coloca a necessidade de uma crítica profunda sobre os modelos de desenvolvimento, crescimento, sobre a modernidade ocidental que atravessou nossas vidas e, inclusive, nossas alternativas. Para repensarmos que outros modos de vida e que outros horizontes civilizatórios queremos podemos fazer como estas ilhas e passar de sementes que contém vidas a dar frutos nos processos. Na Bolívia, se analisarmos somente o curto ciclo de um governo podemos encontrar inúmeras contradições e muitas frustrações. Por outro lado, estão acontecendo coisas na estrutura comunitária que nos ajudam a pensar as multiplicidades de dimensões da vida e a disputa civilizatória que está em curso.

Da reapropriação da participação popular e do ser humano como sujeito político

Tom Kucharz, ativista de Ecologistas em Acción e Assessor político de Podemos (Espanha)

Sinto-me muito privilegiado de, em meio à crise política e econômica do Brasil, poder participar deste seminário. Trata-se de um aprendizado muito interessante. Vamos viajar do Brasil para a Espanha, uma parte da Europa que também passa por uma profunda crise multidimensional. Há muitos anos trabalhamos, os movimentos populares da Europa e da América Latina, contra o neoliberalismo. Muitas vezes viemos à América Latina e buscamos os movimentos sociais daqui, com um certo desejo de ver como estavam ocorrendo os processos de mudança políticas e sociais neste continente. Antes, em grande parte da Europa e na própria Espanha vivíamos sentimentos contraditórios. Por um lado, havia a violência e opressão visível e invisível do Estado e do capital transnacional (sendo parte de uma sociedade colonizadora de outras culturas e povos). Por outro lado, o medo, a falta de perspectiva e o fato de que os movimentos sociais e políticos a partir da última crise multidimensional de 2007-2009 estavam muitas vezes circunscritos a pequenas mobilizações e em um pequeno círculo de sujeitos políticos. Felizmente, isto mudou.

Estão em curso alguns processos de mudança importantes que ainda não sabemos onde vão dar, mas gostaria de começar com uma frase da nova prefeita de Barcelona, que se chama Ada Colau e que vem do movimento de luta contra os despejos, da luta pelo direito à moradia e pelo direito a não ser desalojado de sua casa. Ada Colau disse depois do dia 24 de maio, quando ocorreram nossas eleições municipais, que somos uma revolução democrática “imparável”. Esse sonho é enorme, mas o interessante é que hoje existem condições reais na Espanha para que ocorra de fato este processo de revolução democrática, apesar de ainda termos muito caminho pela frente.

Gostaria de explicar algumas das especificidades do contexto no qual nos encontramos no Estado espanhol, apontar algumas características importantes deste novo partido que se chama Podemos e as confluências políticas com En Comú Podem, En Marea, Izquierda Unida e levantar algumas questões relacionadas

ao novo ciclo de mobilização e politização que estamos vivendo desde 2011. Além disto, pontuarei também alguns dos desafios que temos para os próximos anos.

Em 1977, houve um pacto entre o Estado pós-franquista, diferentes forças políticas, associações empresariais e alguns sindicatos ("Pactos de la Moncloa"). A Constituição da Espanha foi ratificada por referendo em 06 de dezembro de 1978, mantendo a monarquia e o rei como chefe de Estado. O Estado pós-franquista passava por uma transição, chamada então de "transição democrática", a partir da qual se assumiu um pacto pela impunidade dos crimes da ditadura franquista. Isto significava que nas instituições jurídicas, nas instituições de segurança do Estado, nas instituições políticas permaneceram pessoas que haviam assassinado e cometido crimes contra centenas de milhares de pessoas que lutaram contra a ditadura franquista. Estes crimes seguem impunes até hoje.

Neste momento, se abre uma revolução democrática que pode romper com este pacto que perdurou por muitas décadas desde o ano 1978. Podemos e outras forças políticas (Izquierda Unida, En Comú Podem, En Marea, Compromis, etc.) prometem acabar com o "regime" da transição (chamado também "Regímen del '78"). Um dos principais ingredientes para este rompimento é uma grande maioria social (não diria toda a sociedade, mas sua grande maioria), que de repente passou a não se ver mais neste pacto das classes médias com o poder econômico e financeiro, pois a própria contradição do capitalismo o rompeu. Uma parte relevante destas classes médias já não se beneficiam majoritariamente das dinâmicas do capitalismo transnacional (como foi o caso durante os anos 80 e 90 da "globalización feliz"). ***Desta forma, há um entendimento crescente de que onde começam os interesses do capital termina a democracia para as pessoas.***

Desde 1978, a política era compreendida como uma máfia econômica-política completamente unida. Para as elites de Espanha a política é o adjetivo, mas o substantivo são os negócios. Eles normalizaram a fraude e o saque do público; pressões sobre o sistema judiciário e corrupção; um modelo de democracia decrépito; privatizações; degradação do sistema público de saúde e educação; despejos; cortes nos salários e gastos públicos, etc. De repente, em 2009 nos vimos em um momento de crise econômica, financeira e social enorme. Entendemos que esta

crise era um dos fatores que nos levavam às condições que nos encontrávamos, e que foram as bases para um novo ciclo de mobilizações, mas que não era o único. A partir deste momento, emerge uma enorme desconfiança e uma deslegitimação do próprio Estado, da própria democracia representativa e também do próprio modelo econômico capitalista. Esta crítica chega às maiorias sociais e cria-se uma consciência de que algo não está funcionando. Foi este o momento no qual nos encontrávamos no ano de 2011.

É importante, neste contexto de indignação da população, compreender algumas questões que ocorriam na Europa e que me parece que também têm ocorrido de forma bastante similar aqui no Brasil. Um destes fatores foi o pacto capital-trabalho, em momentos quando mais avançava a financeirização da economia e a integração no mercado globalizado. Outro fator foi que os partidos da social democracia, a partir dos anos 1970, implementaram políticas econômicas, financeiras, comerciais neoliberais muito similares à direita. Ou seja, a suposta "esquerda" política, quando estava nas instituições do Estado, quando tinha maiorias parlamentares, fez as mesmas políticas de corte de salários e direitos sociais, privatizações, criação de dívida pública ilegítima e financeirização da economia. Além disto, reconfigurou o Estado para governar para as minorias do poder econômico e financeiro.

Tem se ampliado nos últimos anos (especialmente a partir do ano 2000) uma ofensiva neoliberal que pretende tornar irreversível todos estes processos de redimensionamento do Estado em função dos interesses do capital. E a socialdemocracia participou muito ativamente nesta ofensiva neoliberal.

A indignação popular na Grécia, Portugal e Espanha, que toma forma em 2011 com o movimento 15-M, possui uma relação direta com o fato de terem sido usados 14 bilhões de euros da União Europeia e Estados Unidos para resgatar os bancos e endividar os Estados. O golpe financeiro de Estado que estava em curso era tão evidente que se tornou a "gota d'água". Este resgate financeiro foi tão brutal que simplesmente nos demos conta que nos excluem dos serviços públicos de saúde, privatizam a educação, mas oferecem dinheiro aos bancos. Tratava-se de uma manobra financeira tão mafiosa que efetivamente conseguiu mobilizar a massa da população.

A partir de 2011, passamos a ter mobilizações massivas de centenas de milhares de pessoas, greves e ações diretas que envolviam milhares de pessoas. Tratava-se, realmente, de um novo ciclo de mobilizações. Porém, como foi colocado, ainda não se podia enxergar que impactos teriam, visto que não se tratavam de impactos imediatos, mas de assentar as bases para um momento muito maior que viria a ocorrer posteriormente. E isto, de fato, ocorreu. Foram vários processos. Por exemplo, houve uma experiência que se chamava "Las Mareas". O Las Mareas era formado por diferentes movimentos de luta em diferentes campos em defesa dos serviços públicos, como saúde, educação, água, etc. O próprio movimento de luta contra despejos, a Plataforma de los Afectados por las Hipotecas (PAH), de repente explodiu e cresceu enormemente e conseguiu pequenas vitórias no curto prazo.

Parar o sofrimento das pessoas, conseguir alimento para quem não tinham, religar a eletricidade e a água de casas onde as empresas haviam cortado, ações imediatas, que aqui no Brasil nas favelas ou em outros países foram experimentadas durante muito tempo, se tornaram também importantes. Trata-se de um tipo de ação que não se tinha visto na Espanha tão massivamente desde os anos 80 (antes existiam movimentos sociais de bairros muito forte, desfigurado pela socialdemocracia para seus próprios fins), pois em nenhum momento tínhamos chegado a este nível de sofrimento produzido pelo sistema capitalista ao qual chegamos na Europa a partir do 2009.

A partir daí surgem diferentes processos: um processo foi a ascensão de uma nova força política que se chama ***Podemos*** e outro processo foi o surgimento de diferentes formas de municipalismo democrático. Em maio de 2014 o partido Podemos de repente entra em tempo recorde no Parlamento Europeu com 1 milhão e 200 mil votos. Durante toda a campanha, tinha feito a crítica ao bipartidarismo. A fundação do partido tinha ocorrido cerca de 4 meses antes, em janeiro de 2014. Trata-se de um feito que nunca havia ocorrido na Europa (não sei se já no Brasil ou na América Latina). Na Europa, foi a primeira vez que se conseguiu chegar às instituições com esta quantidade de votos e em tão pouco tempo. Era como um terremoto político.

Imediatamente depois destas eleições para o Parlamento Europeu, em maio de 2014, ocorre algo inesperado. Na Espanha,

onde temos um regime monárquico, o Rei renunciou. Volto a tocar em algo que está muito relacionado com o que ocorreu nos anos 1970, quando o Rei foi coroado pelo ditador Franco antes de morrer. Agora, o Rei renuncia, e como um sinal de que algo estava se passando na sociedade, passa seu reinado a seu filho. Na mesma tarde, havia centenas de milhares de pessoas nas ruas reivindicando o fim da monarquia. Não conseguimos eliminar totalmente a monarquia, mas permanece como um dos objetivos desta nova revolução democrática.

A pergunta é se este processo de politização e de mobilização no qual nos encontramos, e cujo ciclo se abriu em 2011, é capaz de romper com a Constituição Espanhola de 1978, se se trata de uma democratização das instituições. Esta é uma das grandes questões para os próximos anos.

Uma outra questão importante de ser mencionada é que existe um fenômeno midiático. O Podemos elaborou estratégias de comunicação muito inteligentes e criativas e chegou a todos os meios de comunicação de massas, inclusive a nível internacional, e conseguiu voltar a gerar interesse pela política e pelo processo eleitoral com a denúncia das elites e das injustiças. Trata-se de uma contradição muito importante, porque toda esta indignação surge a partir da crise do modelo de democracia representativa, mas ao mesmo tempo essa força de falar de uma possível alternativa e de uma mudança radical de repente faz com que muita gente que nunca votou ou que não tinha votado nos últimos anos, massivamente volte a votar. Criou-se outra vez a esperança de que com o voto podemos fazer mudanças. Um processo parecido ocorreu com Tsipras na Grécia, e foi um dos fatores que o levou a ganhar as ultimas eleições, em janeiro de 2015.

Neste contexto, há um aspecto que está muito relacionado às emoções. Um dos fatores importantes foi como o movimento 15M e Podemos, a partir de 2011, opera no sentido de criar esperança e tocar as emoções das pessoas. Alguns pesquisadores, partidos e parte da esquerda defendem que este fenômeno é um espelho dos processos constituintes de alguns países da América Latina, como Bolívia ou Equador, e argumentam que este tende a desaparecer em muito pouco tempo. Por outro lado, são poucas as pessoas que negam a inteligência estratégica com a que o Podemos entrou na arena política.

Neste ponto, é importante avaliarmos um pouco a relação com os novos processos, os novos sujeitos políticos que têm surgido a partir de 2011. Sem dúvida alguma, o movimento 15M e o partido Podemos (e outras forças políticas novas) trouxeram toda uma nova dinâmica para a política, não só a espanhola, mas talvez também de outros países europeus. Não temos tempo para avançar sobre estas novas dinâmicas, mas outros partidos passaram a espelhar-se no Podemos, para fazer coisas similares, pois viram que só assim podem se manter na arena política. Claro, seria absolutamente falso e errôneo pensar que o Podemos surgiu da noite para o dia. Alguns cientistas políticos construíram uma leitura inteligente e adequada do movimento 15M, levantando os fatores chaves que de repente levaram milhares de pessoas a ocuparem as praças em muitas cidades da Espanha (os "indignados"). Certamente, trata-se de processos de construção e de formação política de décadas, e não só de anos.

É fundamental recordar que no Estado Espanhol, tivemos momentos muito importantes ao longo das últimas décadas como, por exemplo, o movimento pela saída da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), organização militar que dirigiu muitas guerras nas ultimas décadas. Houve um referendo na Espanha e por muito poucos votos se perdeu este referendo, que votava a saída do país desta organização. Por outro lado, isto gerou um movimento importante nos anos 1980. Quando o movimento 15M ocupou as praças, muitos se referiram a este fenômeno como se nunca houvesse ocorrido. Pelo contrário, tivemos movimentos sociais que utilizaram estratégias de mobilização similares no passado. As ocupações de praças, por exemplo, foram utilizadas pelo movimento pela abolição da dívida externa e diferentes sindicatos (por exemplo Sintel que tinham lutado contra a privatização das telecomunicações e as demissões em massa). Mas o movimento 15M, inspirado pelas ocupações de praças no Egito, Tunísia e Grécia, levou algumas formas de luta a sua máxima expressão e com a capacidade de atraírem massivamente a população, classes sociais, idades e ideologias muito diversas. O elemento diferente em 2011 foi atrair massivamente a pessoas que nunca tinham sido ativas politicamente ou organizadas em associações, criando um estado de indignação coletiva.

Outra questão importante de ser colocada é que, no movimento 15M, possuíamos alguns slogans interessantes. Quando Lucia Xavier fala, por exemplo, que com sua marcha das mulheres

negras, elas querem afirmar que o governo que está posto não as representa e que o que querem é representar a si mesmas, vejo paralelos, isto também ocorreu na Espanha. Não nos representa, não somos escravos dos banqueiros e dos políticos. Este é um dos motivos pelos quais se reivindicava uma ruptura e uma mudança, não só uma mudança no sentido de reduzir as desigualdades sociais ou de interromper as privatizações, mas uma mudança muito mais profunda, tanto do regime político quanto do regime econômico.

O que me parece também importante dizer é que toda esta transformação dos movimentos de protesto em sujeitos políticos e que uma parte do movimento popular que se apresenta nas eleições e que reivindica a tomada das instituições com um objetivo claro surge como um movimento contra hegemônico. Pela primeira vez em décadas, se consegue atingir as maiorias que antes eram dominadas pelo discurso hegemônico. Esta conquista se deve a uma série de ações muito inteligentes dos que criaram e dirigiram o partido Podemos.

É possível definir o surgimento do partido Podemos como uma institucionalização da energia social que emergiu através do movimento 15M. Um movimento que se nutriu, sobretudo, de um experimento de massa. O 15M emerge como um experimento de massa que tomou as praças, as ruas e logo se transformou em diferentes expressões de luta.

O partido Podemos se insere fortemente na arena política e promove a luta contra o neoliberalismo e as elites políticas e econômicas, em defesa da democracia, contra a corrupção, a favor dos serviços públicos, a favor de uma soberania popular e do que chamamos de “o resgate cidadão” (el rescate ciudadano).

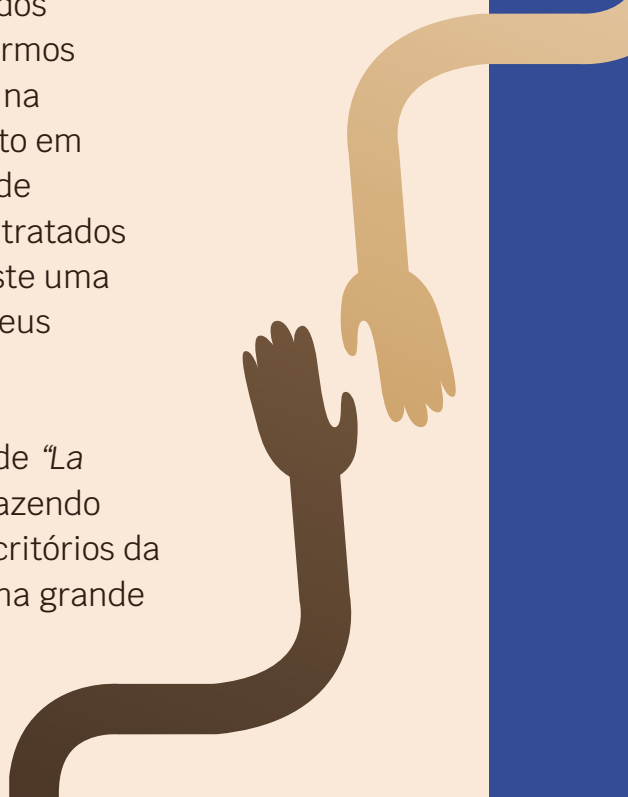
As praças ocupadas em 2011 eram politicamente muito heterogêneas. Acredito que, tanto no que diz respeito ao movimento 15M quanto ao novo partido Podemos, o objetivo principal era denunciar, mobilizar, agir e mudar tudo. Assim, como foi colocado em diversos momentos neste debate, não havia ideologias 100% definidas e homogêneas, até mesmo porque a própria população que se manifestava possuía origens político-ideológicas muito distintas ou mesmo sem antecedente qualquer de ativismo. Somado a isto, se houvesse uma tentativa de homogeneização político-ideológica, não se haveria atingido a massa da população.

O Podemos aprende com isto a fazer uma aposta e a atuar diante desta ambiguidade e heterogeneidade, tanto que está em curso neste momento um debate muito forte entre o reformismo e a ruptura. O partido Podemos lida com esta transversalidade nos meios de comunicação e nos programas eleitorais, justamente porque aspira atingir a maioria social que ou era abstencionista, não se sentia representada pelos partidos tradicionais ou havia abandonado o espaço eleitoral da social democracia. O que notamos é que há um vazio, inclusive entre a própria direita, que já não confia no sistema econômico e já não confia nos próprios partidos tradicionais, que são elementos que não permitem a participação democrática. Assim, o Podemos busca construir um discurso mais transversal para chegar a estes setores da sociedade e para ganhar espaço.

Há uma questão bastante fundamental neste processo ao qual me referi agora e que está muito relacionado ao que foi colocado por Lucia Xavier: *as pessoas querem tomar a política em suas próprias mãos, não querem continuar sendo representadas.* Este tipo de representação está também nos movimentos sindicais, está nas associações de vizinhança, etc. O que tivemos foi um processo de reapropriação da política.

Neste sentido, um exemplo que pode ser colocado é o da grande transnacional de telecomunicações Telefônica, que se aproveitou da globalização capitalista e de toda esta política mafiosa da Espanha e enfrentou uma greve de mais de 50 dias dos trabalhadores autônomos. O mesmo que foi feito em termos de demissões em massa e de precarização do trabalho na América Latina foi também feito na Espanha, até o ponto em que os trabalhadores que faziam instalação de pontos de internet nas casas eram, do ponto de vista trabalhista, tratados como autônomos. De acordo com este modelo, não existe uma relação capital-trabalho porque os trabalhadores são seus próprios chefes.

Houve uma mobilização muito interessante, chamada de *"La Marea Azul"*, onde estes autônomos tomavam as ruas fazendo uma ocupação em diferentes lugares. Ocuparam os escritórios da transnacional, fecharam outros escritórios. Tivemos uma grande resposta solidária na população a este movimento.



É um exemplo em que é possível notar que o 15M não foi somente uma coisa pontual. A direita dizia que já não havia ocupações de praças e que já não havia mobilizações de centenas de milhares de pessoas, que o movimento 15M tinha virado história. Porém, não foi o que observamos. O movimento se transformou e se refletiu em muitos outros processos diferentes e isto pode ser visto através das mudanças na auto organização de setores precarizados que já não se sentiam mais representados pela maioria dos sindicatos.

Há também uma questão importante de ser ressaltada: neste momento, no Estado Espanhol, não é somente o Podemos que expressa esta revolução democrática que vivemos. Iniciei minha fala citando uma pessoa que não faz parte do partido Podemos. Ada Colau, a nova prefeita de Barcelona, compõe um movimento chamado *"Barcelona em Comum"*, que consideramos um movimento do novo municipalismo radical ou das novas formas de unidade popular que há em diferentes partes de Espanha. Houve uma junção entre diferentes expressões de movimentos populares e diferentes movimentos de esquerda que tiveram muito pouco êxito no âmbito institucional (alguns já haviam obtido representação parlamentar ou institucional minoritária em ocasiões anteriores), e foram criadas "listas" para as eleições municipais em maio do 2015. Com isto, ganharam as eleições em muitas das grandes cidades da Espanha.

É preciso avaliar os resultados destes experimentos, mas acredito que não deveríamos focar na análise somente do partido Podemos, mas também desta nova forma de política. É curioso que, quando pautamos temas globais, por exemplo das lutas contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), das empresas transnacionais, dos tratados de livre comércio, não alcançamos esta quantidade massiva de votos e nem a participação popular. De repente, levamos este mesmo discurso a um experimento de política de nível municipal (falar da remunicipalização de serviços públicos), o mesmo discurso aplicado ao nível local e obtivemos uma participação massiva. Trata-se de uma questão contraditória mas que tem sido bastante interessante até o momento.

Uma questão muito interessante, quando falamos do surgimento de novos sujeitos políticos, é que muitos dos processos que se encontram em curso neste momento na Espanha buscam voltar a colocar o ser humano como sujeito político. Isto é, a reapropriação da participação.

Todas estas mudanças que estão em curso na Espanha foram muito importantes para sinalizar que existem alternativas ao modelo neoliberal. Tínhamos vivido por muitos anos um medo, uma angústia e algumas dúvidas sobre fazermos ou não determinadas manifestações. Dúvidas sobre se teríamos participação suficiente. E o que o movimento 15M nos ensinou é que às vezes precisamos superar estes medos, pois as pessoas vão se somando enquanto realizamos as coisas.

Por outro lado, existe o risco de que se abandone o que poderia ser um partido dos movimentos e volte a ser uma "partidocracia" ou um partido tradicional de vanguarda. Isto ocorre especialmente porque existem tensões entre uma ideologia e um projeto horizontal e práticas internas provenientes de partidos tradicionais. Os processos de participação não estão sendo facilitados, só poderíamos garantir estes processos com uma participação interna nos partidos internos, mas os próprios movimentos entendem que nos organizamos bem a partir de fora. O que ocorreu com Tsipras na Grécia, e que pode ocorrer também com o Podemos, é que acaba se criando a ilusão de que todos os problemas políticos e econômicos podem ser resolvidos através do voto o a um partido político. Arrisco afirmar que algo similar também ocorreu com o PT aqui no Brasil.

Atualmente, muitas forças políticas e movimentos populares têm um objetivo: um processo constituinte. Agora que se está "jogando" no campo entre o reformismo e a radicalização da democracia, o Podemos e as outras expressões do municipalismo radical devem se alimentar deste capital político que foi sendo acumulado, não somente durante o último ciclo de mobilizações de 2011, mas durante décadas. Se nos colocamos de uma forma muito "arrogante" corremos o risco de perder este capital político. Desta forma, quando imaginamos o cenário das próximas eleições gerais, o Podemos se encontra entre as maiores forças políticas e busca situar-se na frente da Social Democracia. Se coloca a questão de o Podemos apoiar à Social Democracia ou a Social Democracia apoiar a Podemos para constituir o governo. Mas, entrar para o governo com a Social Democracia, fazendo um pacto com o diabo, tem muitos riscos.

Se perdermos este vínculo com o capital político acumulado desde o 15M, e se não rompermos radicalmente com o modelo econômico neoliberal e o regime político da transição que se estabeleceu com base na impunidade dos crimes franquistas, não conseguiremos que a massa se mobilize para o que realmente queremos fazer, que é o processo constituinte. Um processo constituinte (e isto aprendemos com a América Latina) só é possível com uma mobilização e participação massiva. Neste sentido, o que precisamos é também uma política inclusiva e integradora.

Neste ponto, eu gostaria de fazer um vínculo com várias das colocações que foram feitas hoje.

O Podemos afirma buscar um resgate cidadão, estar junto às classes populares, defender os direitos sociais e atender às causas das injustiças globais. No entanto, existe pouco reconhecimento na análise do partido a respeito de todos os processos de opressão patriarcal, racista e colonialista pelos quais nós fomos beneficiados e seguimos nos beneficiando na Europa. De fato, quando o Podemos fala de um novo modelo econômico e produtivo e um processo de reindustrialização, não fala de onde virão os recursos naturais para este processo e para integrar os milhões de pessoas que estão desempregadas na Espanha. Continuaremos a reforçar os modelos de espoliação dos países latino-americanos e africanos? Continuaremos a desconsiderar a crises ambiental global e os limites ecológicos do planeta? Trata-se de uma questão que não é debatida suficientemente.

Da mesma forma, ocorre neste momento uma situação de racismo institucional, políticas migratórias criminosas e de militarização de fronteiras da União Europeia, onde milhares de pessoas morrem tentando chegar à Europa. Trata-se de uma situação horrorosa e sobre a qual existem esforços no âmbito institucional e as forças de esquerda se manifestando a respeito mas não é suficiente para parar o horror. Volto a lembrar da nova prefeita de Barcelona que disse estar disposta a abrir a cidade de Barcelona para os refugiados sírios depois de anos sem nenhuma ação governamental a respeito. Obviamente, trata-se de um ato simbólico, mas é um ato de valentia política que há muito tempo não se via. É outro exemplo que mostra que estão ocorrendo muitos processos de “oxigenação” da ação política na Espanha.

Gostaria de encerrar dizendo que neste momento está em curso um debate sobre a confluência das esquerdas e especialmente as alianças eleitorais (com Izquierda Unida e outras forças políticas), assim como a relação com o PSOE (se se deve ou não entrar a formar governo com o PSOE). Trata-se de um debate interessante, mas muito complexo que não teremos tempo de explicar aqui mas, um ano e meio após o surgimento do Podemos, se complexificam os conflitos internos. Cresce a tensão entre criar uma máquina eleitoral e as formas participativas horizontais que apresentei anteriormente. Se o Podemos se converter em um partido tradicional, teremos o risco de perder todo este frescor, todos estes novos processos de participação que se abriram nos últimos anos. Da mesma forma, existe uma outra tensão importante por ser uma contradição em si mesma: o Podemos nasce a partir da ideia de que as pessoas precisam tomar a política em suas mãos. Não queremos representá-los. Mas, ao mesmo tempo, emerge esta figura da máquina eleitoral. E, com o objetivo de ganhar o poder das instituições, se restringiu o partido a esta função de fazer o trabalho da máquina eleitoral. Desta forma, vai se deixando de lado a parte de entregar as ferramentas para que a própria população faça política. Não somente pode se considerar a tomada das instituições. Deve haver um equilíbrio entre o trabalho e a luta nos parlamentos e o trabalho extra-institucional e aí tem muita importância a relação de Podemos com os movimentos sociais. Trata-se de uma tensão que deve perdurar pelos próximos meses e anos, pois este experimento não acaba aqui, senão que dará muito insumo para o debate ainda durante anos.

Reitero que alegro-me muito pela oportunidade deste diálogo, pois podemos aprender muito a partir das diferentes tensões e experiências políticas e sociais no Brasil e na Espanha. Da mesma forma, me sinto privilegiado por poder ouvir tantas experiências já que existe também uma necessidade de não abandonarmos este processo de mudança política e econômica que foi aberto após o fim da ditadura militar no Brasil. Sentimo-nos vinculados a este processo e queremos seguir lutando ao lado dos movimentos populares do Brasil.

Gostaria de encerrar fazendo uma proposta que não sei se seremos capazes de levar a cabo. Na Europa, assim como no Brasil, falamos muito da memória histórica das ditaduras recentes, mas muito pouco se fala destas memórias do tráfico

negreiro que aqui no Brasil possuem um peso muito específico. Existem muito poucos trabalhos por parte destes novos sujeitos políticos, como o Podemos e o movimento 15M, sobre a memória histórica do tráfico negreiro e da mão de obra escrava em décadas passadas. Existem muito poucos livros e muito pouca pesquisa.

Acredito que poderíamos planejar algum trabalho conjunto que volte a trazer esta memória histórica e apontar os responsáveis por ela. Se analisarmos historicamente, nas primeiras expressões do capitalismo primário no Reino Unido, na França, Espanha e Portugal, foram as primeiras empresas transnacionais que tornaram possível este tráfico de escravos. Assim, poderíamos produzir um trabalho conjunto que volte a responsabilizar aqueles que eram corresponsáveis destes crimes contra a humanidade.

Acredito que seja possível pensarmos alguma ação política neste sentido. O Podemos, por exemplo, se encontra no Parlamento Europeu e pode-se trabalhar com o objetivo de pedir pela primeira vez na história que seja reconhecido pelos Estados Europeus sua responsabilidade diante deste crime do tráfico negreiro e da mão de obra escrava. Nunca houve na história uma declaração sobre este tema e devemos conseguir verdade, justiça e reparação sobre esta parte da história violenta que forjou de forma horrorosa a relação entre ambos continentes.

Nos Tapiris de saberes construindo a economia da diversidade

Paulo Petersen, assessor da AS-PTA

Inicio minha fala parabenizando esta iniciativa, pois, sabemos da importância que tem tido o Jean Pierre com suas provocações e reflexões, sempre nos propondo novas questões e transformando-as em instrumentos que tem nos ajudado a enfrentar com simplicidade os nossos problemas complexos. Quando fui convidado para participar desse igarapé, eu não sabia muito bem como ser um peixe dele, aí o Jean comenta: *Porque é um peixe livre!* Aproveito, então, que fui reenergizado pelo Congresso de Agroecologia que houve em Belém, em novembro de 2015, para partilhar a minha surpresa e felicidade em ver 1400 trabalhos inscritos e apresentados na forma de Tapiri de Saberes. Isto nos mostra que acabou aquela forma antiga de cada um fazer o seu, está mais do que na hora de fazermos e falarmos de nossos tapiris, de nossos igarapés.

Uma parte dos tapiris foi dedicada aos bens comuns, mas infelizmente não consegui participar. Estava muito curioso para saber que tipos de trabalhos estão sendo produzidos no campo da agroecologia e de como eles estão realizando a interface com todo esse debate. Contudo, acredito que somente um Congresso na Amazônia seria capaz de provocar a agroecologia a esse tipo de reflexão. Razão pela qual afirmo que estamos diante de um divisor de águas para a nossa atuação, visto que propõe a radicalidade da reflexão a partir de dois pontos muito importantes.

O primeiro deles é a agricultura familiar camponesa e, mais recentemente, a aproximação com os povos/comunidades tradicionais. Pois, a partir da prática agroecológica dessas comunidades, o debate sobre território vem sendo pautado em alguns eventos. Um exemplo disso é que o último Encontro Nacional de Agroecologia foi organizado em todos da questão das disputas territoriais. Então, o processo está avançando, estamos intensificando os olhares. Com isso, podemos afirmar que ganhamos com a união dos debates da agroecologia e dos comuns e, mais, com o deslocamento da atenção para a centralidade que a economia assume nas formas culturais de organização, exatamente no momento em que estamos discutindo a política agroecológica.

Estas experiências deflagram o grande debate em torno do campesinato, do surgimento do agroecológico e da agricultura familiar camponesa que é o da indissociabilidade entre o modo de produzir e os modos de vida. Ou seja, o modo como se vive implica em uma economia distinta que é produzida de acordo com aquela especificidade. Nisso, também tenho buscado os meios para me aproximar desse debate, e a minha primeira investida se deu por meio da economia ecológica. Pude entender que os agrossistemas e a agricultura camponesa nada mais são do que aquele antigo ensinamento de Marx sobre o metabolismo. Agora, essa ideia retorna para que possamos pensar esse metabolismo como um mecanismo de apropriação de bens naturais e de circulação, de transformação, de consumo, de expressão e de descarte da natureza. Este processo, por sua vez, é regulado por instituições. Daí a importância do panorama histórico traçado no texto do Jean Pierre que nos remete a discutir questões como as formas de organização social e os processos econômicos, e mais, a entender que a economia, principalmente, a de mercado funciona como instituição reguladora dessas formas organizacionais.

Talvez, um dos grandes triunfos ideológicos do capitalismo tenha sido apresentar o mercado como uma ciência exata, neutra, onde não existem relações de poder. O fato é que o mercado é uma instituição, dentre tantas outras, que regula o metabolismo e seus fluxos (de apropriação, distribuição, consumo e descarte). Para a economia neoclássica cabe ao mercado a exclusividade das trocas econômicas, de modo que tudo o que está fora do mercado está fora do processo econômico. Portanto, de acordo com esse pensamento, tudo o que estamos discutindo aqui é irrelevante para a economia. Falar de bem comum é ultrapassado, antiquado, embora o bem comum esteja em todos os lugares.

É fundamental aprender com o passado e com as práticas sociais para projetar o futuro. Não podemos abandonar as memórias culturais, porque são exatamente elas que nos inspiram a pensar nas formas de apropriação, de convívio social, de como são distribuídas as riquezas socialmente produzidas. Traz, inclusive, para a agroecologia um conjunto de atualizações que, para o nosso campo extremamente diversificado e homogêneo, é muito

importante para tentar superar a centralidade da técnica. É entender o papel da técnica como mediação dos fluxos nesse metabolismo e não como o aspecto central. Digo isto porque, muitas vezes, a prática agroecológica é avaliada exclusivamente por sua dimensão tecnológica.

Aliás, a tentativa de normatização do debate agroecológico, reforçada pelas tentativas do próprio governo que quer criar a categoria de agricultor agroecológico, vem dessa perspectiva que trata a técnica como o fim em si. Ou seja, estamos diante de mais uma aberração contra a qual devemos lutar.
Do contrário, perderemos a radicalidade da nossa proposta, pois, o que pretendemos é mudar o metabolismo dos sistemas agroalimentares, e para isso, há um modo de fazer. É necessário superar a ideia de produção e de reprodução, precisamos debater os territórios e enraizar o processo econômico em um processo de ***co-produção com a natureza***.

É preciso abandonar essa divisão e perceber que o modo de vida, o modo de produção, a produção e a reprodução se fazem no mesmo processo. O trabalho é ao mesmo tempo produtivo e reprodutivo, essa dissociação não ajuda a entender a realidade na qual vivemos. A própria capacidade e fertilidade da natureza, ou seja, a velocidade com que a natureza permanece fértil e assegura tanto a sua biodiversidade, como os seus conhecimentos associados. E tudo isso faz parte da natureza do trabalho e do conhecimento do camponês, das comunidades e dos povos tradicionais. Digo, é um trabalho que tem uma especificidade que produz riqueza e que reproduz os bens comuns.

Dessa ideia surgem os dois importantes elementos para o debate. Um é a defesa de uma base de recursos autocontrolada, por isso a garantia dos direitos territoriais – seja por meio da reforma agrária, seja pela demarcação e titulação das terras – é uma questão chave para ter essa base sobre a qual a economia se faz. Vale lembrar que defender essa base autocontrolada de recursos não é defender unicamente o recurso material, mas conseguir demonstrar que junto a ela você tem uma série de conhecimentos e valores associados.

Trata-se, portanto, de mostrar que você tem uma forma de se relacionar com estes recursos e tem uma forma de desenvolvê-los.

É aqui que entra a agroecologia como um modo da sociedade de se relacionar com a natureza, visando construir a territorialidade como um metabolismo mais orgânico e que rompe com a ideia – herdada do industrialismo – da natureza como espaço de extração de recursos e, passa a pensar a natureza como espaço de trocas metabólicas onde tudo se faz e se reproduz (a riqueza, a cultura, a economia etc.) Tem relação com o que chamamos de (des)utilizar a natureza, ou seja, retirar o caráter utilitarista da relação homem x natureza. Junto disso, vem a ideia da economia dos sistemas agroalimentares como uma possibilidade de desmercantilizar.
O que significa esse desmercantilizar? É simplesmente deixar fora dos mercados o que não pertence aos mercados. E não ficar fora dos mercados.

Digo isto porque a própria troca da natureza é desmercantilizada, por exemplo, você não precisa ir ao supermercado para comprar insumos se você pode reproduzir a biodiversidade trabalhando com a fertilidade do solo, se você utiliza as sementes locais e possui conhecimentos associados que são produzidos, reproduzidos e trocados livremente. A este processo de troca realizada pela sociedade chamamos de reciprocidade.

A partir dela, podemos trabalhar a construção dos mercados locais como uma construção social e não como um jogo de preços que tem uma mão invisível que o coordena. É o que chamamos de governança híbrida, pois há, ao mesmo tempo, espaço para trocas mercantis e para a reciprocidade. Como o que está sendo produzido nestes mercados são produtos específicos para consumidores e fluxos econômicos específicos requerem outra lógica reguladora. Neste caso, a confiança construída localmente, pois, como estamos acompanhando até a confiança está sendo mercantilizada. Com os certificados orgânicos estamos pagando muito caro pela “verdade”. Por isso é importante desmercantilizar a confiança e garantir que ela seja um bem comum.

O conhecimento que circula nas redes de agricultores e agricultoras instrumentadoras precisa ser desmercantilizado tanto do ponto de vista material quanto imaterial, é a lógica que orienta, por exemplo, os territórios bioculturais. Tal construção passa pelo entendimento de que são necessárias formas de organização social que permitam retirar da esfera do poder,

sobretudo, dos grandes mercados, ou seja, dos mercados sobre os quais você não tem governamentabilidade. Isto é recompor os fluxos econômicos e ecológicos do metabolismo. Certamente, isso exige um novo padrão de ocupação e uso do espaço.
É possível pensar um desenho de sistemas agroambientais/ agroalimentares que consigam reproduzir alguns princípios da natureza como reciclagem, cooperação e complementaridade, por exemplo. Assim, a prática da agricultura se aproxima com a dos ecossistemas, onde as trocas mercantis são socialmente controladas. Os mercados eles são elementos chave para a construção dessa territorialidade que garante – com a construção de mercados locais enraizados – o fortalecimento do tecido associativo, por meio da participação direta de produtores e consumidores, onde se criam as teias e se constroem efetivamente essas territorialidades. Aí temos algumas políticas públicas que estão sendo construídas na contramão dessa perspectiva, como é o caso do que está acontecendo com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que tem reforçado a lógica do grande controle sobre determinadas produções, estimulando cada vez mais a especialização produtiva e gerando um nicho empresarial dentro da agricultura familiar. O problema de muitas dessas políticas públicas é que elas trabalham com a lógica de economia de escala.

Com isso, induz o afastamento, seja da natureza – porque você leva as monoculturas para determinadas regiões/áreas e cria vulnerabilidades ecológicas –, seja da sociedade do entorno porque você não está produzindo para ela, mas sim para fora do território. Então, é preciso outro tipo de economia, uma mais sinestésica, de escopo, ou seja, temos aí a construção da economia da diversidade. Daí a convergência entre o debate dos Comuns e a desmercantilização. Afinal, ela tem um forte elemento imaterial que sustenta a construção dessas territorialidades onde estão os Comuns.

FASE

Nem neoliberalismo, nem desenvolvimentismo:

POR UM BRASIL DEMOCRÁTICO, SEM DESIGUALDADES E COM JUSTIÇA AMBIENTAL

UM CONVITE

Diante das profundas mudanças por que passou a sociedade brasileira nas últimas décadas, a **FASE** vem atualizar e renovar os seus compromissos com as classes populares e por densas transformações da sociedade. Conforme já afirmávamos em 1982[1], entendemos que a consecução desse objetivo pressupõe um acúmulo prolongado de forças pelos povos, populações, trabalhadoras e trabalhadores das cidades, do campo e das florestas. Ao longo da sua história, a FASE sustenta a posição segundo a qual a construção de um **Brasil Sustentável e Democrático**[2] só terá lugar com a incorporação ao processo de conscientização e luta por essas transformações sociais de vastos segmentos da população que dele ainda se encontram excluídos. Esse processo de acumulação de forças passa também pela crítica de ideias-força que seguem mobilizando as energias das lutas sociais em nosso país, em especial a ideologia do progresso e a ilusão do desenvolvimento.

A conjuntura em que escrevemos esta carta está marcada por rupturas institucionais no Brasil pós-golpe parlamentar-jurídico-midiático-empresarial. Depois de décadas de ciclos desenvolvimentistas e períodos de predomínio do neoliberalismo, o contexto em que se dá o debate sobre a questão do desenvolvimento encontra-se, hoje, substancialmente modificado. O golpe de 2016 aparentemente deslocou essa questão do centro do debate político nacional. Vivemos um momento de crise de legitimidade dos paradigmas desenvolvimentista e neoliberal, no qual a diferenciação entre o campo desenvolvimentista e as propostas de matriz anticapitalista são incipientes. Neste contexto, a **FASE** quer se somar às iniciativas dos seus parceiros e interlocutores no universo das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais que se proponham a contribuir para a formulação de novos paradigmas e para a construção de um ideário alternativo ao desenvolvimento. Entendemos que este propósito inclui a tarefa incontornável de ampliar esse debate junto às diversas camadas da população e aos sujeitos políticos que ainda compartilham o ideário do desenvolvimento.

Convidamos para esse processo a todas e a todos que se identificam com as causas, os princípios e os conceitos que nos servem de referência: a radicalização da Democracia, o respeito aos Direitos Humanos, à Natureza, a defesa dos bens comuns[3], a preservação das condições de vida humana, a solidariedade, o direito à cidade, a soberania e a segurança alimentar e nutricional, a justiça ambiental, o Bem Viver, o feminismo, a valorização da diversidade étnico-racial, geracional, de identidade de gênero e de orientação sexual. **Nossos valores são opostos ao individualismo exacerbado que se encontra no cerne do modo de vida dominante na sociedade capitalista.** A superação da cultura patriarcal e machista dominante na sociedade atual, a erradicação de todas as formas de violência sexistas e do racismo, o fim do Estado de Exceção permanente a que está submetida a população pobre em nosso país, a interrupção do genocídio da população negra e do etnocídio dos povos indígenas constituem referências centrais.

Este convite visa recuperarmos, coletivamente, nossa capacidade de não tolerar injustiças, dispositivos e ações de discriminação e repressão, porque ferem de morte o pacto civilizatório hoje profundamente ameaçado em nossa sociedade.

A centralidade da questão da Democracia - fundamentada, em particular, na justiça socioeconômica, étnico-racial, de gênero e ambiental como base para a realização desses valores - se torna evidente ao atentarmos para a complexidade das transformações para as quais nos propomos a contribuir coletivamente. Temos a compreensão de que se trata de dar passos em um processo de avanço de longo prazo, em que suas dificuldades se evidenciam nas contradições entre distintos segmentos das classes populares.

[1] *Cf. "Compromissos Básicos da FASE", de dezembro de 1982, p. 4.*

[2] *Parte importante da trajetória da FASE está associada à luta por um "Brasil Sustentável e Democrático". Nesta carta, partimos do reconhecimento de que a noção de sustentabilidade não resolve a contradição do conceito, já que, mesmo na sua versão mais consensual, desenvolvimento sustentável está sempre vinculado ao crescimento econômico.*

[3] *Mais do que patrimônio material e imaterial comum a um grupo social ou sociedade, entende-se por Bens Comuns, ou Comuns, as relações sociais que instituem o caráter comunal de um território, de uma prática, de um conhecimento etc., contrapondo-se às lógicas de mercantilização.*

É PRECISO ROMPER COM A ARMADILHA DO DESENVOLVIMENTO

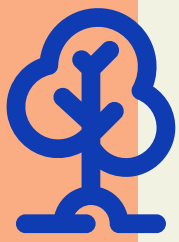
Estamos desafiados a responder à seguinte pergunta: **por que continuamos prisioneiros do próprio conceito de desenvolvimento?** Já faz tempo que temos constatado o aprofundamento da crise da ideologia desenvolvimentista e questionado o próprio conceito de **desenvolvimento** – e, consequentemente, o de **subdesenvolvimento**, entendido como ausência ou baixo grau de desenvolvimento. "Desenvolvimento" e "subdesenvolvimento" são categorias estruturantes de um pensamento que coloca os países centrais do capitalismo como modelo para o conjunto da humanidade e como meta a ser alcançada, a qual se afasta, a cada virada da História, daqueles países - ditos "em desenvolvimento" - que a perseguem.

Os diversos adjetivos que se foram atribuindo ao conceito de desenvolvimento ao longo do tempo em resposta às críticas, como "sustentável", "humano", "social", não resolveram a contradição inerente ao conceito, pois este permanece intrinsecamente associado ao de crescimento econômico.

Levantamos duas hipóteses para explicar o fato de continuarmos prisioneiros dessa armadilha ideológica. A primeira diz respeito à posição subalterna do Brasil na disputa de poder entre os Estados no sistema capitalista. A segunda decorre do colapso das supostas alternativas reais ao sistema capitalista, após a derrocada do bloco soviético e a derrota da socialdemocracia pela contrarrevolução neoliberal. Este suposto "Fim da História" decretou o triunfo do capitalismo globalizado neoliberal e estreitou os horizontes que guiam a luta social. Ao contrário da narrativa neoliberal que afirma não haver alternativa ao capitalismo, entendemos que, como o desenvolvimento é uma expressão ideológica da dominação da humanidade pela lógica da acumulação de capital, buscar alternativas a ele é buscar alternativas ao próprio capitalismo.

O esforço preconizado em nosso país pelos ideólogos do desenvolvimento – de alcançar o nível e modelo de desenvolvimento dos países centrais – raramente questiona a histórica dívida social, ecológica e econômica destes países com o Sul global, consolidada durante séculos de saque e de transferência de nossas riquezas, desde o período colonial. Ou seja, a ideia de desenvolvimento baseada num padrão, que só foi e é possível através da pilhagem sistemática, às custas da exploração e da espoliação de territórios e povos, não passa de uma ilusão. Romper com esta ilusão implica em denunciar e cobrar a reparação destas dívidas dos países "desenvolvidos". Requer, ainda, em questionar a legitimidade das dívidas financeiras, impostas pelas elites e governos do Norte global ao Sul global, com a cumplicidade das elites locais, como mecanismos de aprisionamento em relações assimétricas, e em entender como esses processos compuseram a exclusão estrutural necessária à manutenção da própria ordem econômica mundial.

Esse sonhado desenvolvimento torna-se ainda mais impossível com o distanciamento tecnológico crescente entre o Brasil e os países centrais do capitalismo, a ofensiva neoliberal contra a classe trabalhadora, a financeirização e o colapso financeiro no centro do capitalismo globalizado em 2008. Na atual situação de crise profunda em que o país está mergulhado, fica cada vez mais claro que a especificidade do capitalismo periférico brasileiro reside, justamente, no fato de que a desigualdade e a exclusão há muito se transformaram em elementos vitais de sua dinâmica. Isso se evidencia em uma das premissas fundamentais subjacentes aos programas e políticas de desenvolvimento: a de que os modos de produção e de vida nos territórios não são reconhecidos ou não expressam o "interesse nacional". Este fica, assim, reduzido a atividades econômicas que gerem valor de troca de forma integrada nas cadeias globais, mesmo que suas estruturas sejam concentradoras de renda, ambientalmente devastadoras e promovam o etnocídio de povos indígenas, a destruição de comunidades camponesas e de povos e comunidades tradicionais, como as comunidades quilombolas, além do extermínio da juventude negra nas cidades.



A ideia de “interesse nacional”, acessada para justificar o crescimento econômico como fim em si mesmo, acaba reafirmando a continuidade do capitalismo extrativo e espoliador e a invisibilização das assimetrias de poder, que sentenciam os grupos sociais subalternizados à espoliação ou à inserção subordinada aos empreendimentos que se projetam sobre seus territórios. A estas populações busca-se negar a possibilidade de serem sujeitos políticos com soberania popular sobre os destinos dos territórios que constituem e constroem. Pelo contrário, os sistemas produtivos tradicionais e agroecológicos, que têm dado sustentação à sociobiodiversidade dos territórios, são taxados de improdutivos por não promoverem a acumulação de capital em larga escala e não viabilizarem a extração financeira. Neste contexto, a reivindicação constante dos sujeitos políticos de que se respeitem os tempos e as formas de consentimento livre, prévio e informado a partir dos territórios é, em si, uma reivindicação pela própria radicalização da democracia.

A desigualdade distributiva dos ônus do desenvolvimento e a negligência brutal ao dissenso confirma que, como parte inerente à lógica da ideologia do desenvolvimento, está a erosão da própria democracia[4]. Diversos povos das cidades, do campo e das florestas se insurgem e entram em conflito direto com os projetos de “desenvolvimento” que implicam em sua aniquilação e na transformação de seus territórios em zonas de sacrifício para o processo de acumulação do capital em escala global.

A aposta estratégica da FASE é fortalecer esta insurgência. A luta pela (re) existência nos territórios constitui ao mesmo tempo a luta por horizontes alternativos no campo da soberania dos povos, pela radicalização da democracia, em contraposição a uma soberania que se quer “nacional” e, portanto, é homogeneizadora, totalizante e definida pelos que detém o poder econômico e político.

Esta perspectiva emancipatória qualifica e subsidia a construção de um projeto comum, que respeite e reconheça a diversidade sociocultural e produtiva, a multiterritorialidade contidas no Brasil, que reafirme o direito à autodeterminação dos sujeitos políticos sobre seus territórios de vida e que vise a ampliação da justiça social e ambiental.

Diante deste contexto, sentimos a urgência de levar para outro nível nossas críticas sobre os impactos do modelo de desenvolvimento neoextrativista[5], que se aprofunda na base da expropriação, contaminação, mercantilização e privatização dos bens comuns. Propomos avançar para uma sinalização de ruptura com a ideologia do desenvolvimento e com o caráter estruturante das desigualdades que a sustentam. Por consequência, propomos um processo coletivo de construção e formulação de novos paradigmas. Nessa busca, destaca-se como referência maior a defesa e a promoção dos Bens Comuns - sejam os Comuns naturais ou de caráter social, cultural ou político - que servem ao bem coletivo.

Ao deixarmos de ser reféns do ideário do desenvolvimento, reconhecendo-o como uma promessa falida e irrealizável, que só existe para alguns poucos países e pessoas, na medida em que promove de forma generalizada a exclusão de muitos ou, no máximo, sua inclusão subordinada, estaremos livres, então, para recompor um imaginário utópico que mobilize e fortaleça as lutas sociais que buscam superar as desigualdades (ambientais, de gênero, raça etc.) que são forças motoras desse paradigma.

Ao contrário de nos propor a repensar ou a retomar um projeto de desenvolvimento para o Brasil, a **FASE**, cujos valores centrais são a luta contra as desigualdades sociais e ambientais e em favor da democracia no seu caráter substantivo, com distribuição de poder e riqueza, defende romper com a armadilha do “desenvolvimento” e facilitar a emergência de práticas, valores e saberes contra-hegemônicos que possam informar o processo coletivo de construção de **alternativas ao desenvolvimento e de formulação de novos paradigmas para um novo pacto societário, que promova as transformações socioecônomicas necessárias à reconstrução de um horizonte de futuro.**

[4] *Em última instância, trata-se da democracia em sua face institucional. De forma menos visível e, portanto, mais perversa, expressa a erosão da democracia enquanto princípio norteador das decisões em torno do interesse comum.*

[5] *Por neoextrativismo entendemos um modelo de economia primário-exportador (minerais, petróleo etc.) no qual se mantém a dependência da exploração intensiva de recursos naturais, ainda que o Estado procure captar uma maior proporção do excedente gerado pelos setores extrativos.*

O DESENVOLVIMENTO **REALMENTE EXISTENTE** NO BRASIL

Ao longo do século XX, alternaram-se ciclos de políticas liberais e desenvolvimentistas, sem que fosse afetado o caráter perverso do padrão de "desenvolvimento" dominante no país. A hegemonia desenvolvimentista se estendeu da Era Vargas aos anos 1980, e seu colapso foi marcado pela crise do chamado "modelo de substituição de importações" e pelo aprofundamento da inserção subordinada do Brasil na ordem mundial capitalista. A partir de certo ponto, o salto tecnológico e produtivo daqueles países já não pôde ser acompanhado pelos países ditos "em desenvolvimento".

Nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, sob hegemonia do neoliberalismo, o caráter perverso do desenvolvimento realmente existente no país foi se acentuando, em decorrência da desindustrialização precoce e da reprimarização da economia.

Durante décadas, parte da esquerda no Brasil e na América Latina alimentou o sonho de Estados-Nação com trajetória própria, soberana e pós-neoliberal. No último período, vivenciou-se uma aposta indistinta na região, seja dos governos progressistas ou não, em um modelo de desenvolvimento baseado na exportação de *commodities* e no consequente avanço do extrativismo agropecuário, petroleiro e mineral, de mega-infraestruturas energética e logística e na financeirização[6].

Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, apesar das contradições de suas políticas com determinados aspectos do receituário neoliberal, também não conseguiram reverter a desindustrialização, nem o primado do neoextrativismo. O *boom* da exportação de matérias-primas e a enorme dependência da China marcaram esses anos.

O período desenvolvimentista foi atravessado também por um vertiginoso processo de urbanização que, regido pelas lógicas da acumulação de capital e da maximização da renda da terra, derivou na negação do direito à cidade com justiça ambiental. Nas duas últimas décadas, o abandono da agenda da Reforma Urbana - apesar da ampliação dos investimentos públicos numa política habitacional subordinada aos interesses do capital - assim como a financeirização e consequente deterioração dos serviços públicos – orquestrada para favorecer sua privatização e, assim, ampliar a presença das corporações privadas na sua gestão -, contribuíram para que nossas cidades se tornassem totalmente disfuncionais à vida cotidiana da grande maioria da população, que é privada do direito à mobilidade urbana e do acesso a serviços urbanos básicos. Assistimos ainda ao crescimento da insegurança, paralelamente à militarização das cidades.

Por outro lado, o que diferenciou os governos progressistas dos anteriores foram, sobretudo, as políticas sociais que tiveram impactos na situação de vida de milhões de pessoas. Não subestimamos a importância de políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, as cotas universitárias, o Bolsa Família e o aumento do valor real do salário mínimo. O potencial emancipatório de algumas dessas políticas foi sufocado pelos entraves a sua implementação, sobretudo do ponto de vista das prioridades orçamentárias.

Rompendo com a lógica dos governos ortodoxos anteriores, mas de menor visibilidade para o conjunto da sociedade, estava a condução da política externa. Esta foi pautada por uma agenda própria que não se alinhava automaticamente aos interesses dos Estados Unidos, ainda que tenha buscado continuamente tornar complementares a reivindicação da importância

[6] *Processo denominado como "Consenso das Commodities", por. Svampa, Maristela, 2013.*

da integração regional e da cooperação Sul-Sul e o forte apoio à transnacionalização das corporações brasileiras na América Latina e na África (exportando o modelo desigual aqui implementado) e a condução da ocupação militar no Haiti.

Sem desmerecer a relevância concreta desses elementos diferenciadores, os limites socioambientais desse projeto já se expressavam na resistência de povos e comunidades tradicionais. Estes arcaram de maneira desproporcional com a erosão da base de seus modos de vida, com o cercamento de seus territórios por grandes projetos de investimento. O fim do *boom* das *commodities* evidenciou a insustentabilidade de um projeto que buscou agradar simultaneamente aos banqueiros e às classes populares, sem a confrontação direta com as oligarquias agrárias e midiáticas. Isto resultou na decadência e degeneração deste projeto político e, no caso do Brasil, das coalizões político-partidárias que o sustentaram, corroborando com as crescentes críticas de campos da esquerda.

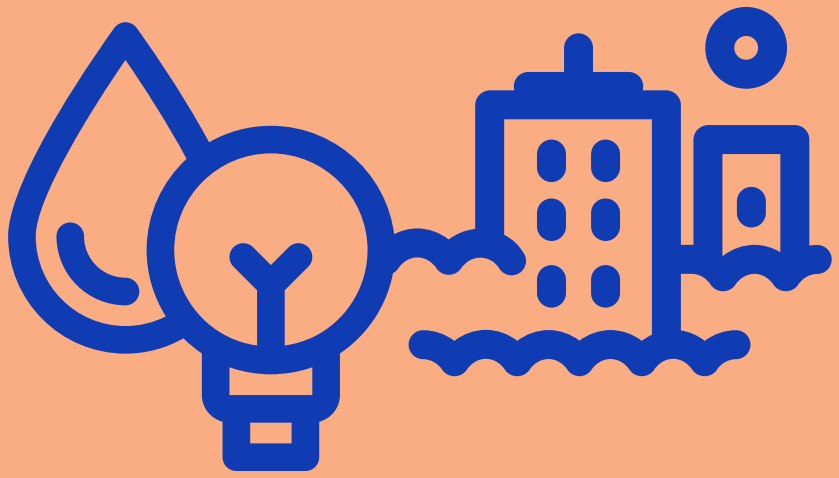
As rupturas institucionais no Brasil pós-golpe provocaram o acirramento avassalador de processos de privatização, que remontam ao estabelecimento da hegemonia da agenda neoliberal na economia política mundial a partir da década de 1980. Esses processos deslocaram, paulatinamente, a atuação do Estado de ações mais contundentes em prol do interesse público para a maximização das agendas do mercado.

Populações de áreas periféricas das cidades, povos e comunidades tradicionais do campo e das florestas, antes reféns do pacto de governabilidade, tornaram-se hoje a primeira camada de absorção dos impactos dos pacotes de austeridade fiscal, impostos pela coalizão conservadora que usurpou o poder no Brasil por via não eleitoral. Vai se consolidando uma nova fase de privatizações, ou de ampliação do mercado, que não abandona a aposta extrativista e a acumulação financeira, mas sim antes a eleva a requintes de desumanidade, desmontando as políticas sociais que serviam de paliativo às espoliações.

A era neoliberal tem sido há décadas atravessada por uma lógica de colonização totalizante da vida política, social e cultural pelo mercado. Como resultado, o Estado, imbuído desta lógica, passa a operar cada vez mais como um Estado empresarial.

Esse é o Estado que temos visto em conluio com as grandes empreiteiras, impondo às populações nos territórios projetos com graves impactos socioambientais como a hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, o Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco, e o Estaleiro Jurong, no Espírito Santo, entre outros. É o Estado que permite a ocorrência de crimes ambientais, como o da Samarco em Mariana (MG) e no Vale do Rio Doce, e depois se mostra cúmplice da impunidade.

Não se trata, portanto, de um processo homogêneo e de avanço progressivo e contínuo. Dentro da mesma era neoliberal, vivemos momentos de franca implementação do receituário neoliberal mais ortodoxo, reféns do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de uma elite política organicamente convertida a este ideário. E vivemos também momentos de um suposto desenvolvimentismo, com matizes contraditórios, combinando, simultaneamente, o não enfrentamento do rentismo e o avanço do neoextrativismo como forma de realizar direitos e garantir a soberania nacional.



TRANSIÇÕES
E SEUS DESAFIOS

Tendo clareza de que a questão de fundo que nos desafia aponta para a necessidade da emergência, em longo prazo, de uma sociedade pós-capitalista, em âmbito planetário, a **FASE** se vê provocada a participar da construção de um processo histórico global de transição, que talvez possa ser abordado inicialmente por nós nos seguintes termos:

Como assegurar o atendimento das necessidades da população brasileira na transição para uma economia e uma sociedade pós-capitalista?

No ponto de partida desta reflexão precisam estar claras algumas referências, entre as quais o reconhecimento das limitações da consciência e da força de vontade dos diversos sujeitos políticos que só podem ser contrabalançadas pelo exercício rigoroso da democracia e pelo reconhecimento da importância da ação em rede para a mudança. Entre essas referências destacamos também a sustentabilidade ecológica; a dimensão humana – não apenas econômica - das transformações; o reconhecimento dos inevitáveis conflitos entre os interesses e as prioridades de grupos sociais específicos; e as prioridades mais amplas da preservação do meio ambiente e da defesa dos bens comuns da humanidade.

A luta pelo atendimento das necessidades básicas da população e sua efetivação constitui um fator decisivo de um processo de transição. Por serem básicas, tais necessidades são fundamentais para garantir as condições materiais e subjetivas no seio do povo, sem as quais é inconcebível um processo de transição.

Não se deve perder de vista que a transição é uma transformação humana e que passará, necessariamente, pela constituição de novas subjetividades, como de novos papeis nas relações de gênero, pessoais, afetivas, na esfera pública etc. Somos contrários à uniformização dos desejos e dos modos de viver. Buscamos fortalecer valores que nos libertem da formatação pelo mercado das subjetividades individuais e coletivas.

Partindo do reconhecimento da centralidade da questão democrática na transição, devemos nos perguntar como estabelecer uma via democrática de reestruturação produtiva. Não podemos perder de vista que o processo decisório para a construção de uma nova economia passa por complexos processos de negociação entre as classes sociais e setores da população, enfrentando as "contradições no seio do povo". A transição para um novo padrão de produção e consumo terá de assegurar o atendimento das necessidades da população – de acordo com um consenso democrático difícil de construir - e terá de responder concretamente a questões como a da lenta agonia da indústria no país. Se considerarmos as demandas da população de atendimento de saúde e educação de qualidade, mobilidade urbana em cidades democratizadas, alimentação adequada e saudável, lazer, segurança etc., tais questões não poderão ser respondidas na lógica de visões baseadas, exclusivamente, no decrescimento econômico ou na negação sumária de várias atividades produtivas (não ao petróleo, à mineração, à produção de celulose etc.), sem prejuízo de uma posição clara de princípio contra o neoextrativismo.

Tampouco podemos reduzir a transição à necessária adoção de políticas voltadas para a justiça distributiva. Sabemos que mesmo sem níveis expressivos de crescimento, mas com redistribuição mais equitativa do que já se tem, é possível elevar a qualidade de vida dos despossuídos. No entanto, essa redistribuição encontra limites tanto no caráter desigualmente concentrado da riqueza financeira, quanto na natureza privatista do acesso aos bens de consumo, levada a cabo pelos setores privilegiados da população.

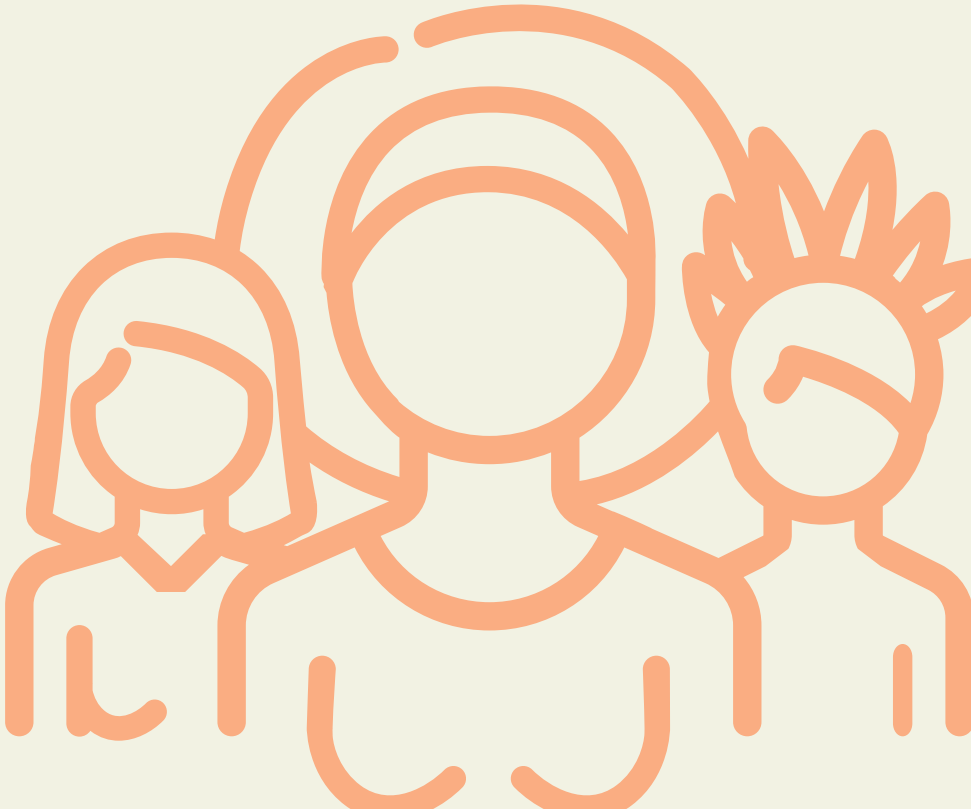
Reconhecemos a extrema complexidade da transição para uma nova matriz produtiva que atenda às necessidades democraticamente priorizadas pela sociedade. Ainda que, na transição, se avance no sentido da superação do individualismo exacerbado, do consumismo e do produtivismo, terão de ser feitas escolhas e definições de prioridades. Por exemplo,

como proceder à substituição do transporte individual por transporte público de qualidade ou produzir equipamentos médicos de alto nível tecnológico sem que o país disponha de uma base industrial? Como equacionar a relação entre a manutenção dessa base industrial – talvez no início até mesmo a sua expansão – e a necessária contenção do neoextrativismo. Quais os critérios para estabelecer áreas livres de mineração (por que escolher umas e não outras?), para implantar uma economia de baixo carbono etc.?

As implicações geopolíticas dessas questões não poderão ser esquecidas num contexto em que o Brasil é um dos países periféricos na mira do poder imperial, cuja dominação tem como um dos seus pilares o controle mundial do petróleo e dos recursos minerais, com enormes interesses - no caso do Brasil - na captura crescente da terra, da água e dos recursos genéticos.

Outro componente extranacional é o entendimento de que nossa oposição ao estabelecimento e continuidade de zonas de sacrifício não significa a injusta realocação das zonas de sacrifício alhures, subjugando outros povos e suas territorialidades. A defesa dos bens comuns e de sua ampliação está baseada do ponto de vista internacionalista na defesa do princípio de cooperação Sul-Sul dos povos como estratégia de emancipação articulada. Inerente a isto está a defesa do princípio de soberania dos povos, expressa na reivindicação da legitimidade primeira na determinação do destino dos territórios pelos sujeitos políticos que os constituem e constroem.

Podemos prever um longo processo de transição, mas tal percepção não pode diminuir o sentido de urgência dos desafios que se colocam para todos nós frente à crise econômica global; os conflitos armados; a volta do Brasil ao Mapa da Fome; a mudança no Brasil e em outros países da curva demográfica (envelhecimento da população), na contramão da redução dos gastos públicos (desmonte da previdência social); as mudanças climáticas e às catástrofes ambientais, que já estão gerando intensos e conflitivos fluxos migratórios; o crescente número de refugiados de guerra, refugiados climáticos, refugiados da miséria.



AS ALTERNATIVAS
JÁ ESTÃO SENDO CONSTRUÍDAS

Haveria motivo para desânimo se não tivéssemos a percepção de que as alternativas já estão sendo construídas no interior do sistema. Há uma força social que faz frente ao avanço da lógica capitalista, da financeirização e da mercantilização da vida. É uma reação insurgente de sujeitos políticos em defesa de bens e práticas comuns e de outras formas de ser, viver, produzir.

Fazem parte desta gestação das alternativas os coletivos de comunicação popular; a multiplicação de circuitos curtos de comercialização de produtos agroecológicos; de redes de guardiões e guardiãs de sementes crioulas; a gestão dos territórios baseadas em protocolos comunitários, em estabelecimento de áreas livres de agrotóxicos, transgênicos, mineração e petróleo; propostas de convivência com o semiárido e de gestão democrática da água; os fundos comunitários socioambientais e solidários; as iniciativas de produção e usos coletivos dos espaços urbanos, ancoradas na perspectiva da justiça ambiental, dentre outros.

Além de enfrentarmos os já mencionados desafios frente à crise global – e sem perder de vista o papel do Estado na transição para uma nova sociedade –, devemos reafirmar a centralidade da aposta nos sujeitos do campo político comprometido com a transformação social e em suas autonomias como motor do processo de transição.

Não temos a pretensão de apresentar, neste momento, um programa das transformações necessárias para a construção de um **Brasil Sustentável e Democrático**, uma vez que a tentativa de formulação isolada de tal programa seria contraditória com o convite à abertura de um amplo debate, ora formulado. Porém, cabe destacar aqui algumas dimensões centrais de um projeto alternativo que se relacionam com as causas defendidas pela **FASE**:

Democracia substantiva com igualdade e justiça racial e de gênero, e defesa e valorização da diversidade de identidades e modos de vida

Democratização das cidades, tendo em vista o Direito à Cidade com justiça socioambiental

Garantia do direito humano à uma alimentação adequada e saudável, soberania e segurança alimentar e nutricional, e promoção da agroecologia

Instituição e defesa dos bens comuns e da Justiça Ambiental

Defesa da Reforma Agrária e dos direitos territoriais

Soberania e justiça energética e hídrica

Solidariedade e soberania dos povos